

www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

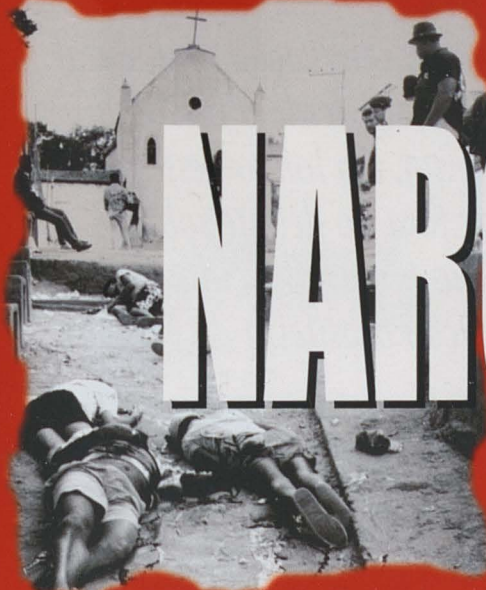
R\$ 6,00



213



CPI nas entranhas do crime organizado



NARCOTRÁFICO

desafia o país

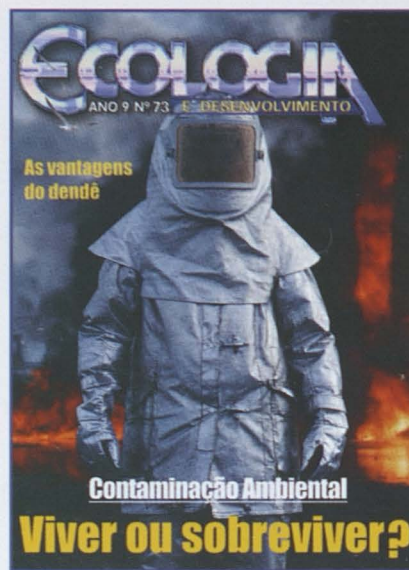
China 50 anos
de socialismo

Presidente da OAB "O povo
não acredita na Justiça"

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO

A revista brasileira sobre meio ambiente



*Hoje são comuns a todos a preocupação e o interesse pela preservação ambiental. A revista **Ecologia e Desenvolvimento**, de forma pioneira, desde o início da década, leva informação ambiental de qualidade ao leitor. Ao longo desses anos vem ganhando diferentes prêmios. Não fique por fora do debate sobre as questões que dominarão a agenda mundial no próximo século. Junte-se aos milhares de assinantes da melhor publicação brasileira do gênero!*

Assinaturas:

Tel.: (0 XX 21) 221-7511
Fax: (0 XX 21) 252-8455
e-mail: etm@etm.com.br
www.etm.com.br



O IMPACTO DO CRIME ORGANIZADO

O tema de capa desta edição é o narcotráfico. E não podia ser outro. As revelações tornadas públicas nas audiências abertas da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico da Câmara de Deputados, que realiza notável e corajoso trabalho, são muito graves. A idéia que se tinha desse problema no país até a instalação da CPI estava longe da realidade. Viciados em cocaína, crack, maconha, cola de sapateiro e outros alucinógenos já causavam preocupação no Brasil, mas a percepção da dimensão do perigo era outra. Algumas apreensões de carregamentos da droga e episódios isolados chamavam a atenção para uma realidade que poderia ser um problema grave, mas no futuro.

O trabalho da CPI mudou tudo isso. Foi um alerta máximo, que está despertando o Poder Público e chocando a sociedade pela extrema gravidade do problema. Os depoimentos desfilam dia-a-dia e as revelações são cada vez mais espantosas. Sobre tudo pela penetração dessas máfias em áreas oficiais que tinham o dever de combatê-las.

Através do trabalho da jornalista Memélia Moreira e de valiosas contribuições de parlamentares à frente das investigações, apresentamos neste exemplar uma informação ampla e abrangente. É uma realidade com a qual o país tem de lidar daqui para adiante, não

mais com o amadorismo anterior, mas com a decisão e o empenho de que já estamos enfrentando o crime organizado em dimensões surpreendentes, movido pelo alto poder de corrupção da droga.

Como verão os leitores, publicamos aqui também outros temas de grande atualidade. A entrevista do presidente da OAB, Reginaldo Castro, com a sua coragem cívica e o amplo conhecimento dos problemas da Justiça, não é apenas para ser lida mas para se refletir e agir em conseqüência.

No campo internacional, a colaboração do deputado Haroldo Lima sobre os 50 anos da Revolução chinesa inclui dados da maior relevância, que deixam claro que há um modelo socialista vitorioso de comprovado êxito e de futuro. A reportagem de Cácia Cortez sobre os "brasiguaios" denuncia uma situação que deve ser urgentemente encarada e resolvida.

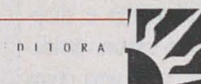
Uma notícia auspiciosa para os leitores que se interessam pelo crescente êxito de **cadernos**. A Internet já é, no conjunto dos nossos fatores de circulação, um veículo fundamental, pelo elevado número de assinaturas que, diariamente, nos chegam por essa via. Essa informação já está em outras páginas, mas vamos repeti-la: o E-mail da editora é etm@etm.com.br. Podem usá-lo sem limites, para assinaturas, sugestões de pauta, comentários sobre os conteúdos editoriais e qualquer outro tipo de colaboração.

Os editores

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993

Nº 213 - Outubro 1999



TERCEIRO MILÊNIO

Rua da Glória, 122/Grupos 105/106 - CEP 20241-180 Glória - Rio de Janeiro RJ - Brasil

Tel: (021) 221-7511 - Fax: (021) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br Internet: <http://www.etm.com.br>**Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes****FUNDADOR:** Neiva Moreira**DIRETORA:** Beatriz Bissio**DIRETOR-ADJUNTO:** Pablo Piacentini**EDITOR:** Procópio Mineiro**CONSULTORES:** Darcy Ribeiro (in memoriam)

Henry Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano

(Uruguai) e Juan Somavia (Chile)

COMERCIALIZAÇÃO: Mensagem Representação Ltda. - Kleber Saboya**São Paulo:** J.R. Comunicação e Publicidade

Rua Paulo Ribeiro Coelho, 594 - Butantã - SP -

05374-000 - Tel/Fax: (011) 810-4541/5828

Belo Horizonte: KSD publicidade Ltda.

Rua Rio Grande do Sul, 756 / 808 - MG -

Cep. 30170-110 - Tel: (0XX31) 335-9628

Fortaleza: AJS- Assessoria e Marketing Ltda.

R. Guilherme Rocha, 218/503

60.030-140 - Fortaleza - CE

Tel.: (0XX85) 226-7560 / 999-9924

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel: (0XX 21) 221-7511 Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: etm@etm.com.br**Pagamentos:** Cheque nominal à Editora Terceiro

Milênio e todos os cartões de crédito

NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exem-

plar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio

ao Departamento de Assinaturas, acrescentando

30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los

diretamente na sede da Editora, no Rio de Janeiro.

DISTRIBUIÇÃO:**BRASIL:** Fernando Chinaglia - Tel: (021) 575-7766**URUGUAI:** Magazine, 18 de Julio 1120 -

Montevideo-Uruguay - Tel/Fax: (005982) 903-

1950

FOTOS: José Barros de Amarante, Agence France

Presse (AFP) e CEDOC.

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os

serviços da: ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA

(Iraque), IPS (Inter Press Service), SALPRESS (El

Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAFA (Palestina), e a

rede de agências dos Países Não-Alinhados.

Filiada à **ANER**

Cartas

Consciência crítica

Quero parabenizá-los pela extrema competência e seriedade com as quais vocês discutem assuntos tão relevantes e decisivos para a configuração de todo o espaço mundial. Sugiro mais matérias com o objetivo de formar uma maior consciência crítica na nossa juventude.

Mônica Florice
albadv@interconnect.com.br

Juventude nacionalista

Nesse mundo em que vivemos, por anos os homens têm mantido relações grandiosas de dominação e exploração, assim como as nações. O nosso país, particularmente, foi dominado 500 anos, e continuará sendo, caso algo não seja feito. Pensando nisso, resolvi criar uma organização que tivesse como objetivo conscientizar o povo da dominação que o Brasil sofre nas mãos dos estrangeiros poderosos. Para isso, criei com alguns amigos a Juventude Nacionalista Brasileira (JNB). (...) Porém o grupo ainda é muito pequeno, e por isso resolvi escrever para vocês, com o intuito de que mais pessoas possam nos conhecer e talvez até filiarem-se ao nosso grupo. Os interessados podem enviar um e-mail para: felipejnb@hotmail.com e pedir mais informações. O grupo aceita pessoas de idade entre 13 e 17 anos.

Felipe Svaluto Paúl,
presidente da JNB
por correio eletrônico

Publicações de esquerda

Fiquei muito feliz ao reencontrar **cadernos do terceiro mundo** nas bancas. Na juventude já li com interesse alguns dos artigos publicados nessa revista, adquiria alguns exemplares, mas não me tornei assinante por dificuldades financeiras.

Nos próximos dias devo estar enviando meu pedido para tornar-me assinante. Mas gostaria colaborar mais. Semanalmente ajudo a distribuir o jornal *Inverta* (www.inverta.com.br) e a edição em português do *Granma* (jornal de Cuba socialista) nas bancas em São Paulo, na condição de colaborador independente. Coloco-me à disposição para ajudar a distribuir **cadernos** nas bancas e entre os amigos.

Este é um momento propício para toda a imprensa progressista - apesar de infelizmente a revista *Atenção* ter deixado de circular -, quando a *Caros Amigos* tem mostrado continuidade, *Bundas* começa a ganhar espaço e o diário carioca *Tribuna da Imprensa* parece chegar a cada dia em nova banca.

Sobre a distribuição, sugiro que tentem nas grandes bancas (inclusive em aeroportos, rodoviárias e shoppings) e as que ficam em universidades. Aqui em São Paulo uma ótima sugestão é uma banca próxima ao metrô Consolação onde há uma boa vendagem do *Inverta* (é lá que os alunos da USP saem do metrô para apanhar o ônibus até o Campus Universitário). Seria muito positivo se pudessemos criar um consórcio entre as várias editoras progressistas para ter um *stand* na Bienal do livro.

Raimundo Vasconcelos
raimundo57@hotmail.com



Rio São Francisco

Parabéns pelo artigo sobre o rio São Francisco na edição de jul-ago/1999, páginas 26-28) e os projetos dos deputados Marcondes Gadelha (PMDB-PB) e Aroldo Cedraz (PFL-BA). Na **cadernos do terceiro mundo**, de setembro deste ano, também há uma pequena matéria acerca desse assunto.

Sugiro que sempre que possível **cadernos** publique matérias sobre o rio São Francisco, o rio Tocantins e os projetos e questões relativas à irrigação e à seca no Nordeste.

Ademais gostaria que no próximo número dessa revista fosse publicada a sugestão seguinte:

Os brasileiros do Nordeste e de todas as regiões deveriam organizar um movimento, de abrangência nacional, para discutir e solucionar o problema da seca no semi-árido nordestino.

Tecnicamente é possível resolvê-lo, e o Tesouro Nacional tem recursos para custear todos os investimentos necessários. Por que então não levar água para essa região, seja a partir do rio São Francisco, seja do rio Tocantins?

Se houver disponibilidade de água para a agricultura, a Região Nordeste, com certeza, poderá produzir, para consumo e exportação, frutas, flores e cereais.

Por que sofrer durante séculos e mais séculos se a engenharia, juntamente com outros campos científicos e técnicos, pode definitivamente solucionar a causa das dificuldades e dos empecilhos que assolam o Brasil?

Pekim Tenório Vaz
vazpekim@amazon.com.br

Nota da Redação:

Agradecemos e tomamos nota de suas suboas sugestões de pauta e esperamos em muito breve poder atendê-lo.

Liberdade acadêmica no Brasil

Pedro Paulo A. Funari*

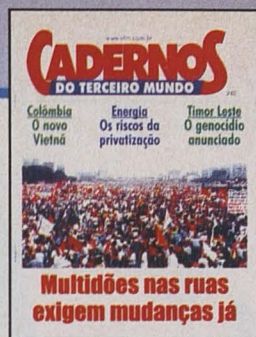
Que se pode dizer sobre a liberdade acadêmica no Brasil? Tradicionalmente, os intelectuais provinham das elites e o principal obstáculo à liberdade não vinha do Estado, mas dos pares. Na medida em que o compadrio é generalizado, abordagens críticas não são bem aceitas. Assim, a melhor maneira de sobreviver na intelligentsia tem sempre sido elogiar as autoridades intelectuais, sejam diretores e reitores, sejam ministros e secretários. Desde a década de 1930, aumentaram as oportunidades para que pessoas de fora da elite se tornassem acadêmicos, a despeito do sistema de compadrio.

Os militares causaram estragos bastante duradouros pois, além de perseguirem e expulsarem muitos intelectuais, dificultaram a formação de quadros propensos à crítica das idéias dominantes. O fim do regime militar deixou as mesmas pessoas no poder, mas a liberdade de expressão permitiu que muitos intelectuais expressassem suas opiniões. Ao mesmo tempo, o poder seduziu a muitos que, passaram a defender uma globalização pouco crítica. Os acadêmicos são, assim, levados a aceitar os argumentos dominantes, caso contrário seu acesso a financiamento torna-se limitado. Em uma sociedade baseada no compadrio, seguir as políticas oficiais é mais atraente do que alhures e a tentação de citar autores e idéias canônicas é palpável. Hoje, a liberdade acadêmica não é limitada pelo Estado, como durante a ditadura, mas por duas fontes diferentes.

A globalização é uma palavra-chave, usada pelas autoridades e pelos órgãos de financiamento para promover seus conceitos como os únicos válidos. Em segundo lugar, um sistema acadêmico baseado no compadrio acaba por contribuir para a reprodução das idéias dominantes.

Como disse Milton Santos, "buscar novas idéias é perigoso". Isto acontece porque o compadrio é generalizado, atingindo tanto as administrações públicas como as privadas, os ministérios e as universidades, de modo que os intelectuais são incentivados a colocarem sua liberdade em segundo plano, para que possam manter-se em bons termos com o poder. Os jovens pesquisadores são particularmente afetados. Atualmente, outro fator de limitação consiste em reduzir as verbas para a pesquisa científica, em particular aquela de ponta e com reconhecimento internacional. Assim, a liberdade acadêmica enfrenta novos desafios, pois a antiga censura da ditadura foi substituída por algo muito mais deletério: a censura interna. Desviar do discurso dominante significa arriscar retaliações, o que leva à insidiosa internalização da docilidade.

*Departamento de História, IFCH/Unicam, pedrofunari@sti.com.br



Lixo na TV

Em relação a cadernos do terceiro mundo, nº 211, gostava de fazer duas perguntas e um comentário: Na matéria "Revendo os caminhos" (páginas 50/51), no penúltimo parágrafo, não entendi o significado da expressão: "Nessas circunstâncias, é natural que se produzam situações anímicas, muito mais do que econômicas, que devem ser enfrentadas". O que são situações anímicas?

Em Notas Econômicas ("Incôgnitas: juros e câmbio"), Álvaro Queiroz faz comentários sobre a dívida pública. O que é, como se forma e como aliviar a dívida pública?

Em "O lixo na TV", diz-se que a TV Record importou o desenho animado japonês *Pokemmon*, famoso por ter provocado a internação de 12 mil crianças. Todavia, foi publicado nos jornais que esse episódio problemático não fez parte do pacote importado.

Lair Amaro dos Santos Faria,
Nova Iguaçu-RJ

MST

Fiquei muito feliz de saber que a Universidade Cândido Mendes concedeu um prêmio aos educadores do Movimento dos Sem-Terra, que nos acampamentos alfabetizam e desenvolvem intelectualmente os trabalhadores rurais. É um exemplo digno de aplauso num país que relega o ensino público ao abandono.

Claudio Peixoto
por correio eletrônico

Intercâmbio

Cleverson de Almeida
e Souza
Beloka@hotmail.com
13 March Court
Warwick Drive
London - SW156LE

Martins Venske
Rua Cruz e Souza, 1345
89124-000 - Benedito
Novo - SC

Yaremis Hernández
Calle 11 (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas - Cuba
C.P. 42600

Caridad Izquierdo
Calle III (2016
(20 y 22 Jovellanos
Matanzas Cuba
C.P. 42600

Maria Caridad Gareia
Calderón
Calle Cienfuegos (III e
e/ Logia y Rafael Trejo
Cumanayagua -
Cienfuegos - Cuba
C.P. 57600

Dalivia Sánchez
Edificio 51 Escalera 132
Apartamento 9 Reparto
Horacio Rodríguez
Jovellanos Matanzas
Cuba
C.P. 42600

Miguel T. Castillo Morera
Calle F. Nº 69 e/
Cienfuegos y Filtros
Cumanayagua - C.P.
57600
Cienfuegos - Cuba

Jose Angel Chavieno
Avenida 19 (3202
32 y 34
C.P. 32800
La Habana - Cuba

Sumário

Outubro • 1999 • Nº 213 • Ano XXV

2 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

12 **PANORAMA NACIONAL**

REFORMAS

26 **Reforma tributária: Reduz número de impostos**
Agora pode ser votada. É uma exigência da sociedade

MIGRAÇÃO

28 **Brasiguaios: Os desertados da pátria**
Milhares de brasileiros são obrigados a deixar suas terras no Paraguai e no retorno enfrentam a desatenção do governo brasileiro

COMPORTAMENTO

31 **Família: Casamento não é mais o mesmo**
Hoje, 25% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres

HISTÓRIA

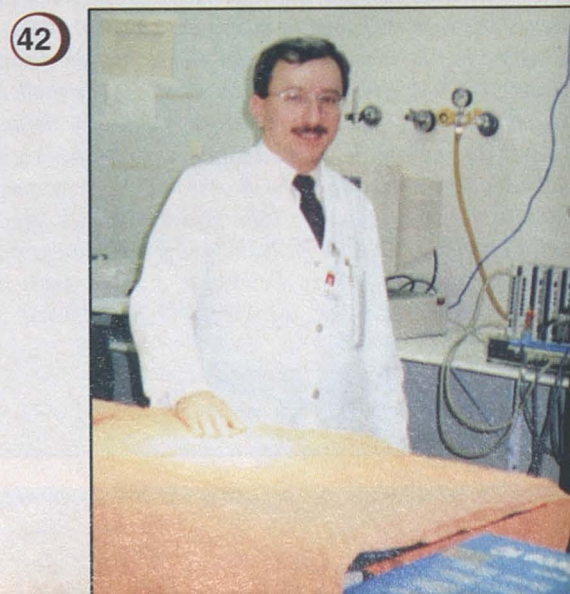
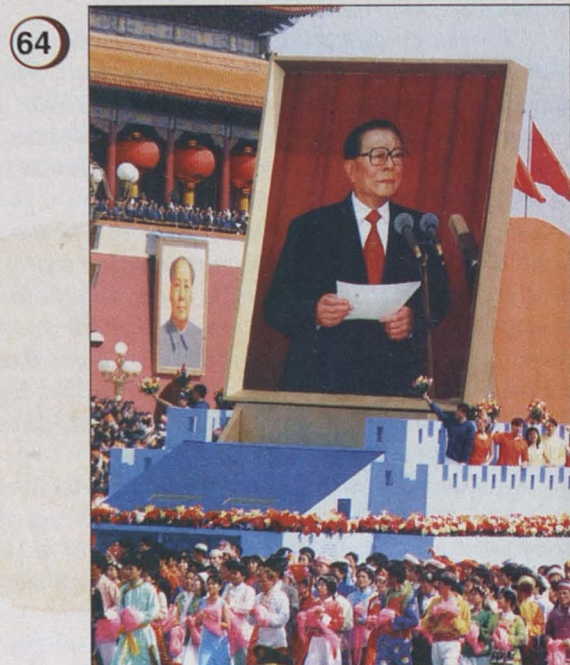
32 **Quilombos: Passado ainda presente**
Mais de um século depois do surgimento dos primeiros refúgios de escravos negros, os quilombos ainda resistem e lutam pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação da terra onde vivem

ENTREVISTA

36 **Reginaldo Oscar de Castro: "Ninguém acredita mais no Judiciário"**
O presidente da OAB se mostra espantado com os casos de corrupção na Justiça e dá um alerta: "Qualquer esquina se julga no direito de ter uma faculdade"

SAÚDE

42 **Pesquisa: Cirurgia cardíaca pré-natal**
De forma pioneira no Brasil e no mundo, o médico Renato Assad desenvolve técnicas cirúrgicas em fetos de ovelhas que em poucos anos poderão salvar bebês com doenças cardíacas congênitas



Capa

NARCOTRÁFICO

As investigações avançam

Novas revelações alertam o país para a gravidade do problema da droga

(Fotos da capa: Camera Press, Renzo Gostoli, Fernando Rodrigues)

16



44 NOTAS ECONÔMICAS

48 PANORAMA INTERNACIONAL

LIVROS

- 57 Os mais recentes e importantes lançamentos editoriais ao alcance de nossos leitores

ÁFRICA

- 60 **NYERERE: Silencia a voz de um libertador**
Morre em Londres um dos maiores estadistas africanos deste século, idealizador das comunidades camponesas organizadas com critérios socialistas

- 62 **Tanzânia: Ajuda que empobrece**
Com a autoridade de um dos mais prestigiados dirigentes do Sul, Nyerere sempre criticou os organismos multilaterais de crédito

ÁSIA

- 64 **China: Socialismo com sotaque**
Até os americanos comemoram os 50 anos da Revolução

- 67 **Paquistão: Militares no poder**
Perez Musharraf assume governo e preocupa o Ocidente

- 68 **Índia: Rumo à "hinduização"?**
Aliança política dá vitória avassaladora aos nacionalistas

80



PÁGINA ABERTA

Emprego: Cresce a mão-de-obra estrangeira no Brasil

A privatização aumenta o número de trabalhadores estrangeiros

AMÉRICA LATINA

- 70 **Coppal abre espaço à mulher**
Entidade cria organização feminina que exige prioridade para as políticas de gênero

- 72 **Mercosul: A voz dos municípios**
Rede de Mercocidades discute formas de combater a miséria

- 73 **Cepal: Alternativas ao neoliberalismo**
Economistas condenam a submissão

CULTURA

- 74 **Cuba: Batista analisado por um revolucionário**
O historiador Jose Tavarez del Real escreve livro sobre o ditador Fulgêncio Batista

- 76 **África: A independência chega ao cinema**
Cineastas africanos produzem filmes que resgatam o legado cultural do continente

MULHER

- 78 **África: Tudo por uma esmeralda**
Pouco alfabetizadas, as mulheres africanas buscam no garimpo um lugar ao sol

- 79 **Leste Europeu: Saudades do passado**
Apesar de ter conquistado a liberdade, o fim do regime comunista na Europa prejudicou a mulher

Lei proíbe compra de voto

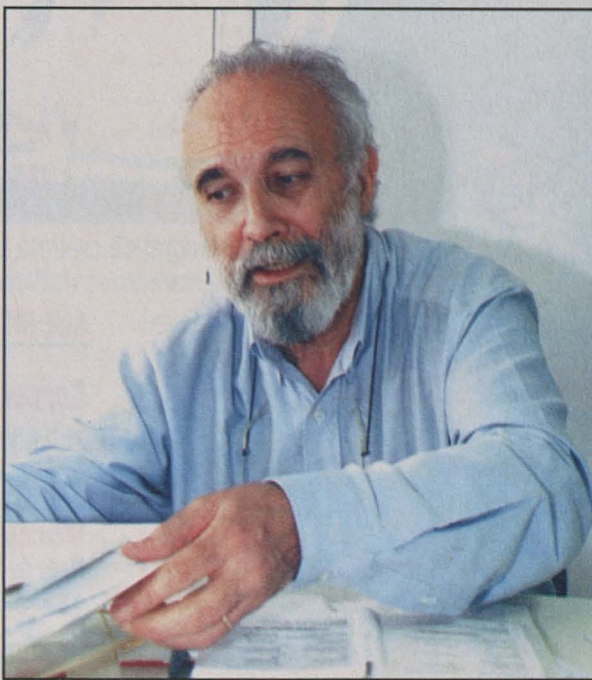
Comprar voto, prometer ou oferecer favores de emprego em função pública ao eleitor em troca de votos é crime desde 28 de setembro. Foi nesse dia que o presidente Fernando Henrique Cardoso sancionou a lei 1.517/99.

Fruto da primeira emenda de iniciativa popular apresentada ao Congresso, o projeto chegou à Câmara dos Deputados sob o peso de 1.039.175 assinaturas, no dia 11 de agosto. Sua trajetória foi meteórica. Começou a tramitar em 18 de agosto na Câmara e foi aprovado no dia 21 de setembro, na forma do substitutivo apresentado pelo deputado José Roberto Battocchio (PDT-SP). No dia seguinte, remetido ao Senado, onde tramitou durante 47 horas, foi aprovado por aclamação. As novas regras já valem para as eleições municipais do próximo ano.

Um dos maiores flagelos da política nacional, a compra de votos ou promessas de vantagens aos eleitores é a prática mais comum dos conservadores. O combate a essa prática transformou-se, no ano passado, em principal bandeira da Comissão de Justiça e Paz (CJP) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) que iniciaram uma campanha para conquistar um milhão de assinaturas, número exigido pela Constituição para que seja apresentada uma emenda popular.

Até chegar ao Congresso, a emenda popular percorreu um caminho difícil onde até ameaças de corte da merenda escolar foi moeda para que os eleitores não assinassem a proposta. O fato, segundo o secretário-geral da Comissão de Justiça e Paz, Francisco Whitaker, aconteceu no interior do Ceará.

No Nordeste, onde a prática de compra de voto é mais flagrante, "muitas pessoas chegaram a tirar seu nome da lista,



Francisco Whitaker: Nordeste, campeão de votos comprados

por medo que o governo suspendesse a entrega de cestas básicas. Foram 11 casos registrados só no Ceará", disse ele.

Apesar de a Igreja contar com 900 mil catequistas, o apoio não chegou de imediato. Em abril, portanto, quatro meses antes da entrega das assinaturas ao presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), a CJP contava com apenas 500 mil assinaturas. Durante a Assembléia de Itaici, Whitaker e o ex-procurador-geral da República, Aristides Junqueira, conseguiram convencer os bispos da importância do projeto. Em seguida, "a TV Globo fez uma matéria sobre a emenda e, a partir daí, foi uma bola de neve", disse o secretário-geral. Ele informou ainda que depois da atenção dada pela imprensa, o site aberto pela CJP - que estava recebendo cerca de cinco visitas por dia - "pulou para cinco mil e, na última semana, os universitários começaram a se mobilizar". Mesmo depois da entrega do documento ao Congres-

so, "as assinaturas continuavam chegando, porque as pessoas se sentiram co-autoras do projeto", disse Whitaker.

Muitas dessas assinaturas foram rejeitadas pelos organizadores da emenda, "porque os nomes não conferiam com o título de eleitor ou, então, faltavam dados que identificassem a pessoa", informou Francisco Whitaker.

Redigido por Aristides Junqueira, José Jair Cavalcanti, ex-procurador regional eleitoral do Ceará, e Dirceu Cintra, ex-juiz eleitoral de São Paulo, o projeto coletou assinaturas em todos os estados brasileiros.

Espírito Santo e Brasília foram, comparativamente, os campeões na coleta de assinaturas, com 2% do total de eleitores, seguidos por São Paulo, com 1,4%. Os demais estados ficaram na média de 1% do eleitorado assinando a emenda.

A nova lei determina a cassação do registro ou diploma do candidato que for pego em flagrante cometendo abuso do poder econômico para se eleger, punindo, também, o eleitor que vender seu voto.

A punição do eleitor foi uma das modificações introduzidas por Battocchio. Com uma atenuante, essa punição só ocorrerá quando o eleitor não estiver passando por necessidades materiais.

O relator do projeto, deputado Eduardo Paes (PTBR-RJ), ao se manifestar pela emenda popular, disse que "sua maior contribuição é fazer com que a compra de votos passe a ser apurada em pleno processo eleitoral".

E o líder do PFL na Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, garantiu que seu partido vai trabalhar para continuar o aperfeiçoamento do processo eleitoral "votando pelo financiamento público integral das campanhas", prática já adotada em diversos países.

Aviação comercial em debate

A crise da aviação comercial brasileira tem repercutido no Congresso. Por iniciativa dos deputados José Lourenço (PFL-BA), Neiva Moreira (PDT-MA) e Virgílio Guimarães (PT-MG), a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional iniciou audiências públicas sobre o problema. Foram convocados os presidentes da Varig e Vasp - que não compareceram, alegando compromissos anteriores -, da TAM e da Transbrasil. Representando as duas últimas empresas compareceram o comandante Rolim Adolfo Amaro, presidente da TAM, e Flávio Carvalho, diretor comercial da Transbrasil.

O debate travado foi esclarecedor, com informações sobre problemas que enfrentam as empresas brasileiras, inclusive no que tange à concorrência de companhias estrangeiras. Eis alguns problemas, aludidos no decorrer dos debates, que dificultam a situação das empresas:

1) Apoio de todos os países do mundo à sua aviação comercial. Esse fato é notório em países como os Estados Unidos, a Alemanha, a Itália, o Japão e muitos outros. Na França, a proteção é tão rigorosa que as autoridades aeronáuticas impediram que um avião da Varig fizesse o transporte da seleção brasileira na Copa do Mundo.

2) Taxação, pelos governos de estados e municípios de concessões públicas federais. O volume que atinge a aviação comercial se aproxima de um bilhão de dólares.

3) A demora burocrática de atendimento às propostas sobre tarifas.

4) Os aviões necessitam voar toda noite para ser rentáveis. O poder concedente outorga à empresas nacionais três ou quatro frequências e dez ao competidor. O aumento do custo resultante é inaceitável.

5) Todos os estados taxam um mínimo de 25% sobre o preço dos combustíveis. Um avião 747 ou um Airbus recebe de 100 a 200 mil litros quando abastece. Quer dizer que se paga ao estado 60 a 70 mil litros. No Rio, a taxa é de 38%, e as companhias preferem abastecer-se em outros estados. O combustível no Brasil é 32% mais caro que em outros países.

6) Os juros no Brasil são muito altos e o minuto telefônico é o mais caro do mundo.

7) As tarifas nos Estados Unidos são, por exemplo, três vezes mais altas do que as brasileiras.

De um modo geral, há indícios de que a aviação comercial, através de várias medidas, está amenizando a crise e melhorando os seus índices econômicos, mas subsistem muitos problemas.

Senado nega coligação nas proporcionais

Uma nova alteração no Código Eleitoral vai balançar as eleições de 2000. O Senado aprovou o projeto do senador Sérgio Machado (PSDB-CE) que proíbe os partidos políticos de promover coligações nas eleições proporcionais. De acordo com a proposta que vai alterar a legislação, essas alianças só poderão ser feitas no caso das eleições majoritárias. Na defesa de seu projeto, Machado argumentou dizendo que os projetos políticos "defendidos durante a campanha deverão ser mantidos após as eleições e, da forma como acontece, eles são apenas recursos eleitoreiros".

Crítico do projeto de Sérgio Machado, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) criticou a proposta classificando-a de "hipócrita". Disse o petista que "todos os casuísmos mostrados como ruins para a eleição proporcional serão usados nas eleições majoritárias, apontando para uma total falta de coerência do projeto".

Aprovado por 43 votos da maioria governista, o projeto recebeu críticas ainda dos senadores Sebastião Rocha (PDT-AP) e Roberto Freire (PPS-PE).

Rocha disse que a proposta de seu colega Sérgio Machado "é uma reforma de meia sola porque não enfrenta os problemas políticos brasileiros", e Freire qualificou o projeto de "golpista", afirmando que, além de ser contraditório, "quer apenas preservar os grandes partidos e destruir as legendas menores".



O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, deputado Antonio Carlos Pannunzio; o comandante Rolim Adolfo Amaro, presidente da TAM, e Flávio Carvalho, diretor comercial da Transbrasil, durante os debates

Apoio a Timor Leste

A Câmara dos Deputados aprovou, sob aclamações, uma moção de apoio a Timor Leste, emanada da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. A moção foi proposta pela Comissão Externa da Câmara que foi a Timor acompanhar o plebiscito de 30 de agosto que consagrou a opção dos timorenses pela independência. Os deputados João Hermann Neto (PPS-SP), Paulo Delgado (PT-MG) e Pedro Valadares (PSB-SE) integraram a Comissão.

São os seguintes os pontos da moção:

1) manifestar inteira solidariedade ao povo timorense na luta pela sua independência, e após o resultado da consulta reconhecer o Conselho Nacional de Reconstrução do Timor - CNRT, como o legítimo representante do povo timorense;

2) exigir que o governo de Jacarta cumpra inteiramente o Tratado de Nova Iorque, assinado em 5 de maio de 1999, entre a Indonésia, Portugal e a Organização das Nações Unidas, e envie para a sanção do Congresso Nacional indonésio o resultado da consulta popular, revogando, assim, o ato unilateral de anexação do Timor,



O deputado João Hermann Neto cumprimenta o bispo timorense Carlos Ximenes Belo

editado em 1976;

3) exortar o governo brasileiro, através do Ministério das Relações Exteriores, que sejam ampliadas e fortalecidas as atividades da Embaixada do Brasil em Jacarta, criando um Departamento de Timor Leste na referida representação diplomática, que possa assumir maiores responsabilidades no acompanhamento do processo de transição para a independência daquele país, e estabelecer as bases para o relacionamento futuro entre o Brasil e a nova nação;

4) apoiar a posição brasileira na Organização das Nações Unidas de integrar - de uma forma que reflita a responsabilidade do Brasil no contexto da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - a força de intervenção organizada pela ONU, no Timor Leste;

5) conchamar o governo brasileiro bem como toda a sociedade, em todas as suas instâncias, a participar do esforço de reconstrução do Timor Leste, aquela que é a mais nova nação de língua portuguesa.

EUA contra medicamentos genéricos

Em defesa dos medicamentos genéricos - que trazem na embalagem apenas o nome das substâncias químicas que determinam seu princípio ativo -, o senador Tião Viana (PT-AC) criticou a intervenção do vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, que está em campanha aberta contra a decisão de alguns países que resolveram implantar a fabricação dos genéricos.

Além do Brasil, Nova Zelândia, África do Sul, Argentina, Guatemala e Tailândia já começam a produzir medicamentos sem a marca de fantasia. Na sua crítica a Al Gore, candidato à sucessão de Bill Clinton, Viana disse que o vice-presidente norte-americano "está numa clara posição de ingerência, antiética e perversa", afirmando ainda que o United States Trade Representative, órgão do governo nor-

te-americano, encarregado de promover os interesses comerciais dos Estados Unidos, "transformou-se em um braço do setor farmacêutico".

Viana está preocupado com a crescente pressão dos laboratórios farmacêuticos sobre os médicos, citando a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas (Abifarma) como uma das principais "agressoras por estar enviando correspondência

aos médicos brasileiros numa campanha terrorista dizendo que não se responsabiliza pelos eventuais problemas que possam acontecer com a mudança dos medicamentos".

O senador acreano lamentou ainda que o governo tenha inviabilizado o funcionamento da Central de Medicamentos (Ceme), que poderia desenvolver pesquisa e fabricação de remédios.

Empresas descumprem normas

As obrigações determinadas na Constituição e as normas adotadas pelo Código de Defesa do Consumidor estão sendo violadas pelas empresas do setor elétrico que foram privatizadas. Esta é a primeira conclusão dos parlamentares que integram a Comissão de Defesa do Consumidor que, em sessão conjunta com a Comissão de Desenvolvimento Urbano, debateu as relações entre a Agência Nacional de Energia Elétrica (Anaeel) e as comissões da Câmara que tratam da questão.

O principal tema de debate das duas comissões foi a portaria 466/97, editada pela Anaeel, que trata do corte de fornecimento de energia por falta de pagamento e da caracterização desse ato como "descontinuidade" na prestação do serviço. Essa portaria, diz o deputado Paulo Baltazar (PSB-RJ), "fere a lei do consumidor", além de ser passível de punição, de acordo com a lei que regula as concessões. Por considerar que essas agências estão fora do controle do consumidor, o deputado Adolfo Marinho informou às comissões já ter um projeto de lei prevendo a participação do usuário nas agências que prestam serviços de interesse público.

Enquanto as duas comissões da Câmara se reuniam para debater a portaria da Anaeel, o senador Amir Lando (PMDB-RO) defendia uma ampla discussão sobre a privatização do setor elétrico brasileiro e, em particular, sobre um modelo energético que anteceda qualquer reestruturação do sistema elétrico para a região amazônica. Lando é contrário à tese de limitar o debate a casos isolados de privatização de unidades hidrelétricas específicas e quer estender o debate à sociedade.

O senador chamou a atenção de seus colegas sobre a proposta do governo que vai privatizar a Eletronorte fatiando seus setores. Disse que ela é fundamental para o desenvolvimento da Amazônia e que a criação da empresa de geração de Tucuruí - objetivo principal da partilha - "é a entrega do filé para o setor privado, deixando os ossos nas mãos do Estado".

A condução desse processo, da forma como vem sendo feita, explicou o senador Lando, "será a destruição do setor elétrico da Amazônia". O parlamentar apontou como exemplo as manifestações de repúdio à privatização de Furnas e Chesf.

A cassação nº 16

Com 394 votos favoráveis, 41 contra, 25 abstenções e sete brancos, o plenário da Câmara dos Deputados cassou, na noite de 22 de setembro, o mandato de Hildebrando Pascoal, que estava sem partido e fora eleito pelo PFL do Acre. As acusações contra Pascoal foram feitas pela CPI do Narcotráfico e aceitas pelo corregedor-geral da Câmara, deputado Severino Cavalcanti (PPB-PE). O ex-parlamentar está preso em Brasília desde o dia 23 de setembro. Essa é a segunda cassação feita em 1999. A primeira foi a do deputado Talvane Albuquerque, indiciado pelo assassinato da deputada Cecy Cunha. Albuquerque perdeu seu mandato em abril. É a 16ª cassação feita pelo Parlamento brasileiro, neste século, sem contar as cassações políticas promovidas pela ditadura militar.

Com uma ampla gama de acusações - que vão desde o envolvimento com grupos de extermínio e com o narcotráfico no Acre, distribuição de dinheiro e droga na véspera da eleição e 68 assassinatos, Hildebrando Pascoal já tomou posse, em fevereiro, sabendo que seu mandato corria riscos. A gota d'água aconteceu quando, ao se defender na Corregedoria, acusou seus colegas de terem comportamento semelhante ao seu. Seu suplente, José Aleksandro (PFL), também está sob processo de cassação, por falta de decoro parlamentar.

Severino Cavalcanti, que vem conduzindo os processos na Corregedoria, disse que não tem medo das ameaças públicas que foram feitas pelo ex-deputado. "Estou apenas cumprindo meu dever de não deixar esta casa cair no descrédito", disse ele.

Poderes à Receita Federal

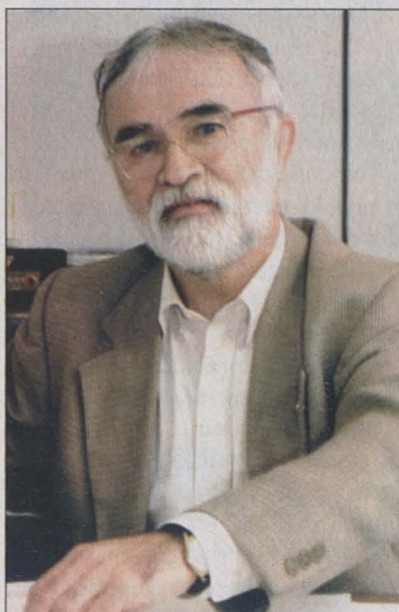
A Receita Federal já tem poderes de promover uma revisão obrigatória nas declarações de Imposto de Renda de quem tem mandato eletivo nos três níveis (municipal, estadual e federal). Essa nova atribuição foi conferida pelo Senado que aprovou, em plenário, o projeto do senador Pedro Simon (PMDB-RS). O projeto estende também a revisão anual aos dirigentes partidários, ministros e secretários de Estado, presidentes e diretores de autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações da União, estados e municípios. Simon, na defesa de seu projeto, afirmou que esse é "apenas o primeiro passo para acabar com a impunidade fiscal". A proposta do senador gaúcho será complementada pelo projeto de seu colega, Gérson Camata (PMDB-ES), que apresentou emenda que obriga os ocupantes de cargos e funções públicas a abrir mão de seu sigilo bancário, direito definido pela Constituição.

Os dois projetos foram gerados a partir da CPI do Sistema Bancário, depois do depoimento e a consequente devassa dos bens do ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, acusado de ter favorecido o Banco Marka, quando da desvalorização do real, em janeiro passado.

Agricultores expulsos pela privatização

Cinco mil famílias de agricultores que vivem nas áreas de atuação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) estão sendo retiradas do campo, recebendo entre R\$ 35 a 40 mil de indenização, enquanto o governo prepara a privatização da empresa. A denúncia foi feita pelo deputado Fernando Ferro (PT-PE) que prevê "uma grave crise social, podendo se transformar em mais um ponto de violência e marginalização".

O deputado petista disse não entender a pressa do governo em desalojar esses agricultores porque há um programa de assentamento no qual o Estado deverá gastar, no máximo, R\$ 30 mil por família. Além disso, alertou Ferro, as terras, que se estendem ao longo das margens do rio São Francisco, nos municípios de Petrolândia, Floresta e Belém do São Francisco, no estado de Pernambuco, e Glória, Xororó, Rodela, Barra do Tarrachil, no estado da Bahia, já estão sendo ocupadas pelo Movimento Sem Terra que incorporou os agricultores desalojados. Na opinião do deputado, a retirada dessas famílias "agrava ainda mais a situação social do país e,



Deputado Fernando Ferro

consequentemente, eleva o índice de impopularidade de Fernando Henrique Cardoso".

A maioria esmagadora das famílias expulsas da área de influência da Chesf é constituída por agricultores que, segundo o parlamentar, não sabem exercer nenhuma outra atividade além de plantar e criar animais.

Senadora critica fim de programa educacional

Com um pedido de informações ao governo, a senadora Emília Fernandes (PDT-RS) fez duras críticas à decisão do Ministério da Educação que extinguiu o Programa Especial de Treinamento (PET), criado em 1979 e que vinha beneficiando 3.466 bolsistas no nível de graduação.

"O PET era o único programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (Capes) que fomentava a graduação, e o governo tomou essa decisão sem ouvir as instituições de ensino e as pró-reitorias que trabalham séria e ho-

nestamente em defesa da educação da juventude brasileira", afirmou a senadora gaúcha.

Emília Fernandes convocou seus colegas para um "esforço suprapartidário que defenda esse patrimônio técnico, acadêmico e científico do país, no qual se insere o PET".

Em agosto, o ministro da Educação, Paulo Renato, recebeu um pedido de informações do Senado para explicar os motivos que levaram o governo a eliminar um programa que em 20 anos formou 1,4 milhões de estudantes.

Investigação do DF

O deputado Agnelo Queiróz (PC do B-DF) quer que a Câmara Distrital de Brasília apure as denúncias feitas pelo bicheiro Manoel Druso. No dia 24 de setembro, Druso foi aos jornais dizer que colaborou na campanha do então candidato ao governo do Distrito Federal, Joaquim Roriz (PMDB), eleito no segundo turno, com cerca de R\$ 1 milhão, em troca da promessa de controlar uma loteria em Goiás, onde a família Roriz faz política há mais de 40 anos. Agnelo Queiróz, o deputado oposicionista mais votado em 1998, quer também a atuação do Ministério Público na investigação.

O governador Roriz, que estava nos Estados Unidos em tratamento de saúde quando foi feita a denúncia, preferiu não responder as acusações de Agnelo. Mas reivindica que a denúncia não seja ignorada com o argumento de que "não se pode dar crédito a um contraventor", usado pelos parlamentares que apoiam o governador.

Insatisfeito porque o acordo com Roriz não foi mantido, Druso revelou o esquema de financiamento da campanha, num depoimento de sete horas ao Ministério Público do DF, afirmando que o governador passou o controle da loteria estadual de Goiás aos bicheiros daquele estado.



Deputado Augusto Queiróz

Serviço militar facultativo

Mais um passo foi dado para acabar com o fim da obrigatoriedade do serviço militar. A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara já aprovou a proposta apresentada pelo deputado Fernando Gabeira (PV-RJ), que extingue o serviço militar obrigatório, em tempos de paz. Com isso, o alistamento dos jovens de 17 anos passa a ser voluntário. A relatoria do projeto, apresentado na legislatura passada e desarquivado a pedido de Gabeira, foi entregue ao deputado Roland Lavigne (PFL-BA).

Na justificativa apresentada, Gabeira argumenta que "o constante conflito entre as razões de Estado e os direitos dos cidadãos permeia a história das nações, ao longo dos séculos", afirmando ainda que até os Estados Unidos, país que vive permanentemente em conflito, "já optou pelo serviço militar voluntário".

Uma das principais bandeiras dos estudantes que estão se preparando para entrar nas universidades, a proposta pode transformar o serviço militar obrigatório em trabalhos prestados à comunidade, sistema adotado por alguns países.



Deputado Fernando Gabeira

Parlamentarismo

De olho na crise e na impopularidade de FHC

Parecia estar relegada a um segundo plano mas não é assim. O processo de apreciação da emenda parlamentarista está avançando, embora sem maior ruído. O próprio presidente da Câmara, Michel Temer, está empenhado em ajudar a abrir caminho à discussão do projeto, cuja votação poderia ser realizada não este ano, mas, possivelmente, no primeiro semestre do ano 2.000.

A presidente da Comissão que deve examinar a proposição, deputada Rita Camata trabalha para acelerar a tramitação da matéria. E vai mais longe: pretende envolver a sociedade, começando pelas universidades, em um amplo debate nacional sobre o tema.



Rita Camata preside a Comissão que estuda o tema

Uma pesquisa, de iniciativa do deputado Franco Montoro, e que foi coordenada pelo deputado Paulo Kobayashi, revelou que a maioria da Câmara apóia a mudança de regime. São 245 deputados (47,5%) a favor do parlamentarismo e 174 (34%) pelo presidencialismo. A decisão, no entanto, ainda ficará com os que ainda se consideram "em estudo do projeto" (18,5%). A Câmara tem 513 deputados. Cautelosamente o presidente não foi pesquisado, mas seu apoio ao parlamentarismo é conhecido.

As tendências

As posições sobre o tema têm origens e motivações diversas. Há um número de deputados doutrinariamente parlamentarista e que, como o falecido deputado gaú-

cho Raul Pila, coerente líder dessa corrente, aspira a uma mudança de regime já. Outros deputados aprovam o parlamentarismo, mas defendem a sua aplicação em etapas, não atingindo o mandato das atuais autoridades. A terceira, que alguns observadores consideram majoritária, está de olho no Planalto e, sobretudo, na crise.

Encaram a mudança de regime como uma solução de emergência para a grave crise que o país atravessa, envolvendo o governo de Fernando Henrique Cardoso e sua crescente impopularidade.

A Comissão aprovou uma relação de pessoas que serão convidadas às audiências públicas, entre as quais vários intelectuais de renome, representantes de entidades da sociedade civil e os líderes políticos Leonel Brizola, Marcos Maciel, Mário Covas e José Richa.

Rio incentiva novas indústrias

A nova política econômica adotada no estado do Rio de Janeiro, particularmente os incentivos fiscais, começa a produzir resultados positivos. Elaborada em conjunto pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico e a Companhia de Desenvolvimento Industrial (Codin), a iniciativa viabilizou a instalação de nove novas empresas, somente este ano, além da ampliação de outras duas. Com isso, estão sendo criados, até dezembro, 5.012 novos empregos diretos e cerca de 20 mil indiretos, em vários setores da economia, como de telecomunicações, indústria farmacêutica e de bebidas. O total dos investimentos gira em torno de R\$ 1,5 bilhão. "A iniciativa compensa os efeitos da política macroeconômica do governo federal", garante o secretário de Desenvolvimento, Tito Ryff.

As novas fontes de captação da mão-de-obra, segundo o secretário, estão conseguindo suprir a taxa de desemprego no estado que, segundo pesquisa do Ibope, já mantém índice menor

que a média entre as capitais (5,9% contra 7,7%, em agosto). Em São Paulo, a taxa foi de 19,6, em agosto. "O crescimento tem se manifestado em todos os aspectos. O estado participa com 13,53% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso corresponde a 26 vezes a sua participação territorial", disse Ryff. O panorama estatístico, segundo o secretário, aponta ainda um crescimento de 1,32% do PIB, no estado, enquanto a economia caiu 0,12% no país. Estudos do IBGE sobre o comportamento da indústria fluminense mostram que o setor cresceu 1% em julho, com alta acumulada de 6,2% nos sete primeiros meses do ano. Mais uma vez o Rio deixou São Paulo para trás. No mesmo período, a maior metrópole do país acumulou um déficit de 8,5%, somados à queda de 1,2% em julho. "Mantemos também a maior renda *per capita*, que chegou a 8 mil dólares (R\$ 15,5 mil)", acrescentou o secretário, lembrando que a capacidade para a prestação de serviços dá flexibilidade para enfrentar a crise.

Além de repor empregos,

os incentivos maiores para a instalação das empresas em áreas preestabelecidas estão otimizando cada vaga. "Ao dividirmos as regiões do estado, conforme as potencialidades de cada uma, com incentivos específicos e vantagens adicionais para determinadas regiões, estamos valorizando cada emprego. Por exemplo: as 500 vagas, criadas pela Cervejaria Schincariol em Cachoeiras de Macacu, representam muito mais socialmente do que se fosse instalada na Região Metropolitana", justificou Ryff, acrescentando que os mesmos critérios levaram o Call Center da Telefônica Vésper (ex-Canbrá) para Macaé, onde serão gerados mais 1.300 empregos.

O incentivo fiscal básico, oferecido pelo governo, é o financiamento de 60% do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), durante cinco anos, com a taxa de juros de até 6% ao ano. A matemática, segundo exemplificou o presidente da Codin, Maurício Chacur, seria a seguinte: o empresário que recolher mensalmente R\$ 100 mil de ICMS, tem R\$ 60 mil devolvidos pelo governo. Ao final de cinco anos, ele passa a pagar o imposto integral, mais a parcela da diferença, durante 10 anos. As demais vantagens variam conforme o investimento e a área de implantação.

Os incentivos foram fundamentais para a instalação do Call Center da Vésper, em Macaé, conforme reconheceu o vice-presidente executivo da empresa, Rafael Steinhauser. "O estado do Rio, dentro da área de operação do setor de telefonia, é o mercado com maior potencialidade e infra-



Tito Ryff, secretário de Desenvolvimento: criar empregos

estrutura. Mas é lógico que o que nos motivou mais foram os incentivos fiscais", garantiu. A escolha de Macaé foi feita diante de algumas alternativas apresentadas pelo governo. "Pelo perfil da cidade, que mantém um bom nível de profissionais, vimos que era uma boa localização", justificou Steinhauser.

Os pequenos investidores contarão em breve com o fundo de fomento, que está sendo elaborado pelo governo do estado. Segundo Chacur, seria uma espécie de resgate do Banco de Desenvolvimento do Rio (BD-Rio), que exercia no estado as mesmas funções que o BNDES exerce no país. A intenção é financiar até R\$ 100 mil aos pequenos empresários que quiserem implantar novas instalações ou ampliar suas produções. Tito Ryff informou que os recursos serão gerados por 1% da cobrança bancária da dívida ativa, feita pelo Banco do Brasil. "Pelos cálculos da Secretaria de Fazenda, cerca de R\$ 3 bilhões da dívida são recuperáveis. Isso significa que R\$ 3 milhões irão para o fundo", disse Ryff.

Os aumentos registrados mês a mês na arrecadação do ICMS são mais um motivo para o otimismo da equipe econômica fluminense. Em agos-



Os incentivos fiscais do governo do Rio viabilizam a instalação de novas empresas

to, foi batido o recorde de arrecadação. Entraram R\$ 635 milhões nos cofres públicos, contra R\$ 490 milhões no mesmo período do ano passado (um crescimento de 29,5%).

A estratégia logística, segundo Chacur, visa dividir o mapa do estado em regiões industriais, onde já existem prévocações para determinados setores. A região do Médio-Paraíba abrigará o Pólo Metalmeccânico.

A proximidade com a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, e com as montadoras da Peugeot-Citroën, em Porto Real, e da Volkswagen, em Resende, segundo Chacur, fará com que novas indústrias se estabeleçam no local. "Estamos negociando com a Sport Cars, da Inglaterra, para instalar a fábrica na região. O investimento ficará em torno de R\$ 100 milhões", contou.

Na Baixada Fluminense, o principal empreendimento será a instalação do Pólo de Gás Químico. "Até o final do ano deve acontecer uma parceria entre a Petrobras e a Inepar/Suzano. A intenção é explorar a potencialidade industrial dos derivados de polietileno extraído do gás.

Os produtos, como garrafas plásticas derivados dessa matéria-prima, saem muito mais barato do que os que são extraí-

dos diretamente do petróleo", justificou Chacur, adiantando que o pólo deve ser instalado em Duque de Caxias.

Na região do norte-fluminense, órfã da cultura canavieira de extração de açúcar e álcool, está sendo preparado o Pólo de Fruticultura. Um acordo entre o governador Anthony Garotinho e a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), segundo Chacur, vai viabilizar a plantação e comercialização de polpas de frutas, como melancia, mamão, maracujá e goiaba.

"O grupo MPE está investindo cerca de R\$ 5 milhões na Fazenda Bela Joana, em Campos. Existe um amplo mercado para a polpa de frutas, em países como Itália e Japão", disse.

Na captura de novos investimentos, a Codin coloca uma equipe técnica multidisciplinar à disposição do empresário. O órgão oferece ainda terrenos em seus distritos industriais, estrategicamente localizados em 10 pontos do estado.

"Identificamos as áreas que possuem infra-estrutura básica adequada e prestamos orientação técnica na escolha da melhor localização industrial. Além disso, fazemos a prospecção de potenciais parceiros, fornecedores e consumidores", contou Chacur. (Helvio Lessa de Moraes.)

Novas marchas e o Grito dos Excluídos

O Na primeira semana de outubro, Brasília assistiu à reedição das marchas de protesto que integram o calendário dos partidos oposicionistas e movimentos populares contra a política do presidente Fernando Henrique Cardoso. A primeira foi dia 6 de outubro, promovida pela Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), com a presença de professores, auxiliares de ensino e estudantes da rede pública do Brasil.

Nesse protesto, com cerca de dez mil pessoas, a CNTE exibiu dados que, mais uma vez, comprovam a falência da educação pública, e um dossiê com a radiografia das escolas de Pernambuco, onde raramente chega merenda escolar, livros didáticos e onde mais de 70% dos professores são estagiários, com contrato temporário de trabalho.

No dia seguinte, 7 de outubro, foi a vez do Movimento dos Sem-Terra (MST) que encerrou em Brasília a marcha iniciada em 26 de julho no Rio de Janeiro. Inovando no percurso dos protestos, o MST não foi à Esplanada dos Ministérios. Os cinco mil participantes se concentraram na porta do Banco Central e protestaram contra a "obediência do governo ao Fundo Monetário Internacional".

Enquanto os manifestantes gritavam suas palavras de ordem, uma comissão integrada por parlamentares oposicionistas e João Pedro Stédile, um dos líderes do MST, foi recebida pelo presi-

dente do BC, Armínio Fraga. A ele foram entregues duas bandeiras: a brasileira e a norte-americana, numa alusão à sua dupla nacionalidade (Fraga é também cidadão norte-americano). O ponto alto da manifestação veio de dentro do banco, com uma enorme bandeira em que se lia a principal palavra de ordem dos manifestantes: "Fora FHC".

Os sem-terra ainda permaneceram em Brasília até o dia 12, data do Grito dos Excluídos da América Latina, movimento organizado, no Brasil, pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e que aconteceu, simultaneamente, em 14 países do continente, inclusive nos Estados Unidos. Na manifestação de Brasília, o protesto percorreu as embaixadas da Indonésia - onde foi levantada a bandeira de Timor Loro Sae, país que está sofrendo um massacre promovido pelas milícias indonésias - na Colômbia, em solidariedade ao povo daquele país ameaçado de sofrer uma intervenção norte-americana e, por último, em frente à embaixada dos Estados Unidos, quando os manifestantes depositaram cruzeiros sobre uma bandeira norte-americana ao som de músicas de protesto contra o neoliberalismo e a política do FMI.

A próxima manifestação acontecerá no dia 10 de novembro próximo, quando está prevista uma paralisação nacional com panelaços, buzinações e passeatas em todo o país.

Investimentos industriais decididos em 1999

Empresa	Município	Sector	Investimento	Empregos
Alpargatas	Resende	Diversos	não definido	500
Cervejaria Cintra	Pirai	Bebidas	R\$ 232 milhões	500
Roma Cajun	Resende	Alimentação	R\$ 1 milhão	35
Bonari	Rio	Telecomunicação	R\$ 350 milhões	1.300
Fresenius	Rio	Farmacêutico	R\$ 1,2 milhão	140
Geriatex	Rio	Farmacêutico	R\$ 800 mil	57
Lojas Americanas	N. Iguçu	Serviços	R\$ 20 milhões	500
Microbiológica	Rio	Farmacêutico	R\$ 3 milhões	80
Santo Estevão	Quatis	Min. N. Metal.	R\$ 1,5 milhão	100
Schincariol	C. Macacu	Bebidas	R\$ 210 milhões	500
Vésper	Macaé	Telecomunicação	R\$ 420 milhões	1.300

A reportagem a serviço da verdade e da justiça social

Neiva Moreira

Ando com uma dívida comigo mesmo, mas sobretudo com os jovens colegas que, no início da carreira, se interessam em conhecer melhor as histórias de jornalistas que marcaram a sua época. Refiro-me a um comentário sobre o livro póstumo de Edmar Morel, *Histórias de um repórter*, cuja edição foi lançada pela Editora Record e sobre o qual só hoje encontro tempo para esse registro. Para nós, veteranos jornalistas, o livro é verdadeiramente fascinante e o será também para os que se iniciam na profissão.

Fui, durante muitos anos, colega de Morel no *Diário da Noite*, o grande vespertino popular do Rio de Janeiro, que dis-

putava a liderança em tiragens com o seu principal concorrente *A Noite*. Éramos ambos repórteres e compartilhamos muitas pautas, como a deposição de Vargas. Em um lance de criatividade irresponsabilidade, Morel propôs ao austero comandante da operação pronto a invadir o Palácio Guanabara que entrássemos no seu tanque, que puxava a fila dos blindados que se deslocavam da Vila Militar. "Assistimos a tudo, montados no tanque do general Alcio Souto", conta Morel com o seu estilo de sempre.

O ambiente da redação àquela época era dominado pelo entusiasmo com a notícia e a reportagem. O diretor era mestre Austragésilo Athayde, que nos defendia contra as reclamações diárias do Dr. Assis Chateaubriand, que considerava o vespertino dos *Diários Associados* um ninho de "comunistas irresponsáveis".

Um dos pontos de atrito com o secretário de redação Carlos Eiras era a cor meio cinzenta do papel. Um dia, Chateaubriand resolveu assumir o seu poder de mando e determinou a mudança de papel. A tiragem desabou. Informado a respeito, Chateaubriand chegou à redação e sentenciou: "Eiras, pode usar o papel sujo. Cada povo tem o papel que merece."

Carlos Eiras se preocupava pouco

com as pautas. O forte dele eram as manchetes. Quando ia escrevê-las nos reunia para ver os assuntos do dia. Morel, sempre às voltas com grandes reportagens que ele garimpava não só no Rio mas no Brasil inteiro, ocupava, freqüentemente, os espaços. Então, Eiras com um gordo lápis vermelho armava a manchete que se convertiria na grande atração do dia.

Quando o então prefeito do Rio de Janeiro, padre Olímpio de Melo, autorizou o aumento do preço da carne, Eiras saiu com a dele: "O padre cedeu à tentação da carne" foi a manchete do jornal. Em poucas horas a edição estava esgotada. Até o presidente Vargas telefonou ao padre Olímpio para saber como foi que ele caíra na tentação do demônio.

Outra vez, Eiras, sem assunto, nos perguntou se não havia algo interessante para a manchete. Morel andava às voltas com o matador de Pinheiro Machado, Manso de Paiva, que freqüentava a redação e dele fizera o seu confidente. Eiras achou o tema explosivo demais para ser gasto de improviso. Quanto a mim, aponte para um mulato atlético na sala de espera e comentei: "Aquele homem ali diz que é o rei da Etiópia e pode explicar tudo em uma entrevista". Os olhos do Eiras brilharam. "Faça já, chame o fotógrafo." À tarde saiu com o tema altamente vendedor: "Selassie usurpador. O verdadeiro rei da Etiópia mora em Madureira".

Não me recordo como a matéria foi diagramada e como repercutiu no exterior e tenho dúvidas se o bairro era mesmo Madureira, mas sei que o falso rei não me largou mais. Queria que

eu providenciasse sua imediata viagem triunfal a Addis-Abeba para assumir o seu trono. A essa altura, Selassie tinha sido deposto pelos italianos e vivia exilado na Europa.

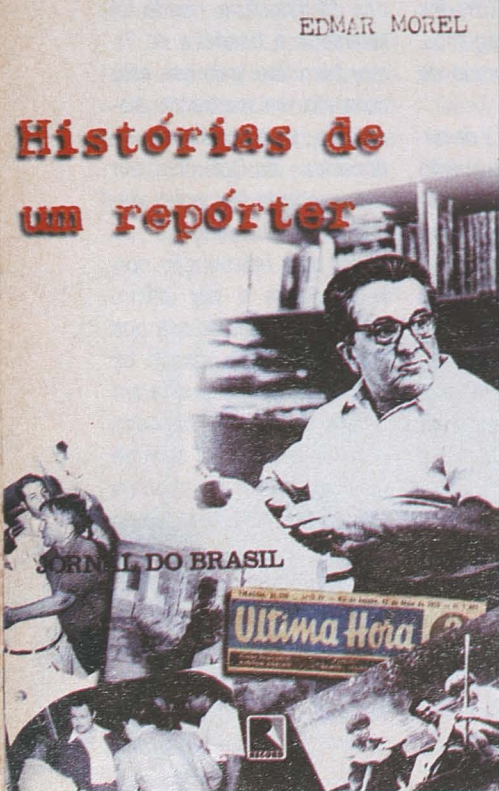
Muitas vezes as reportagens e as denúncias de Morel provocaram crises políticas e turbulências na alta direção dos "Associados". Ele encarava tudo com naturalidade, mesmo quando sua vida estava em perigo. Morel não foi só um inovador na reportagem, mas um pioneiro do jornalismo investigativo.

Certa vez meteu-se na selva amazônica onde desaparecera o explorador inglês Coronel Percy Francett. Fez sobre o tema revelações que, à época, tiveram enorme repercussão na imprensa internacional e até na corte inglesa. Não conheci repórter mais competente no encaminhamento das matérias e na sua apresentação e mais corajoso, hábil e honesto nas investigações e na elaboração dos textos do que aquele cearense baixinho, rebelde e irrequieto.

Os nossos jovens jornalistas, programados muitas vezes por pautas que nem sempre a eles permitem uma atuação mais livre e independente, encontrarão no livro desse grande repórter o exemplo de um jornalista, que, além de uma exemplar figura humana, era um lutador sem trégua e sem medo. Em Morel, o jornalismo não era apenas um texto, encobrindo interesses ou objetivos pré-definidos e nem sempre justificáveis.

Ele foi um combativo e bravo defensor dos direitos humanos e, por vezes, pagou por essa coerente e desassombrada posição um pesado preço, e nem sempre justificáveis um pesado preço, mas que fez do jornalismo uma arma a serviço da verdade e da justiça social.

Histórias de um repórter
Edmar Morel - Editora Record



Católicos fazem a festa no Maracanã

Os católicos lotaram o Maracanã, no Rio de Janeiro, para homenagear Nossa Senhora Aparecida, no dia 12 de outubro, e assistir à apresentação de vários artistas, proporcionando um público maior do que a visita do Papa, em 97

Cerca de 170 mil pessoas (foto ao lado) estiveram no estádio do Maracanã para assistir ao evento "Em nome do Pai". Com quase cinco horas de duração, o encontro contou com a presença de vários padres cantores, como Marcelo Rossi (foto acima), padres Zeca e Jorjão, e artistas como a apresentadora Xuxa Meneghel e a cantora Fafá de Belém



Crise na ESP

A Escola de Sociologia e Política de São Paulo, pioneira no ensino das ciências sociais no Brasil, está vivendo uma crise desde o final do ano passado, quando foram afastados alguns professores e se intensificaram as ações da direção da entidade mantenedora para impor novos rumos à escola. Em carta aberta à comunidade, o Comitê Permanente em Defesa da ESP denuncia que a direção da fundação mantenedora se propôs a transformá-la numa "instituição mercadológica, adequada ao mercado", e, para tanto, anulou o regimento da escola, à revelia do Ministé-

rio da Educação, que reconhece apenas aquele regimento de 1991. "O golpe sujo contra a Escola veio no período de férias, em dezembro de 1998. Na calada da noite, a direção da Mantenedora demitiu dois professores: Edmilson Costa e Heloísa Pagliaro, representantes dos professores-doutores e professores-mestres na Congregação.

Essas demissões foram não apenas uma provocação, mas também uma ofensiva para destruir a Escola e transformá-la num varejão qualquer, despido do caráter científico e do espírito crítico que sempre a caracterizou. As demissões foram as-

sumidamente políticas, pois os professores demitidos (ex-diretor e ex-vice-diretora da instituição no período de 1995/97), além de terem realizado um grande trabalho de reconstrução da ESP, possuem significativa produção acadêmica." Em consequência desse ato da mantenedora, renunciaram aos cargos o diretor Júlio Assis Simões e seu vice, Douglas F. Barros.

O impasse agravou-se quando, na volta às aulas, a Congregação, órgão decisório da Escola, anulou as decisões da mantenedora. Esta nomeou um interventor e contratou um corpo de seguranças para impedir a entrada dos professores demitidos, o que provocou diversos incidentes.

No final do semestre passado, mais alguns professores foram demitidos. "A situação está tensa, pois o interventor permanece cometendo ilegalidades e nossa autonomia acadêmica ainda não foi restaurada. Vamos continuar resistindo", afirmam os estudantes, que já abriram processo junto ao Ministério Público de São Paulo para que sejam investigadas atividades da mantenedora e contratos com várias prefeituras, envolvendo a contratação de estagiários da ESP, sem que tais contratações se realizassem.

Para mais informações, contatar o e-mail da ESP: florestanvive@zipmail.com.br - telefone (11) 31190629/256-1552)



Dois policiais descarregam sacos de maconha proveniente do Paraguai, na sede da Polícia Federal de São Paulo. A polícia capturou mais de 6 toneladas da droga em Tremembé, 170 km da capital paulista. É a maior quantidade do produto já confiscada no Brasil

Novas revelações alertam o país para a gravidade do problema da droga

Memélia Moreira

De Cruzeiro do Sul (AC) a Curitiba, de São Luís, capital do Maranhão, a Corumbá, em Mato Grosso, o narcotráfico e o crime organizado se instalaram no país. Nenhum dos estados da federação escapa de seus tentáculos que envolve juízes, índios, policiais, camponeses, parlamentares, advogados, médicos e uma infinidade de outros profissionais,

Câmara, entre perplexo, incrédulo e assombrado, os depoimentos prestados à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Narcotráfico, instalada para apurar os crimes cometidos por essas organizações criminosas.

Sob a presidência do deputado Magno Malta (PTB-ES), com relatoria do deputado Moroni Torgan (PSDB-CE), a CPI já provocou a cassação do deputado Hildebrando Pascoal (AC), ameaça o mandato de seu suplente, José Aleksandro (PMDB) e criou "filhotes",

NARCOTRÁFICO

INVESTIGAÇÕES AVANÇAM

manipulando cifras gigantescas e com poder de vida ou morte sobre as pessoas que atravessam seus caminhos criando obstáculos para suas atividades. Eles são responsáveis, também, pela integração do Brasil na rota internacional das drogas, uma economia delinqüencial que desorganiza as relações políticas e sociais dos estados, principalmente nos países do Terceiro Mundo. Há três meses, o Brasil vem acompanhando, às vezes em transmissão direta pela TV

com a CPI do Narcotráfico da Assembleia Legislativa do Maranhão, com uma lista de depoimentos definidos, inclusive do deputado estadual José Gerardo (PPB).

Ele foi acusado de dirigir o crime organizado que troca carretas roubadas no Brasil por cocaína e armas, em Cubiche e Santa Cruz de La Sierra, Bolívia, e já foi ouvido pela CPI da Câmara, com decisão de não assinar o compromisso de dizer somente a verdade.

Os primeiros sinais de que o país mudava de *status*, deixando de ser apenas produtor e consumidor da *canabis sativa* (maconha) para se tornar em mais um Estado "sensível" ao tráfico da cocaína, aconteceu em 1989, quando os tripulantes de um voo da Varig foram presos ao desembarcar em Miami Beach, nos Estados Unidos. Eles foram acusados de transportar alguns quilos de cocaína pronta para o consumo.

Na época, a Polícia Federal já vinha rastreando o movimento de transporte das drogas pelo território nacional, mas seu então diretor-geral, hoje senador, Romeu Tuma (PSL-SP), referindo-se aos requintados chefes do cartel de Medellín dizia não acreditar que eles deixassem suas luxuosas mansões com torneiras de ouro para se instalar nas matas da Amazônia. E ele tinha razão. Pablo Escobar, o chefe desse cartel, figura carismática que era venerado pela população de Envigado, sua terra, na Colômbia, onde desempenhava o papel de Robin Wood da barbárie, preferiu mandar construir as pistas de pouso clandestinas nos estados do Acre, Amazonas, Rondônia, Acre e Roraima. Só em Roraima, em janeiro de 1990, a PF tinha conhecimento de 110 pistas clandestinas construídas dentro do território indígena ianomâni e usadas por garimpeiros e traficantes.

Nessas toscas pistas com cerca de 250 metros de comprimento, bimotores e monomotores se abasteciam para cruzar os céus em direção aos Estados Unidos onde, de acordo com os relatórios da agência norte-americana de controle de drogas (Drug Enforcement Administration - DEA), se consomem 32% da coca latino-americana. E, aos poucos, o Brasil começava a chamar atenção dos centros consumidores por ter se tornado um ponto importante da rota. Não havia ainda a menor suspeita de que o tráfico pudesse se utilizar da nossa indústria química para processar a pasta-base das folhas de coca e transformá-la em produtos alucinógenos.



Na coluna social

Menos de um ano depois do episódio envolvendo tripulantes da Varig e quando a população do país ainda se refazia do susto imposto pela equipe econômica do então presidente Fernando Collor, que proibiu os brasileiros de movimentar suas poupanças e aplicações bancárias, o seqüestro do empresário Roberto Medina, no Rio de Janeiro, transfere as notícias do narcotráfico das colunas policiais para as primeiras páginas dos mais importantes jornais do país.

Medina fora seqüestrado por um grupo de quatro contraventores e, entre eles, surge o nome Nazareno Barbosa Tavares, alcunhado "Professor", uma figura pantanosa. Os seqüestradores exigiam US\$ 5 milhões e ninguém, por determinação da ministra da Fazenda Zélia Cardoso, podia movimentar legalmente essa quantidade de dinheiro.

Além de envolvimento com a quadrilha que seqüestrou o empresário, Nazareno guardava uma surpresa: sua agenda. Ela estava recheada de sobrenomes dos ricos e famosos que freqüentam os mais finos salões da alta sociedade brasileira. Nada errado, se Nazareno não fosse também acusado de envolvimento com o narcotráfico que, a essa altura, deixava as páginas policiais galgando as colunas sociais.

As negociações funcionaram e, poucos dias depois, o empresário é libertado. Na seqüência, três dos integrantes do crime são mortos pela polícia do Rio de Janeiro (Chocolate, Miguelão e Maurinho Branco), em circunstâncias até hoje não explicadas. Novamente, a questão do narcotráfico desaparece, entre as notícias do mundo do crime, das guerras dos comandos que controlam a distribuição nas favelas e nas chacinas das zonas pobres das grandes cidades brasileiras.



O relator deputado Moroni Torgan; Jorge Meres (de branco, ao microfone) prestando o seu explosivo depoimento; o deputado Magno Malta e Carmen Amaral, presidente e secretária da Comissão Parlamentar de Inquérito do Narcotráfico

Para surpresa geral, essas notícias sobre o narcotráfico ressurgem em 1992, quando o Brasil inteiro acompanhava, ao vivo, pela televisão, a CPI de PC Farias. Na época, vieram a público os escândalos financeiros que culminaram com o afastamento, seguido de *impeachment*, do presidente Fernando Collor e as jogadas financeiras de seu tesoureiro de campanha, Paulo César Farias.

Dessa vez, a questão da cocaína chegava às portas do Palácio do Planalto, quando foi denunciado o uso do avião de PC Farias, o famoso *Morcego negro*, para transporte de drogas. A denúncia foi investigada pela Procuradoria Geral da República que descobriu o nome de um cidadão francês conhecido por Deschamps e que seria um dos prin-

cipais amigos do empresário Paulo César. Ligado ao narcotráfico internacional, ele desapareceu do Rio de Janeiro tão logo seu nome foi veiculado pela imprensa. Deschamps é citado na "Bíblia" do narcotráfico, o livro *Kings of Cocaine*, de Guy Gugliotta e Jeff Leen, jornalistas do *Herald Tribune* que por dez anos investigaram a questão das drogas na América do Sul.

Por falta de provas, a pista do narcotráfico envolvendo PC Farias foi abandonada. Paulo César e sua namorada, Suzana Marcolino, foram assassinados, quatro anos depois da CPI. Abriu-se o inquérito, ainda inconcluso, para apurar as mortes (oficialmente um homicídio seguido de suicídio) até que, no início deste ano, oficiais da Força Aérea

Brasileira (FAB) foram acusados de transportar drogas em seus aviões, o que acabou motivando a instalação da CPI do Narcotráfico na Câmara dos Deputados.

Seria mais uma CPI do Narcotráfico (em 1991 Moroni Torgan foi protagonista de outra) se o procurador da República Luís Francisco de Souza não estivesse no encalço de Hildebrando Pascoal, ex-policia! do Acre, empossado deputado federal em fevereiro e denunciado pelo Ministério Público à II Seção Judiciária de seu estado, sob acusação de narcotráfico, crime organizado e comandante do esquadrão da morte que funciona no Acre, responsável por 68 assassinatos, um deles com o uso de motosserra.

De novo uma CPI que remete ao rumoroso caso PC e, dessa vez, envolvendo também o nome de seu irmão, o deputado federal Augusto Farias (PFL-AL), agora acusado de ser um dos cabeças do crime organizado, tráfico de drogas e mandante do crime de seu irmão PC. A acusação partiu do motorista Jorge Meres de Almeida, preso no Maranhão que, na CPI, confessou ter levado carretas roubadas para a Bolívia.

Jorge Meres de Almeida vem desempenhando, na Comissão de Inquérito, o papel do mafioso Tomaso Buschetta que, na década de 80, delatou à Justiça de seu país todos os seus cúmplices da máfia italo-americana, e suas ramificações no Brasil. Graças a esse depoimento, a máfia italiana foi severamente golpeada.

A CPI, que já foi prorrogada, deve ganhar um novo prazo para conclusão dos trabalhos. Ela só investigou, até o início de outubro, as ramificações do Acre, que chegam até o Piauí, Maranhão, Paraná, São Paulo, Rio Grande do Sul, Alagoas, Mato Grosso e Distrito Federal. As buscas devem se estender aos estados da Amazônia e se aprofundar no Rio de Janeiro e em São Paulo, os dois maiores centros de consumo de drogas e compra ilegal de armas do

país.

Carretas, armas e coca

Com ou sem violência, as centenas de carretas que circulam, hoje, pelas estradas brasileiras podem ter sido roubadas. Muitas delas trafegam com notas fiscais frias para legalizar suas cargas e seguir para a Bolívia, onde são vendidas por cerca de US \$ 38 mil, dinheiro que retorna ao Brasil em moeda ou sob a forma de armas pesadas e cocaína compradas, entre outros, das mãos de um cidadão boliviano de Puerto Suárez, que atende pelo apelido de "Chichita".

Essa rede, responsável pelo roubo de carretas, está espalhada do Acre ao Rio Grande do Sul. Seus principais responsáveis seriam, segundo o denunciante Jorge Meres de Almeida, o ex-deputado Hildebrando Pascoal, o deputado estadual do Maranhão, José Gerardo (PPB), o comerciante William Sozza, de Campinas, e o deputado federal Augusto Farias (PFL-AL). Sem contar o suplente de Hildebrando, José Aleksandro, que se apresentou voluntariamente para depor, negando seu envolvimento no tráfico, mas apurando-se outros crimes, entre eles o de falsidade ideológica e sonegação fiscal.

A denúncia feita pelo motorista Jorge Meres Alves de Almeida, gaúcho de Nonoai que em agosto fora preso na cidade de Pedrinhas (MA), surpreendeu os deputados da CPI do Narcotráfico. No dia 30 de setembro, oito dias depois da cassação de Hildebrando Pascoal, os parlamentares ouviram em detalhes mínimos, as tramas da rede que, segundo Meres, decidira a morte de Paulo César Farias e do delegado da Polícia Civil do Maranhão, Stênio Mendonça. O delegado comandava as investigações sobre o roubo de carretas em seu estado, e foi assassinado numa praia de São Luís, em 25 de setembro de 1997.

"Eu já prestei depoimento antes, mas eles foram abafados por aqueles que



Entre os presentes à CPI, estava Marília Mendonça, viúva do delegado Stênio, que há dois anos vem peregrinando nos gabinetes para ver concluído o inquérito sobre o assassinato de seu marido, morto em São Luís pela máfia do narcotráfico. O depoimento dela foi considerado muito objetivo e esclarecedor pela Comissão de Parlamentar de Inquérito.

não queriam esclarecer a morte de Stênio. A quadrilha roubava carretas para vender na Bolívia e de lá voltava com armas e drogas. Foram William Marques (William Sozza), o doutor Augusto Farias, José Gerardo e Hildebrando que decidiram a morte de Stênio. Eu era da confiança deles e ficava na sala onde acompanhava as reuniões. Era o José Gerardo quem dizia quem devia morrer. A reunião era no Village Palace Hotel, em São Paulo. Quem decidiu a morte do doutor Stênio foram esses quatro. Eu trabalhei com eles até 1997, quando me afastei."

Foi assim que Jorge Meres, homem de estatura mediana, barbas grisalhas, pelo impacto de suas confissões silenciou o lotado Plenário Nove do corredor das Comissões da Câmara dos Deputados. Entre os presentes, uma jovem mulher de óculos e cabelos longos ouvia o depoimento, interessada nos detalhes e na confirmação de suas suspeitas. Era Marília Mendonça, viúva do delegado Stênio, e que há dois anos vem peregrinando nos gabinetes dos poderosos para ver concluído o inquérito sobre a morte de seu marido e, principalmente, a punição dos responsáveis.



A artista plástica Yvone Bezerra ajusta um 'tijolo de cocaína' que forma um muro representando a separação entre a realidade e a droga, em recente exposição no Rio de Janeiro. À esquerda, as camisetas usadas por meninos de rua, manchadas de sangue, simbolizam a morte dessas crianças por agentes da polícia

Os assassinos de Stênio, conhecidos por "bando do Bel" (José Humberto Marcondes de Oliveira; Israel Cunha, o "Fala Fina", e José Vera Cruz Soares, o "cabo Cruz") foram chacinados em seguida por 50 homens quando voltavam de um reconhecimento feito em Santa Inês (MA), a pedido da polícia. O assassinato múltiplo aconteceu na BR-317, a menos de cinco quilômetros da fazenda de José Gerardo. Essa rodovia, que liga o Maranhão ao Pará, é temida pelos caminhoneiros por ser uma das importantes rotas do roubo de carretas. Os pistoleiros mortos teriam sido contratados pelo ex-deputado Davi Alves da Silva, assassinado em Imperatriz, no ano passado, contou Marília Mendonça.

Ela prestou depoimento logo depois de Jorge Meres. Exausta, mas calma e muito objetiva, Marília denunciou os cúmplices do deputado José Gerardo dizendo que, na véspera de seu depoimento, eles ameaçavam uma de suas filhas. Ela terminou citando também os nomes do deputado estadual Francisco Caíca e do empresário José Laurixto, entre os interessados pela morte de seu marido.

Laurixto está desaparecido há mais de um ano. Foi visto pela última vez saindo da polícia com um desembarga-

dor do Tribunal de Justiça do Maranhão. Em vez de convocado para depor, foi apenas convidado a prestar esclarecimentos como se nada tivesse com o crime. A partir dessas informações, só restou à CPI convidar mais deputados para esclarecer o envolvimento de seus nomes ligados ao gangsterismo nacional. Augusto Farias, federal, e José Gerardo, estadual, se anteciparam. Não esperaram o convite e se ofereceram para depor espontaneamente. Falta ouvir ainda Francisco Caíca, que antes de se eleger foi assessor de José Gerardo.

Linha única de defesa

"Faço sob palavra de honra falar a verdade sobre o que eu souber e o que me for perguntado." Com esse juramento, ao qual, regimentalmente, não é obrigado a prestar, o deputado Augusto Farias iniciou seu depoimento no dia 6 de outubro. Já na véspera, em frente ao gabinete do presidente da Câmara, o deputado deixara claro que não se submeteria a todos os processos da investigação. Ele declarou que não aceitaria a acareação com Jorge Meres porque "bandido tem que ser acareado com bandido.

Eu não sou bandido. Não aceito".

Tenso e monossilábico, o parlamentar alagoano fez sua defesa lendo uma carta de seus sobrinhos, filhos de PC Farias, em que mantêm confiança no tio acusado. Jurando ser um homem temente a Deus e amar seu irmão assassinado mais que "todas as pessoas do mundo", leu uma outra carta assinada por toda a bancada de seu estado, inclusive pelo ex-ministro da Justiça, Renan Calheiros (PMDB), com o atestado de idoneidade a seu respeito.

Mas seu depoimento foi marcado por apenas duas frases: "Não sei", "não conheço", a cada pergunta feita por seus colegas sobre nomes ou cidades citadas no mapa do narcotráfico feito por Jorge Meres. Houve um momento de tensão. Irritado pelas sucessivas negativas de Augusto Farias, seu colega Lino Rossi (PSDB-MT) insistiu na acareação com Meres. Nova recusa e, aos gritos, Rossi perguntou: "Vossa Excelência tem medo?" O caçula da família Farias explodiu e, também aos gritos, respondeu: "Não tenho medo. Vossa Excelência quer me expor. Quer aparecer às minhas custas." Magno Malta acalmou os ânimos.

Uma das poucas respostas afirmativas de Augusto Farias referiu-se à fazenda de um de seus irmãos (Rogério Farias), localizada no Maranhão, na mesma área onde acontecem os roubos de carreta e onde foram assassinados os matadores do delegado Stênio.

Augusto não convenceu os integrantes da CPI, ao dizer que jamais faria uma acareação com bandido (ele tem foro especial e só será obrigado a isso em juízo), e provocou uma observação feita por Pompeo de Mattos (PDT-RS): "Vossa Excelência diz que não fala com bandido, mas se encontrou com Chapéu de Couro (pistoleiro que fora contratado para matar a deputada Cecy Cunha, do PSDB, assassinada em dezembro do ano passado, a mando do deputado cassado Talvane Albuquerque).

Augusto desviou-se da pergunta e Pompeo argumentou: "Tem muita gente que sabe das coisas e não diz. Isso deve



O deputado estadual do Maranhão José Gerardo, acusado pela testemunha Meres de ser um dos chefes do narcotráfico nesse estado, quando prestava seu depoimento, alegando inocência

estar acontecendo com Vossa Excelência." E completou: "Deputado que se acerta com bandido não é deputado, é bandido". Augusto não reagiu.

No dia seguinte, a cena se repetiu. Pouco mais de 1,60 metros de altura, estalando a língua nos dentes, a cada pergunta delicada, acompanhado por um de seus advogados, apresenta-se o deputado estadual maranhense José Gerardo (PPB). Na sala dos trabalhos, parte da bancada estadual do Maranhão que integra a CPI da Assembleia Legislativa do estado.

O deputado Lourival Mendes (PT-doB), delegado de polícia que foi amigo de Stênio Mendonça, esteve presente. Ele fora designado presidente da CPI da Assembleia do Maranhão, mas teve de renunciar a contragosto, pela pressão dos deputados, que consideravam que tendo sido ele citado em um depoimento sobre o assassinato do delegado Stênio, não podia presidir aquela comissão.

Mendes disse que vai usar o depoimento de José Gerardo feito na Câmara dos Deputados, quando este se apresentar na Assembleia Legislativa maranhense.

Presta juramento, não presta juramento, a mesa da CPI perdeu mais de dois mi-

nutos tentando convencer o empresário José Geraldo, do setor de transportes urbanos de São Luís, e parlamentar maranhense a se comprometer falando a verdade. Em vão. Seu argumento? Apresentara-se voluntariamente. Logo, estava disposto a falar a verdade. José Gerardo é um ser temente a Deus, como Augusto Farias, carrega consigo atestados de antecedentes criminais limpos. Como José Hildebrando é acusado de sonegar informações à Receita Federal, não declarando ser proprietário de um avião prefixo PT- VKV, como José Aleksandro, a respeito do qual ele deu a sua explicação. Como Augusto Farias, negou-se à acareação com o motorista do narcotráfico, porque "não aceito ser acareado com bandido".

No meio do depoimento, a CPI trouxe Jorge Meres, o motorista, para o plenário. José Gerardo interrompeu o interrogatório para ir ao banheiro, onde conversava com seu advogado que, durante todo o tempo, balançava a cabeça, em sinal de reprovação à conduta dos parlamentares.

A presença de Meres desestabilizou a aparente calma de José Gerardo que, embora tenha garantido não saber sequer quem morava em um de seus inúmeros imóveis, negando, também, conhecer "o bando de Bel", caiu em contradição ao dizer que José Humberto (o Bel) era proprietário de uma cerâmica na cidade de Santa Inês. Disse ele também que "todo mundo conhece o Bel".

A partir desse momento, todos os integrantes da CPI passaram a demonstrar insatisfação.

Gerardo perdia a paciência e tentava inverter os papéis, interrogando Torgan, Magno Malta, Pompeo de Mattos e demais deputados que duvidavam de suas explicações.

A partir das investigações, ficou mais clara a presença do narcotráfico no Maranhão, levando os deputados a deslocar a CPI para São Luís.

O deputado estadual José Geraldo, acusado de mandante da morte do delegado de Stênio Mendonça, da chacina do bando do Bel, de chefe da quadrilha do crime organizado, de tráfico de armas, de tráfico de entorpecentes, do assassinato de seu amigo e ex-deputado federal Davi Alves da Silva e do assassinato de um cobrador de sua empresa de ônibus, apelou para sua prerrogativa de poder marcar o próximo depoimento para 10



A partir dos trabalhos da CPI do Narcotráfico, o país, pela primeira vez, está tomando conhecimento da penetração do crime organizado nos círculos do poder

de novembro (data de encerramento da CPI, já prorrogada), apelou para o des-
preparo em que se encontrava para res-
ponder as acusações tão graves que lhe
são feitas e que ele contesta, alegando
ser um "homem honesto e trabalhador".
Voltará a depor perante a CPI na capital
maranhense.

Uma semana depois, na quinta-
feira, 14 de outubro, um homem simples,
que fala tropegamente o português, con-
firma as denúncias do motorista Meres,
complicando a situação de José Gerardo.

O porteiro da empresa de transporte
São Luís, de propriedade do deputado
estadual Duvaldo Lima Almeida, confir-
ma em seu depoimento: dois dos assa-
ssinos do delegado Stênio Mendonça
dormiram na garagem da empresa nos
dias que antecederam o assassinato do
delegado.

Ainda não refeitos do depoimento
prestado durante 12 horas por William
Sozza - que chegou a confundir todos os
presentes à CPI sobre sua inocência e, na
sessão secreta, apavorado e dizendo que
sua vida e de sua filha correm perigo,
confirmou que sua empresa, Dog Center,
em Campinas (SP), é fachada para o
crime organizado - os deputados que
investigam o narcotráfico chegaram a
um impasse.

Mesmo com a prorrogação da data
de encerramento da Comissão Parla-
mentar de Inquérito, eles sabem que o
tempo é insuficiente para confirmar o
envolvimento dos grandes chefes do
crime organizado. Sabem, também, que
se a CPI se transformar em comissão
permanente perderá poderes. Não po-
derá, por exemplo, quebrar os sigilos
telefônico, bancário e fiscal dos sus-
peitos. E pior ainda: tomaram conheci-
mento de que o governo não dispõe de
recursos para dar seguimento ao progra-
ma de proteção das testemunhas.

Sem ele, nenhum dos parlamenta-
res tem segurança de poder continuar
com a investigação para chegar aos
chefes do cartel brasileiro, porque
sabem que o narcotráfico não perdoa.
Mata.

Confirmação secreta: Novas pistas

O depoimento público do em-
presário paulista William Sozza
seguir a mesma linha dos acu-
sados Hildebrando Pascoal, José
Aleksandro, Augusto Farias e José
Gerardo. A diferença ficou no estilo. Foi
o único que não trouxe qualquer ates-
tado de bons antecedentes, não con-
fessou crimes paralelos e, em nenhum
momento, exaltou-se, nem mesmo com
as perguntas da deputada Laura
Carneiro (PFL-RJ) quando esta, num
tom irônico, questionava sobre as ati-
vidades das transportadoras que
prestam serviço à empresa Dog Center,
de propriedade de Sozza e que vende
produtos para cachorros na cidade de
Campinas.

Acusado por Jorge Meres, de
quem foi patrão, de ser um dos gran-
des chefes do crime organizado e do
narcotráfico, William, de 33 anos, foi
coerente o tempo inteiro e sustentou,
com calma, a acareação com seu ex-
empregado. Não se exaltou, não alte-
rou o tom de voz nem ameaçou. Disse
apenas que não eram verdadeiras as
informações de Meres sobre as reu-
niões com Augusto Farias, Hildebrando
Pascoal e José Gerardo, na qual su-
postamente decidiam sobre quem de-
via morrer. Negou, também, ter ficado
com empresas de Paulo César Farias.

No meio da acareação, a sessão
da Comissão Parlamentar de Inquérito
foi suspensa para que os deputados
acompanhassem a votação da ordem
do dia no plenário da Câmara, obede-
cendo ao regimento interno da Casa.

No retorno, mais uma dificuldade a
enfrentar: Sozza não aceitava uma no-
va sessão, dessa vez, secreta. Duran-
te uma hora, os assessores jurídicos da

Comissão usa-
ram todos os
argumentos a
fim de conven-
cê-lo. A estraté-
gia funcionou.

A imprensa
foi afastada, as
portas fecha-
das e a TV Câ-
mara deixou a sala. Foi nessa sessão,
longe dos refletores, que o empresário
acusado contou o que sabia.

De acordo com informações de
quem participou da sessão secreta, e
cujo conteúdo integral só poderá vir a
público dentro de 15 anos, Sozza con-
firmou detalhes do depoimento de seu
ex-motorista particular e confessou es-
tar "apavorado" porque pode ser morto.

William Sozza não voltou a Cam-
pinas, onde vive, permanecendo em
Brasília onde está sendo estudado o
pedido da CPI para que ele seja
enquadrado no programa de proteção
de testemunhas.

A partir do depoimento secreto do
empresário paulista, que seria um dos
fornecedores de notas fiscais falsas
para as cargas das carretas roubadas,
os deputados da CPI do Narcotráfico
determinaram novas diligências que
já estão sendo providenciadas pela
Polícia Federal.

Entre estas diligências, a Polícia
Federal irá vasculhar as garagens onde
foram escondidas as carretas roubadas
e a Comissão Parlamentar de Inquérito
deve convocar agentes da Polícia
Rodoviária Federal acusados de rece-
berem propinas para que as carretas
trafeguem pelas estradas brasileiras
sem qualquer empecilho.



William Sozza

O caldo de cultura da pobreza

A desorganização e omissão do Estado no Terceiro Mundo é apontada como uma das causas da expansão do narcotráfico. No Brasil, o problema já atingiu o estágio de epidemia generalizada para a qual nem o governo nem a sociedade estão preparados

O avanço do narcotráfico nos países do Terceiro Mundo deve-se à crescente proletarização dessas sociedades que, sem emprego, sem condições de sobrevivência, sem políticas sociais de Estado que lhes garantam a vida, e sem alternativas de dignidade, optam pela "economia deliquencial" que assola a América Latina, África, Ásia, Rússia e os países da região dos Bálcãs. "Essa é uma guerra perdida porque seus soldados (plantadores, distribuidores) se encontram nos mais pobres dos mais pobres países do mundo e seus comandantes freqüentam Wall Street, movimentando cifras incalculáveis". A tese é de Fernando Carlos Mesquita Filho, sociólogo e professor de História da Universidade de Mato Grosso (Unemat), estudioso da questão do narcotráfico. Mesquita diz ainda que o narcotráfico constitui-se, hoje, "na única economia viável que resta para o Terceiro Mundo".

A tese encontra eco na instituição francesa OGD - Observatoire Géopolitique des Drogues (Observatório Geopolítico das Drogas) que anualmente publica um relatório com o mapa dos narco-Estados. Uma análise superficial sobre o mapa mostra que o tráfico de drogas se expandiu exatamente entre os pobres do planeta, enquanto a taxa de consumo de cocaína e heroína se distribui entre os ricos (o consumo dos subprodutos da coca, entre eles a merla é o mais comum

entre os países produtores exatamente porque seus preços são mais acessíveis).

Eles distinguem três situações: os narco-Estados, onde o país ou um setor dele estão envolvidos ou se beneficiam do narcotráfico; as nações sob influência do narcotráfico, nas quais integrantes do aparelho estatal estão implicados no tráfico em todos os níveis (compra, distribuição e até consumo) e os Estados sensíveis, em que se constata casos individuais de corrupção do aparelho governamental pelo narcotráfico. Na América Latina, o Brasil, segundo o OGD, é um "Estado sensível", enquanto Colômbia, Panamá, México, Equador e Panamá são considerados narco-Estados.

Com base nos relatórios da Interpol, o OGD afirma no seu relatório "Estado das drogas, drogas do Estado" que no Brasil, apesar de ter suspenso no país a linha aérea da Varig que fazia o percurso de Lagos (Nigéria) ao Rio de Janeiro, usado pelos "mulas" (pessoas que transportam a droga para o distribuidor) nigerianos e israelenses, "os laços com o tráfico internacional de drogas se intensificaram". A OGD diz ainda que somos o alvo dos produtores latino-americanos por ser o único país da região a contar com uma importante indústria química, entre elas a Dow Chemical.

Esses dados não surpreendem a Igreja Católica brasileira. Desde 1992, o Conselho Indigenista Missionário (Ci-

mi) vem alertando a Polícia Federal sobre os primeiros conflitos que surgiam nas comunidades indígenas da fronteira, principalmente entre os campos, do Acre, porque o narcotráfico estava usando as suas áreas como rota para as drogas. Na época, o Cimi promoveu uma reunião com todo seu corpo jurídico para saber qual atitude tomar, uma vez que o governo brasileiro se mantinha "totalmente omissos diante das denúncias", disse Dom Tomás Balduino, ex-presidente do Cimi e atual presidente da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Uma verdadeira barbárie

"É fatal que seja assim. Um país que obriga seu povo a mendigar, que não faz reforma agrária, que não oferece oportunidades iguais, que é campeão mundial de concentração de rendas, só pode cair nessa barbárie, que é o tráfico das drogas", disse Dom Tomás Balduino.

Citando o exemplo do motorista Jorge Meres, ele disse: "Ele é filho de lavradores, vivia na terra dos índios cain-gangues e sua família foi expulsa da terra quando os índios resolveram recuperar toda a área ocupada. Migrou, chegou em São Paulo, o salário não dava para sobreviver, estava cansado e os criminosos não tiveram a menor dificuldade em recrutá-lo. E assim deve acontecer todos os dias em algum ponto do país."

O deputado Fernando Ferro (PT-PE) segue a mesma linha de raciocínio afirmando que foi a falência da agricultura pernambucana que "fez eclodir o Polígono da Maconha", região que integra dezenas de municípios conhecidos por se destacar na produção da *canabis sativa* consumida no Brasil e exportada para a Europa a partir de Recife. Integrante da CPI, Ferro diz ainda: "Nós

descobrimos uma metástase que está pondo em risco o Estado brasileiro e é o início da gestação de um Estado dentro do Estado. Ninguém leva a droga do Nordeste ou da Bolívia para o Rio de Janeiro e São Paulo se não tiver conviência, articulação, com autoridades em Minas Gerais, Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul. O que está acontecendo na Rússia hoje? É um Estado mafioso operando dentro do Estado. Nós começamos a correr esse perigo".

A desorganização do Estado também foi citada pelo relator da CPI. Ele acredita que o Brasil não se mobilizou para enfrentar o crime organizado. "O problema das drogas é uma epidemia generalizada para o qual nem o Estado brasileiro nem a sociedade estão preparados. E o pior, não estão se preparando."

Embora discorde da tese de Dom Tomás Balduino, o relator da CPI diz que "os produtores têm um forte argumento para conquistar novos aliados: a pobreza. Essa pobreza é responsabilidade do Estado e da sociedade, que vem se omitindo. A maior vergonha de um povo é ver um cidadão, seu próximo, não ter o que comer. E estamos vendo isso todos os dias".

Torgan reafirma, a cada sessão, que não está interessado apenas em chegar "aos mulas, laranjas (testas-de-ferro) e aviões (distribuidores de quantidades para consumo individual). Queremos chegar aos poderosos", diz ele, afirmando que estes "vivem dentro da alta sociedade brasileira, lidam com muito dinheiro, não tocam na droga mas financiam o narcotráfico que movimenta entre US\$ 600 bilhões a um trilhão por ano com a venda da droga, dinheiro que está aplicado no mercado financeiro internacional".

Consciente de que a retirada desse volume de dinheiro de circulação promoveria uma quebra no sistema financeiro mundial, com a queda das mais importantes bolsas de valores do mundo, o deputado Moroni Torgan, ex-delegado da PF, tem uma proposta: "confiscar os narcodólares para pagar a dívida externa dos países pobres". (M.M.) ■



A tragédia do álcool e da droga entre os meninos de rua no Brasil: o dramático alerta da Igreja

Reforma tributária reduz número de impostos

Agora pode ser votada. É uma exigência da sociedade.

A proposta de reforma tributária, apresentada pelo deputado Mussa Demes (PFL/PI) e ainda sem data de votação, reduz o número de impostos, cria novos tributos e divide o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) entre a União e os estados. Consenso entre os parlamentares de todos os partidos, a proposta deverá ser alterada com emendas que a complementam, pois, de acordo com Luís Salomão (PDT-RJ), o projeto "está incompleto".

Gerado em dois meses, o Relatório Demes foi apresentado logo após o recesso, depois de ouvidas, em audiências, dezenas de tributaristas, juristas, prefeitos e a sociedade de um modo geral. As audiências aconteceram durante o final do primeiro semestre, logo depois de o presidente da Câmara, Michel Temer, ter decidido que a prioridade de votação seria a Reforma Tributária e não a Reforma Fiscal, como pretendia o presidente Fernando Henrique Cardoso.

Mudanças

O relator acredita no alcance social da proposta, porque ela prevê, entre outros itens, uma redução do ICMS nos produtos que integram a cesta básica. Além disso, extingue o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), o que, segundo Mussa Demes, pode se transformar em incentivo à geração de empregos.

A grande conquista, entretanto, diz o relator, é a criação de um imposto de renda negativo, para beneficiar as famílias carentes. Esse imposto negativo seria a tradução governista do projeto de renda mínima, principal bandeira do senador Eduardo Suplicy (PT-SP).

No seu relatório, Demes rejeitou as sugestões que transformavam a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) em imposto permanente, e reagiu à proposta, dizendo que na nova estrutura tributária "não há espaço para o mais cumulativo e o mais regressivo dos tributos". Apesar de sua recusa, observadores dos partidos governistas garantem que a CPMF resistirá.

Partilha

A essência do ICMS pretendido pelo Executivo, dentro da proposta encaminhada ao Congresso, foi mantida. O governo pretendia federalizar este imposto, dividindo a arrecadação entre os três segmentos da federação (União, estados e municípios) e o relator, mesmo sem incluir os municípios, foi fiel ao espírito da proposta.

Caso seja aprovada sem modificações, a nova estrutura do ICMS en-



Deputado Mussa Demes, proponente de nova reforma tributária

globalará o Imposto sobre Serviços (ISS) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), tributos que desaparecerão no novo código.

Além disso, a arrecadação será partilhada entre a União, a quem caberão 4% da arrecadação, e os estados, que devem ficar com 16%. As alíquotas serão regulamentadas por lei complementar e caberá ao Senado fixar os percentuais de cada estado.

De competência estadual, o ICMS proporciona, atualmente, uma arrecada-

dação global de R\$ 59 bilhões/ano. Essa arrecadação se dá apesar da complexidade das 27 constituições estaduais, que fixam desde as alíquotas diferenciadas até benefícios específicos atribuídos pelo fisco de cada um dos estados.

Embora não tenha incluído no seu texto a proposta do senador Antônio Carlos Magalhães - que uma semana antes da apresentação do relatório saiu em defesa do combate à pobreza - o deputado Mussa Demes acredita que o projeto do senador, criando um fundo especial para a erradicação da pobreza e já aprovado por seus colegas, integre o texto final da reforma a ser votada até o final do ano.

Mais contribuintes, menos evasão

Um dos pontos fundamentais da reforma seria um suposto aumento da base de arrecadação e a redução da evasão fiscal, instrumentos básicos para compensar possíveis perdas de receitas nos diferentes níveis do governo.

Entretanto, as alternativas contidas no projeto original do Executivo não tinham consistência técnica, segundo o professor Jovino Cândido da Silva, integrante do G-15, movimento que reúne as 15 prefeituras mais ricas de São Paulo. Para corrigir essa falha, o relator incluiu a quebra de sigilo bancário.

Para as oposições, opina o deputado Marcelo Déda (PT-SE), um dos pontos mais importantes da proposta diz respeito à possibilidade de quebra de sigilo bancário de pessoas físicas e jurídicas. A medida objetiva reduzir a sonegação fiscal, mas deve merecer novos estudos e será regulamentada em lei complementar.

Para os prefeitos, uma boa notícia. Com os caixas a zero, a partir da reforma eles poderão arrecadar impostos para pagar os serviços de limpeza e iluminação pública. Os municípios também poderão arrecadar até 100% do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Es-

Os principais pontos da reforma:

- *ICMS dividido entre União e estado, substituindo o IPI, ISS e o atual ICMS.*
- *Extingue a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins).*
- *Cria o Imposto sobre Vendas e Varejo (IVV), a ser arrecadado pelos municípios.*
- *Cria a Contribuição Social Geral (CSC) para substituir o Cofins, o PIS, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido das Empresas (CSLL) e salário-educação.*
- *Extingue impostos sobre exportação.*
- *Taxa igualmente produtos nacionais e importados.*
- *Estende por mais dez anos os incentivos à Zona Franca de Manaus, que venceria dentro de 14 anos.*
- *Proíbe o Executivo a editar medidas provisórias sobre matéria tributária.*
- *Libera a quebra de sigilo bancário.*

sa arrecadação, entretanto, obrigará as prefeituras a arrecadar e a fiscalizar esse imposto.

Complementação

Por considerar insuficiente a proposta do relator, Luís Salomão apresentou emendas aditivas e substitutivas. O representante pedetista quer que a reforma inclua dispositivos que tornem imprescritíveis e inafiançáveis os crimes contra a ordem tributária.

Aqui no Brasil, diz o parlamentar fluminense, "falar mal do presidente da República é hediondo, falar mal de um negro é inafiançável, o que é justo, no entanto o sonegador, que faz mal a um número muito maior de pessoas, paga e é liberado. Ora, o sistema tributário é um elemento fundamental para redistribuição de renda e o nosso sistema consagra a injustiça".

O parágrafo seis desta emenda diz: "A lei estabelecerá como crime de sonegação fiscal, sujeito a pena imprescritível, inafiançável e insusceptível de graça ou anistia, os atos omissos e comis-

sivos praticados pelos contribuintes, agentes públicos fiscais ou qualquer pessoa por ela obrigada."

O combate contra a injustiça fiscal brasileira está contemplado numa das emendas de Luís Salomão, que pretende defender a redução da carga de fiscalidade do trabalho, dar um tratamento favorável às micro e pequenas empresas e evitar a evasão fiscal, uma das maiores vilãs da má distribuição de renda, segundo o deputado.

Salomão acredita que essa reforma, na pauta da Câmara desde 95, agora é uma exigência da sociedade e, por isso, não pode ser feita pela metade. Por essa razão, ele apresentou também emenda propondo a criação de impostos contra os responsáveis pela degradação ambiental e uso de recursos naturais. Essa emenda esbarra no consenso que é de não criar novos tributos, mas o parlamentar carioca lembra que o novo código tributário deve levar em conta as mudanças de comportamento e, evidentemente, defender os recursos naturais que estão se tornando escassos em todo o planeta. ■

Os **deserdados** da pátria

Milhares de brasileiros são obrigados a deixar suas terras no Paraguai e no retorno enfrentam a desatenção do governo brasileiro

Cácia Cortez

No dia 14 de junho de 1985, a cidade de Mundo Novo, na fronteira do Mato Grosso do Sul com o Paraguai, amanheceu com centenas de barracos de agricultores brasileiros vindos daquele país, armadas ao lado da prefeitura da cidade.

Nos dois meses seguintes, a cidade presenciou a peregrinação de mil famílias em regresso ao Brasil, reivindicando terra para serem assentados. Nos seis meses que se seguiram, o local se

transformou em uma cidade de lona em condições subumanas, o que levou à morte de 27 pessoas, transformando a vida da região. Houve forte repressão policial e a fronteira foi fechada para evitar o regresso de mais famílias. Mato Grosso do Sul e o Brasil tomavam conhecimento da existência dos brasiguaios, que se somavam à luta pela reforma agrária.

Mas antes reivindicavam das autoridades brasileiras o seu repatriamento, depois de quase 30 anos de tentativas frustradas de permanência no país vizinho como agricultores.

Terminava ali um ciclo de emigração de milhares de descendentes de europeus que colonizaram a Região Sul do Brasil e de nordestinos e mineiros, que encontraram no Paraguai a última fronteira para continuar sobrevivendo da lavoura.

Os brasiguaios são o resultado da expulsão de centenas de milhares de agricultores do sul do país, iniciada na década de cinquenta, no sudeste e oeste do Paraná, quando suas terras foram sendo incorporadas por colonizadoras, que promoviam assim a concentração de terras na região. Na década de ses-



Acampamentos de brasiguaios, na fronteira brasileira, sem qualquer apoio para melhoria das condições de vida

Fotos: Nôooo



Sem os registros de nascimento, as crianças nascidas no Paraguai eram impedidas de frequentar as escolas por não poderem comprovar sua cidadania. Aí está o acampamento em que vegetam

senta, a concentração se intensificou com a introdução da monocultura mecanizada voltada para o mercado externo. Esses fatores, somados à estratégia política dos governos militares de penetração e ocupação das fronteiras, traçou o percurso do êxodo de cerca de 300 mil agricultores brasileiros para o território vizinho, onde reiniciaram o processo de preparo das terras para a agricultura, construindo vilas e povoados nas regiões de Alto Paraná e Canendéu principalmente.

Os agricultores foram atraídos pelas empresas colonizadoras paraguaias, apoiadas pelo Instituto de Bem-Estar Rural (IBR) do Paraguai, que ofereciam vantagens aos brasileiros para a ocupação das terras, até que novo êxodo se repetisse, trinta anos depois, de forma ainda mais dramática.

Naquele ano, milhares de famílias estavam sendo expulsas de suas terras compradas do IBR e de colonizadoras, pois estas tinham vendido as mesmas

áreas para outros compradores. Os despejos violentos estavam sendo comandados por soldados do exército e da polícia paraguaia.

Os agricultores compraram lotes de cinquenta e duzentos hectares, com prazos de pagamento de três a cinco anos. Com a dívida já quitada, no momento de receber o título definitivo de posse, os agricultores eram informados de que o pagamento tinha sido anulado e que deveriam pagar novamente a mesma terra ou entregá-la para o novo dono. O mesmo ocorria com os arrendamentos. Muitos agricultores já tinham sido obrigados a pagar duas, três vezes a mesma terra, ou entregar a própria produção como garantia.

Nem brasileiros, nem paraguaios

Outro problema enfrentado era com a documentação para a permanência no país, como a carteira de imi-

grante, o "permisso" e outras taxas, constantemente renovadas, quando não falsificadas pelos comissários locais ou autoridades responsáveis pela expedição desses documentos. Isso obrigava as famílias a desembolsar frequentemente altas quantias para garantir a permanência de cada membro. Em consequência, muitas famílias viviam clandestinas nas colônias, fugindo dos comissários.

Privados de documentos, já não conseguiam o registro dos filhos nascidos no Paraguai. Os que tinham alguma reserva financeira preferiam registrar seus filhos nas cidades brasileiras da fronteira com Mato Grosso do Sul e Paraná. Além disso, a maioria dos filhos não frequentava a escola por falta de documentação que comprovasse sua condição de brasileiros ou de paraguaios.

As dificuldades para conseguir a posse de suas terras e o excesso de taxas para a documentação de imigrantes se

agravavam com os baixos preços conseguidos pelos produtos, o que acentuava a descapitalização dos agricultores. Restava, como única alternativa, o regresso ao Brasil, onde até hoje não têm a cidadania reconhecida.

São milhares de famílias que já não conseguem comprovar a cidadania brasileira ou paraguaia por falta de documentação, o que impede inclusive o acesso dos filhos à escola e sua inclusão como beneficiários nos assentamentos de reforma agrária no Brasil, ou mesmo sua permanência no Paraguai, na condição de imigrante legal.

Violência

Além dos problemas de documentação, posse das terras e comercialização dos produtos, os brasiguaios relataram, na época, o violento tratamento recebido das autoridades paraguaias, como torturas, prisões sem motivos, espancamentos, saques, perseguições e seqüestro seguido de estupro de filhas e esposas, além de cobrança de soldo para os quartéis do exército lotados na fronteira. Na época, o Clamor, entidade de Defesa dos Direitos Humanos, ligada à Arquidiocese de São Paulo, registrou trinta casos de vítimas de torturas entre os brasiguaios, relatados pelos agricultores - a maioria cometidas pelas autoridades policiais.

A presença dos brasiguaios forçou a retomada das negociações entre os grupos consulares do Brasil e do Paraguai na tentativa de solucionar o problema da evasão dos agricultores brasileiros do Paraguai. Vários encontros foram realizados entre as duas equipes consulares. No entanto, os problemas da posse de terras e da documentação não tiveram solução definitiva e não houve um acompanhamento direto do consulado brasileiro para apurar as denúncias de torturas e despejos ilegais.

Hoje, quinze anos depois, os brasiguaios continuam tentando o regresso e



A bandeira do Brasil, dominando a movimentação dos brasiguaios

recebem o mesmo tratamento polícialesco das autoridades. A cada movimento de tentativa de regresso de forma mais organizada, a fronteira é fechada para a entrada desses brasileiros e são considerados como sintoma de agravamento das tensões na luta pela terra.

Fantasmas sociais

Desde o regresso do primeiro grupo organizado, em 1985, as condições das famílias se agravaram. Hoje, a maioria sobrevive de modestos trabalhos como bóias-frias ou subarrendando pequenas áreas para a subsistência. Aqueles que não conseguiram permanecer no campo somam-se aos cinturões de miséria na periferia das cidades paraguaias, como La Paloma, Ciudad del Este, Hernandárias - sem documentos, desempregados e sem acesso ao atendimento básico de saúde, de educação e jurídico.

Nas delegacias de Hernandárias, há brasileiros presos sem processo, sem julgamento e sem assistência jurídica. Estão excluídos do direito a uma nacionalidade, porque, sem documento de origem, não conseguem documentação legal como brasileiros no Paraguai, nem como paraguaios filhos de brasileiros.

O primeiro grupo que regressou ao Brasil foi transferido para o assentamento Novo Horizonte do Sul, no município de Ivinhema, transformado em cidade.

Ocorreram ainda mais três tentativas de acampamento de brasiguaios. No entanto, todas elas foram desmobilizadas pelas autoridades. As famílias que conseguem regressar o fazem de forma dispersa, e se agrupam nos acampamentos de sem-terras em Mato Grosso do Sul e Paraná.

Das mais de quatro mil famílias acampadas hoje em Mato Grosso do Sul, cerca de mil vieram do Paraguai. ■

Casamento não é mais o mesmo

Hoje, 25% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres

Nereida Daudt

Por que será que cada vez mais famílias brasileiras estão sendo mantidas por mulheres? Esta tendência aparecerá no Censo Demográfico de 2001, que teve seus dados preliminares divulgados em setembro. Antes disso, o IBGE já pesquisou que uma em cada quatro famílias brasileiras é sustentada por uma mulher.

Para a escritora e líder feminista Rosiska Darcy de Oliveira, presidente do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, certamente quebrou-se um paradigma milenar e vivenciamos hoje suas consequências. "A mulher agora está incluída no mundo dos homens, mas não participa desse mundo com autoria própria, não aparece por si, ainda busca a simbologia masculina", diz.

Segundo Rosiska, a questão é séria: "Este é o desafio para o próximo milênio. As novas gerações vão poder determinar seus destinos e trazer contribuições civilizatórias que sejam capazes de reinventar as relações humanas. Quem sabe, incentivando mulheres e homens a serem mais amigos?", arrisca a escritora. Ela acredita que, sem esse enfoque, estaria reduzindo a questão da mulher apenas a soluções que dependam de um esforço de melhoria democrática.

Já o ex-ministro João Sayad acha que antes o casamento não estava em crise, porque a mulher não tinha existência jurídica, profissional e até psicológica fora dele. Sayad tem uma tese engraçada sobre o assunto. Trata-se de um devaneio definido por ele mesmo como "uma premissa, mais um silogis-

mo e mais um absurdo". Para Sayad, antes a mulher era dona Fulano ou era tia Fulana ou não era nada. "Agora, a mulher existe e o casamento está em crise. Sofrimento, divãs, mulheres e homens traumatizados. Filhos com receio de repetir a experiência no próprio casamento."

Por que, então, não transformar o casamento em contrato com data marcada?", propõe. Em sua tese, o casamento deve durar dois anos. Ao fim desse prazo, pode ocorrer ou não uma espécie de renovação do contrato: "O casamento acaba, mas, se quiserem, podem começar a namorar de novo", explica. Esse segundo casamento poderia ter outra duração, adequada às estatísticas, que indicam que existem muitas separações no segundo ano, no sétimo ano ou aos 20 anos, quando as crianças não estão mais em casa. Parâmetros, segundo o ex-ministro, não faltariam, e dentro dessa solução economicista, o acordo poderia ser acertado com base na crise dos 40 anos de um dos dois, na crise dos 50, dos 60, 70 e 80.

Entretanto, o próprio Sayad reconhece que, se tudo fosse tão simples assim, seria o fim da inspiração para muitas canções (a maioria), que têm como mote as dores de amor. "Se tudo fosse tão simples, o que seria do Sílvia Caldas, da Maysa Matarazzo e de tantas músicas de que gostamos?", brinca ele.

Dura realidade

Agora, falando sério, se a questão da igualdade tão reivindicada pelas mulheres, como disse Rosiska Darcy de Oliveira, "tem um gosto de injustiça", porque vem matizada pelo padrão masculino, apresenta também um gosto de



As mulheres pobres sustentam a família com até R\$ 70,00 por mês

miséria. Essas mulheres chefes de família são as que inspiraram outras músicas, como *Maria, Maria*, cantada por Milton Nascimento, e *Mulheres de Atenas*, de Chico Buarque. Essas Marias sustentam a família a duras penas e, no Nordeste, como mostram recentes dados do IBGE, 46% delas ganham até R\$ 70,00 por mês. Nesse universo, além da diferença de sexo, pesa também a exclusão social. Por isso, melhorias democráticas são bem-vindas.

Um singelo exemplo dessa natureza ocorreu em 1981, quando o antropólogo Darcy Ribeiro aconselhou o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola, a escriturar os terrenos do projeto "Cada família, um lote" em nome da mulher.

A professora Tatiana Memória, que coordena a Fundação Darcy Ribeiro, diz que, "já naquela época, ele detectava essa tendência. A mulher sempre fica com os filhos e com a casa. Sendo assim, nada mais justo que fique também com a posse da propriedade". Salve as iniciativas femininas e feministas! ■



Foto: Fernanda Cavalcanti

Passado ainda presente

Mais de um século depois do surgimento dos primeiros refúgios de escravos negros, os quilombos ainda resistem e lutam pelo reconhecimento de seus direitos e pela preservação da terra onde vivem

Fernanda Cavalcanti

Durante quatro séculos, navios negreiros partiram de Angola, do Congo, de Moçambique, da Guiné, da Nigéria e de outros países africanos, cruzando o Atlântico e aportando no litoral brasileiro. O comércio livre de negros escravizados e o posterior tráfico negreiro, esse último ilegal, porém institucionalizado, se tornaram negócios bastante rentáveis.

No estado do Rio de Janeiro, a função do negro era servir ao senhor da lavoura de açúcar e café, ou aos senhores dos centros urbanos, em serviços

domésticos. Nesse período, a sociedade brasileira aprendeu e conviveu com a coexistência entre negros cativos, fugitivos, alforriados e livres - estes após a Lei Áurea. Mas a frase do artigo primeiro dessa lei - "É declarada extinta a escravidão no Brasil" - pouca força teve para revogar a discriminação enraizada na cultura do colonizador.

Com o declínio dessas lavouras nas diversas regiões do interior do estado, aumentou a exclusão social do negro, através do processo de favelização nos grandes centros, ou do processo de abandono. Hoje, há negros bem-sucedidos, claro, como há brancos em estado deplorável, porém o negro que resistiu em sua terra e manteve a cultura de seus

antepassados refugiou-se, por gerações, em recantos de natureza e produziu uma consciência singular.

Os quilombolas (descendentes de escravos que residem em zonas negras rurais) não fazem manifestos e debates intelectuais apaixonados. Muitos nem sabem quem foi Zumbi dos Palmares, o herói negro. Há 5.900 remanescentes de escravos fluminenses, que permanecem em suas terras.

Eles reivindicam o quinhão de Brasil, herdado, cultivado e preservado dos especuladores de todos os tempos. Os 26 quilombos fluminenses apresentam uma história construída a partir da luta pela sobrevivência, da preservação ambiental, da memória da cultura negra

e, principalmente, da luta pelo reconhecimento e demarcação dos limites territoriais das terras de que são donos por direito.

Valores ancestrais

Das 511 comunidades negras rurais devidamente reconhecidas como remanescentes de negros, ex-escravos ou não, em todo território nacional, 26 delas estão situadas no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente em regiões onde antigas fazendas produtoras de açúcar ou café estavam instaladas.

Mesmo após a abolição, época do declínio dessas lavouras, muitos negros permaneceram nas regiões onde foram cativos, através de usucapião, experimentando uma velha prática permitida pelos antigos senhores, a cultura de subsistência.

Esquecidos por muitos séculos pela exploração econômica e pela explosão demográfica, tais comunidades ainda guardam valores de seus ancestrais. Seus moradores trabalham na roça ou em casas de família nos centros urbanos próximos, mas não abrem mão do punhado de terras que conquistaram. Se a justa rebeldia negra foi expressa desde o início da escravidão através de movimentos organizados, como a Guerra de Palmares (1635-1695), das campanhas abolicionistas, ou dos movimentos negros recentes, a conquista e permanência pacífica desses escravos e seus descendentes em suas "terras de preto", cultivando o que lhes coube do latifúndio brasileiro, sem direito à saúde ou educação, também produziu uma consciência negra.

Porém, uma consciência prática. Uma questão de sobrevivência. Mas não é só isso. É sobrevivência inteligente. Tanto que essas comunidades mantiveram os laços de parentesco, casando-se entre primos. Por gerações, eles vêm coibindo os laços matrimoniais com os moradores "de fora", evitando a partilha de terras. As famílias entendem suas

Foto: Divulgação



Vista de casas em Campinho da Independência. Escondidos e cercados de verde, em terrenos de difícil acesso, os quilombos ainda preservam a cultura negra tradicional

heranças como sendo para usufruto, não podendo a terra ser trocada, doada ou vendida a estranhos. É uma espécie de constituição moral tida como lei pelas diversas dinastias que compõem os núcleos quilombolas fluminenses.

Os remanescentes de quilombos no sul-fluminense, como Campinho da Independência, em Parati, ou Santa Rita do Brachuhy, em Angra dos Reis, apresentam características sociais, econômicas e culturais semelhantes, segundo os respectivos laudos antropológicos. Se trata de relatórios de identificação pelo qual os órgãos competentes avaliam e confirmam tratar-se ou não de comunidades descendentes de habitantes de quilombos. A maioria dessas comunidades foi fundada a partir do declínio da lavoura do açúcar ou do café, principal atividade econômica do estado no tempo do império.

No imaginário dos moradores dessas comunidades, de acordo com os relatos dos mais velhos, não há muitos exemplos heróicos de lutas sangrentas entre brancos e negros dos tempos da escravidão. Pouca referência há sobre a formação de quilombos, entendida como sociedade secreta de negros foragidos tal qual o caso da "República de Palmares". Mas o lapso de memória é providencial. Ainda hoje os mais velhos

temem reviver, mesmo que na lembrança, os martírios a que eram subjugados pelo sistema colonial.

Lia Vieira, técnica do Instituto de Terras e Cartografias do Estado do Rio de Janeiro (ITE/RJ), órgão que coordena as pesquisas e a elaboração dos laudos antropológicos, conta que a pesquisa de campo nessas comunidades é instrumento fundamental para avaliar a descendência africana dos habitantes das zonas negras rurais. E por essa razão os relatórios de identificação dessas terras costumam levar anos para serem finalizados.

É preciso muita negociação com os líderes naturais (os mais velhos) e comunitários (jovens que se organizam através de sociedade de moradores), para que eles saibam a quem estão relatando os infortúnios pelos quais passaram. Fotografia, na maioria das vezes, nem pensar. É como se o estranho a qualquer momento viesse tirar-lhes a paz e o sossego. "Eles ainda temem que a cultura branca lhes tire a liberdade. O que eles gostam de lembrar, e reafirmar com satisfação, é a história de posseção de suas terras. Aí, eles vão longe na retrospectiva", explica Lia.

Com o fim da escravidão veio a decadência das fazendas cafeeiras do estado. Isso fez com que em fazendas

Principais quilombos

Fotos: Fernanda Cavalcanti



Acima, quilombolas moradores de Campinho da Independência, em Parati-RJ, em frente ao modesto Centro Cultural. Abaixo, placa colocada pelo governo do estado do Rio de Janeiro nesse mesmo quilombo que reconhece o domínio das terras por parte dos quilombolas

Campinho da Independência:

Localização: a 20 km de Parati, ao longo do rio Carapitanga, entre as localidades de Pedras Azuis e Patrimônio, num vale coberto pela Mata Atlântica e Cachoeiras.

Área: 287,94 ha

População: 286 habitantes

Atividade econômica: artesanato, plantio de cana, produção de farinha e banana.

Santa Rita do Bracuhy

Localização: na Serra do Mar a 20 km de Angra dos Reis, cuja as terras estão entrecortadas pela estrada Rio-Santos e pelo rio Bracuhy, que desce a serra formando cachoeiras e manguezais.

Área: 453 ha

População: 220 habitantes

Atividade econômica: produção de farinha e banana

Caveira

Localização: entre São Pedro d'Áldeia e Cabo Frio

Área: 720,73 ha

População: 155 habitantes

Atividade econômica: quiabo, feijão e mandioca para fabricação de farinha.

São José da Serra

Localização: a 80 km de Valença, Região Serrana, médio Paraíba. A comunidade está cercada pela Mata Atlântica.

Área: 620 ha

População: 77 moradores

Atividade econômica: plantação de mandioca para produção de farinha.

menos produtivas os senhores abandonassem suas lavouras e seus negros à própria sorte. Os quilombolas, embora continuassem na propriedade de seus antigos senhores, escolhiam sempre os alqueires de difícil acesso. Nesses quilombos, os descendentes de escravos foram permanecendo, apesar de conflitos contra pretensos herdeiros das fazendas que sempre se faziam representar através da ação de grileiros.

Os conflitos se intensificaram nos anos 60, 70 e 80. Enquanto estradas iam sendo construídas, iniciava-se um *boom* imobiliário em algumas regiões do estado de vocação turística, como Angra dos Reis, Parati e São Pedro d'Aldeia. Estas décadas marcam também uma resistência pautada pelas ações organizadas dos moradores dessas regiões. Os remanescentes de escravos começavam a procurar os seus direitos.

Para os líderes dessas comunidades, além do direito fundamental da regularização de suas terras, era preciso que o estado apresentasse um projeto de desenvolvimento auto-sustentável, com qualificação profissional e geração de renda. Reivindicaram, ainda, projetos nas áreas de educação, saúde e preservação cultural.

A Comunidade de Caveira, por exemplo, situada no limite das áreas de Campos Novos e Botafogo, entre São Pedro d'Aldeia e Cabo Frio, vive em situação de conflito permanente. O Quilombo está dividido entre a população negra que vive em terras desapropriadas pelo Incra, e a população que vive no extremo oposto a Campos Novos. Os grupos familiares da comunidade de Caveira são vítimas da especulação imobiliária e das recentes atividades de extração de areia, que transformam as terras agricultáveis em áreas estéréis, recorbertas de capim.

A vida de Caveira se assemelha a outras comunidades rurais negras: constantes batalhas judiciais na defesa das áreas por eles ocupadas e dificuldades de sobrevivência. Seus integrantes, com

O caso Brachuhy

Em 1850, Angra dos Reis atingiu o apogeu de suas atividades comerciais. Pelo golfo angrense, vários embarcadouros escoavam a produção de Angra para Sepetiba, de onde, através da Estrada de Ferro D. Pedro II, se fazia o comércio com o Rio de Janeiro. A prosperidade desse porto não estava na produção do café, como era de se esperar, mas na mão-de-obra para o trabalho do cafezal.

Com a intensificação da repressão ao tráfico de escravos, os desembarques deixam de ser realizados nos portos oficiais e passam a portos clandestinos: as praias protegidas por ilhas e baías existentes na topografia angrense se transformaram em pontos ideais. Essa prática ilegal passou a ter os dias contados. A partir de um caso que ficou famoso, foi parar na imprensa da metrópole e levou a Coroa a abrir investigações, a CPI dos Escravocratas, na época.

Em 1852, 500 africanos teriam desembarcado na costa angrense com destino a fazendas do Vale do Paraíba. Joaquim de Souza Breves, o magnata da lavoura escravista da região, fingia-se abolicionista, mas continuava comprando e revendendo escravos. Ele foi a julgamento, mas tudo acabou em pizza. O comendador foi absolvido.

Quando Breves abandona definitivamente os empreendimentos do tráfico de escravos, tenta propor aos negros que viviam em sua propriedade o sistema de eito - agricultura de subsistência. Mas, em verdade, os trabalhos forçados continuaram. Os negros forros fizeram suas minigreves, cruzaram os braços e escolheram entre este ou aquele serviço.

Ao final, o comendador tenta expulsá-los com a ajuda de seus agregados livres e não é bem-sucedido. Os negros por lá permanecem até hoje, onde formam o quilombo de Santa Rita do Brachuhy.

poucas possibilidades de emprego, vivem do que plantam ou pescam. No lugar do porco ou da galinha, o gambá, o tatu e o lagarto são as carnes que vão à mesa dessas famílias. A produção de quiabo e feijão é só para o sustento. A mandioca vira farinha e o excedente, quando há, é vendido nas feiras das cidades próximas.

O quilombo São José da Serra, a 80 km de Valença, também esteve esquecido das ações governamentais. Para completar os estudos do ensino médio, os moradores têm que se deslocar até o distrito mais próximo, Santa Isabel. É nesse povoado que a comunidade de São José da Serra adquire bens e serviços de saúde, quando há médico. Não

fosse a medicina alternativa, exercida pelos mais velhos, os 77 moradores estariam totalmente sem assistência.

O parto ainda é feito pelas mãos de parteiras e as crianças costumam brincar junto a essas mulheres que as trouxeram ao mundo, enquanto as mães, mais jovens, trabalham durante a semana em São José do Rio Preto ou em Valença. Os homens, velhos e moços, trabalham fora, mas bem perto de casa. Eles cultivam feijão e milho, como diaristas a R\$ 5,00 por dia na fazenda vizinha ao quilombo. Só nos finais de semana os quilombolas se reúnem como uma grande família. É comum os almoços coletivos e a conversa no pé do alpendre das pequenas moradias. ■



Reginaldo Oscar de Castro, presidente da OAB, se mostra espantado com os casos de corrupção na Justiça, se opõe à reeleição e dá um alerta: "qualquer esquina hoje se julga no direito de ter uma faculdade"

‘Ninguém acredita mais no Judiciário’

Tarcísio Holanda

O presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Reginaldo Oscar de Castro, advogado militante há 32 anos, condena a emenda que permitiu a reeleição do presidente da República, dos governadores e prefeitos, sustentando que ela não se coaduna nem com a tradição de nossa ordem constitucional, nem com a nossa cultura. Ele classifica como espúrio o instituto das medidas provisórias que, em seu entender, gera insegurança em toda a estrutura jurídica. Oscar de Castro também se mostra espantado com os casos de corrupção que infestam o Judiciário, criticando a sua cúpula por nada fazer para reprimir as práticas delituosas, de que tinha e tem conhecimento.

"O juiz não pode viver isolado numa redoma de vidro; deve ser uma peça da sociedade. Os autores de atos condenáveis não podem ser protegidos pelas quatro paredes do Judiciário", diz o presidente da OAB, defendendo a fiscalização externa do Poder Judiciário, assim como o mandato de oito anos para os ministros do Supremo Tribunal Federal.

▼ *Como o senhor avaliou a decisão do Supremo Tribunal Federal proclamando a inconstitucionalidade da cobrança da contribuição previdenciária dos aposentados e o aumento da contribuição dos servidores em atividade?*

RC - O Supremo Tribunal preservou a Constituição e sofreu uma pesada carga de críticas como se tivesse agido de forma errada. Respeitar a Constituição é algo inaceitável para alguns círculos no Brasil. Os grandes devedores da Previdência é que deviam

cobrir o seu déficit. Acho que o STF foi vacilante em outros momentos com determinadas práticas, como as reedições das medidas provisórias, consolidadas graças à sua tolerância. Porém, nesse caso, o STF resolveu reagir contra uma lei claramente inconstitucional e muitos se acharam no direito de atacá-lo.

▼ *Como o senhor encara as denúncias de envolvimento de juízes com o crime organizado?*

RC - Partindo do princípio de que a mulher de César não deve apenas ser, mas, também, parecer séria, é lastimável que os magistrados permitam que membros do Judiciário ajam de forma ilícita ou condenável. Todos aqui em Brasília, nos Tribunais superiores, jamais esconderam que tinham conhecimento da prática de irregularidades nos Tribunais dos estados, sobretudo esses que estão na mídia.

Mas nas poucas vezes em que podiam agir exemplarmente, promovendo a correção adequada, ao julgar processos de acusados em práticas irregulares, na maioria das vezes mostraram-se tolerantes. O Judiciário, que vive de credibilidade, não pode ter nenhuma complacência com esses casos de corrupção que estão nos jornais. O juiz tem de ser uma peça da sociedade. Não pode se isolar numa redoma de vidro. Um magistrado corrupto contamina toda a instituição.

▼ *O que se deve fazer para acabar ou reduzir os atos de corrupção?*

RC - Quanto à magistratura, a saída está na criação de um instrumento externo de fiscalização com a participação de representantes da sociedade. Os autores de atos condenáveis não podem ser protegidos pelas quatro paredes do Judiciário. Temos de criar este órgão e cobrar o seu funcionamento.

▼ *Como analisa o trabalho da Comissão Especial da Câmara, que estuda a reforma do Poder Judiciário?*

RC - Entre todos os trabalhos, o que mais se aproxima do que nós, advogados, imaginamos como eficaz para solucionar os problemas do Judiciário é o parecer apresentado pela deputada Zulaiê Cobra (PSDB-SP), que teve coragem, bom senso e merece nossa admiração. Poucos ousaram tanto quanto ela.

O que falta é criar uma Corte Constitucional composta por pessoas indicadas pelos diversos segmentos do Estado e da sociedade, todos com mandato. O Supremo Tribunal Federal se permitiu um desgaste tão grande que aceitaria tudo. Ninguém mais acredita no Judiciário.

▼ *A que atribuir essa descrença?*

RC - Existem muitos fatores a explicar esse sentimento, mas alguns são particularmente importantes: a evidente deterioração do sistema educacional no Brasil, uma grande insensibilidade das lideranças políticas e o fato de estarmos todos advertidos de que a vida exige muito mais do que jogo de cintura; exige um compromisso inarredável com a ética e a moral.

Tivemos, também, a nossa "gloriosa" Revolução, que varreu do mapa a formação das elites e fez reserva de mercado para a incompetência, cujos efeitos morais sobre o corpo social foram devastadores.

▼ *Como encara o esforço desesperado do governo em cumprir o ajuste fiscal acordado com o Fundo Monetário Internacional, passando por cima de tudo e de todos?*

RC - O governo revela completa ausência da capacidade de convivência com um sistema constitucional. A idéia predominante é a de que a Constituição



“A medida provisória é uma corrupção do sistema democrático. Esse espúrio sistema de produção legislativa levou o Brasil a uma época anterior à Carta de 1937. Está em permanente processo de mutação, gerando uma insegurança jurídica sem precedentes, que deixa o governo em situação constrangedora”

não pode atrapalhar o projeto do governo, o que é revelador de sua total falta de criatividade. É o secretário da Receita Federal quem revela, de público, que mais de um Produto Interno Bruto é sonogado, o que significa que o governo deixa de arrecadar cerca de US\$ 300 bilhões por ano, ou o equivalente à dívida externa. Devia-se trabalhar para combater essa evasão gigantesca, ao invés de tomar R\$ 2 bilhões dos aposentados.

▼ ***Como avalia a formação do advogado de hoje?***

RC - Qualquer esquina se julga no direito de ter uma faculdade, mas forma bacharéis em Direito que não sabem escrever uma frase. Chega-se a um concurso em que há 98% de desaprovados. Não se renovam a advocacia, a magistratura e nem os quadros políticos. Somos um país dominado pela ignorância, pois 70% dos que se formam em Direito não passam nos exames da OAB.

▼ ***Como analisa o instituto das medidas provisórias?***

RC - É uma corrupção do sistema democrático. Esse espúrio sistema de produção legislativa levou o Brasil à época anterior à Carta de 1937, a Polaca. Enquanto o decreto-lei não sofria mudanças, a medida provisória está em permanente processo de mutação, gerando uma insegurança jurídica sem precedentes, que deixa o governo em situação constrangedora. Um governo interessado em preservar seu conceito acabaria com esse mecanismo espúrio. Como as medidas provisórias continuam aí, vai continuar sendo atacado.

Na Itália, país que concebeu as medidas provisórias, elas só vigoram durante 30 dias. Os italianos acabaram com a sua reedição, em 1996. Aqui, no Brasil, o Supremo Tribunal Federal institucionalizou as suas reedições, contribuindo para os abusos que se verificam.

▼ ***Qual a lição que devemos extrair do direito à reeleição, que foi introduzido em nossa Constituição, por iniciativa de Fernando Henrique Cardoso?***

RC - Hoje, tenho a convicção de que jamais poderíamos adotar a reeleição no Brasil. Nossa ordem constitu-

cional e a nossa cultura não se coadunam com a reeleição do chefe do Poder Executivo. Quando elaborou a Constituição de 88 e aprovou o instituto das medidas provisórias, por exemplo, nossos constituintes não tinham em vista a hipótese da reeleição.

E quando se tem um sistema como o nosso, o candidato à reeleição, que tem o direito de continuar no exercício do cargo e o poder de legislar individualmente, é óbvio que esse candidato, exercendo as prerrogativas do cargo, poderá se beneficiar regulando matérias que atrairão a simpatia do eleitorado à sua candidatura. O presidente Fernando Henrique Cardoso reduziu o IPI por medida provisória, quando as fábricas estavam com os estoques cheios.

Como presidente, tinha a obrigação de adotar essa medida, mas beneficiou a si próprio. Isso configura deslealdade de competição com os demais candidatos, que não dispõem de tal poder. Deviam ter previsto a desincompatibilização ou o afastamento do cargo seis meses antes das eleições.

Muitos invocaram o exemplo norteamericano para justificar a eliminação de

um impedimento constitucional, existente aqui no Brasil, desde a primeira Constituição republicana. Nos Estados Unidos, o presidente da República é o chefe, mas a máquina funciona. Ele tem limites em sua ação. No Brasil, o poder do presidente é quase imperial.

▼ **Como os advogados analisam a chamada súmula vinculante?**

RC - Nos Estados Unidos isso não existe. Lá, as decisões da Suprema Corte são incorporadas a toda estrutura jurídica. Os anglo-saxões têm uma tradição de direito consuetudinário.

Aqui é o Poder Legislativo - são as leis que firmam a jurisprudência. A súmula vinculante limita a liberdade dos juízes e elimina um princípio inalienável na democracia, que é o princípio da defesa do contraditório.

Com ela, elegeríamos os ministros do Supremo como ditadores. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal tem uma composição eminentemente política. O ministro é nomeado pelo presidente da República. Defendemos uma composição mais eclética e representativa da sociedade, com eleição de seus membros e mandato de oito anos.

▼ **Como avalia o fenômeno da violência, que assusta e neurotiza as grandes cidades brasileiras?**

RC - A violência decorre, em grande medida, da ineficiência da máquina e na base disso está a deficiência de nosso sistema educacional. O pobre respeita mais a lei do que o rico, que costuma se situar acima dela. Temos, ainda, o grave problema, na verdade uma doença social, que é a contaminação dos instrumentos de segurança pela chaga da corrupção. Estamos assistindo a uma deterioração das próprias instituições.

▼ **O que fazer?**

RC - Não parar nunca. Brigar sempre. Perseguir a utopia, como ensina Eduardo Galeano nesses versos antológicos: "Ela está no horizonte/Me aproxi-

mo dois passos: ela se distancia outros dois/Caminho dez passos e o horizonte se afasta mais dez./Por mais que caminhe, nunca poderei alcançá-la./Para que serve a utopia?/Para isto serve: para caminhar".

▼ **O senhor está pessimista com as marchas e contramarchas da reforma do Judiciário na Câmara?**

RC - O grande número de destaques apresentados me deixou desanimado. Se não for sabotagem, isso mostra que o projeto é extremamente polêmico. Sugiro que se aprove por partes. Nós, advogados, não temos convicção de que esta seja a solução. O mais importante e urgente é aprovar o órgão de controle externo do Judiciário.

Se este órgão existir, teremos melhores condições para saber o que deve ser feito. Na verdade, não conhecemos a nossa história judiciária, senão pela superfície. Essa é uma grande deficiência.

▼ **O que achou da reportagem do The Economist, de Londres, que considera loucos os ministros do Supremo pela decisão sobre a contribuição dos aposentados à Previdência?**

RC - Eles tomam sangue e bicom os ossos do Terceiro Mundo e mesmo assim têm a ousadia de ver insanidade nos atos de poucos, realmente, que buscam uma saída para os países emergentes. São cínicos que, a rigor, merecem o repúdio de toda a humanidade.

▼ **Qual o papel da Ordem dos Advogados do Brasil?**

RC - Estabelecer com a sociedade civil um diálogo permanente de forma a dar som aos anseios do cidadão brasileiro, exercendo sua finalidade com unidade de ação. Não se deixar envolver por projetos político-partidários.

A OAB terá sempre atuação política, mas com absoluta distância do interesse partidário. O partido da Ordem é o Brasil. ■

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

à serviço do leitor

Para assinar a revista **Cadernos** ligue para

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço da Assinatura é **R\$ 72,00**, mas estamos com uma promoção **POR TEMPO LIMITADO** (até 20/11/99), de **R\$ 60,00 (à vista)**.

Pode enviar cheque nominal à **Editora Terceiro Milênio**, ou solicitar envio de boleto bancário.

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para se corresponder com a redação ou enviar cartas:



Redação da Cadernos:

Editora Terceiro Milênio
Rua da Glória, 122 / 105-106
Glória - CEP 20241-180
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Contate o nosso Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o nosso Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>

E-mail: **etm@etm.com.br**

VOCÊ RASPA. O RIO TODO GANHA.

RASPA
DINHEIRO
DO
Lot

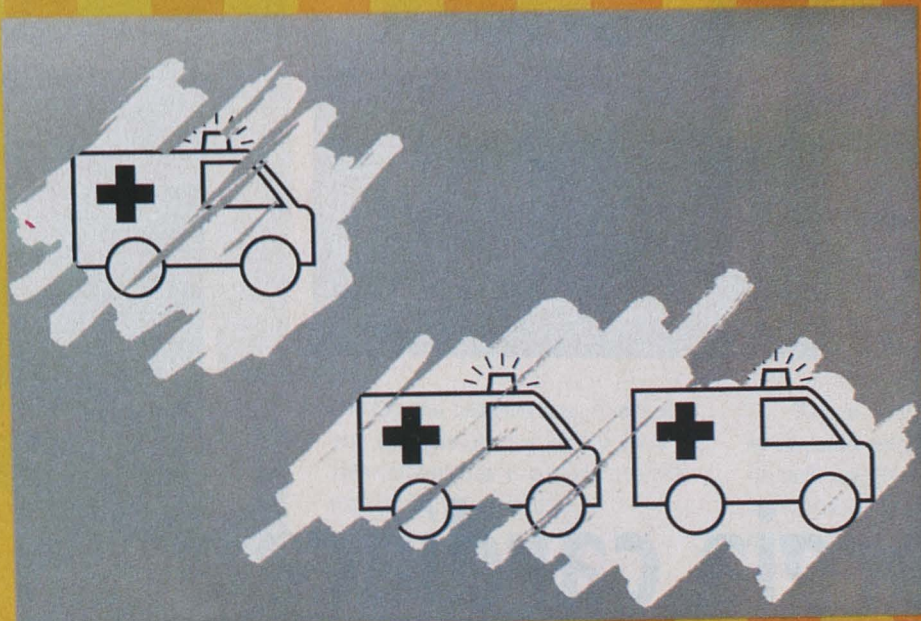
3 SÍMBOLOS
IGUAIS
SEU PRÊMIO

oterj
la do estado de rio de janeiro

GOVERNO DO ESTADO
RJ
Rio de Janeiro

PA
HA
RIO
erj

OS
INDICAM
ENO.



GIOVANNI, FCB

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, mais de 13 milhões de pessoas saem ganhando. É que a renda obtida com Raspadinha, o Toto Bola e os Bingos autorizados pela Loterj é revertida para a Vida Obra Social do Governo do Estado do Rio de Janeiro. O prêmio pode sair na forma de ambulâncias, casas populares, e tudo que for preciso para tornar melhor e mais digna a vida do povo do nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

De forma pioneira no Brasil e no mundo,
o médico Renato Assad desenvolve
técnicas cirúrgicas em fetos de ovelhas
que em poucos anos poderão salvar
bebês com doenças cardíacas congênitas

Cirurgia cardíaca pré-natal

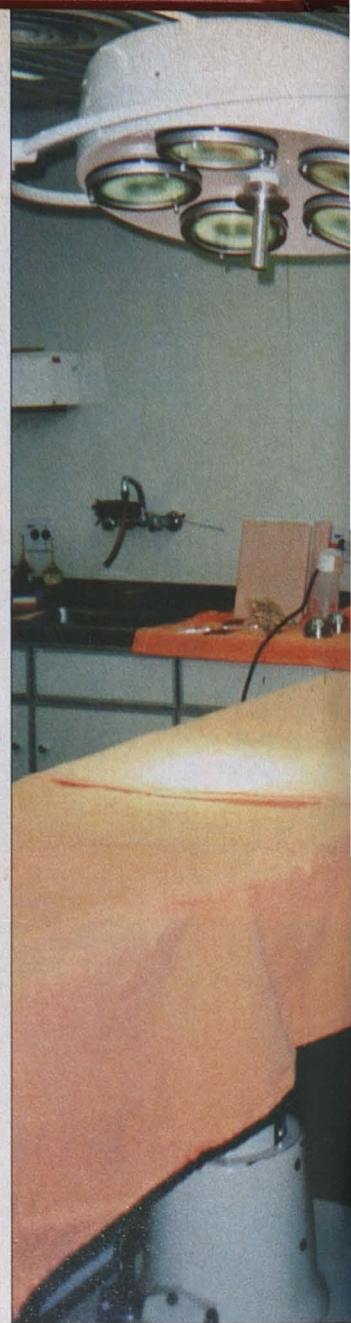
Uma nova técnica de cirurgia intra-uterina - pioneira no Brasil e no mundo - está sendo desenvolvida pelo doutor Renato Assad, responsável pelo Laboratório de Cirurgia Cardíaca Fetal do Instituto do Coração (InCor), em São Paulo. A nova técnica está sendo testada em coração de ovelhas¹ e poderá ser aplicada em seres humanos em poucos anos.

A cirurgia baseia-se no princípio de que a circulação sanguínea é determinante na boa formação do coração, que já está morfológicamente formado apenas dois meses após a concepção. "O coração, visto como músculo, depende do fluxo sanguíneo dentro das câmaras cardíacas para exercer um estímulo de

crescimento. Ou seja, a corrente sanguínea proporciona um estímulo de volume e pressão, exercido sobre as paredes do coração do feto", explica Assad.

"Como o coração se forma dois meses após a concepção e depende, daí para frente, do fluxo sanguíneo para se desenvolver, se tivermos qualquer prejuízo na circulação de sangue dentro desse coração, vamos limitar seu principal estímulo de crescimento". De acordo com Assad, que foi convidado pelo doutor Adib Jatene para voltar ao Brasil e se integrar ao InCor quando estava fazendo o seu doutorado em Boston² - caso haja alguma obstrução, por mais simples que seja, o crescimento do coração fetal será comprometido. "Nesse caso, aproveitar o potencial de cresci-

mento celular que o feto exibe para recuperar sua anatomia, com maiores chances de sobrevivência após o nascimento", diz. A idéia surgiu da frustração do médico com o procedimento cirúrgico tradicional, para tratar as cardiopatias complexas, realizado após o nascimento. Embora as intervenções cirúrgicas estivessem sendo realizadas cada vez mais precocemente - devido ao grande avanço tecnológico dos últimos anos e ao maior conhecimento do coração imaturo do bebê -, elas não foram capazes de resolver alguns problemas do cora-





ção causados por deteriorações muito graves, acontecidas ainda no período de gestação.

A hipoplasia, atrofia do músculo cardíaco, é um dos principais problemas a serem combatidos pela nova técnica. "Quando vamos tratá-la após o nascimento, com a cirurgia convencional, já é tarde demais. Nossa idéia é aproveitar o ambiente uterino, quando a criança usa a placenta para respirar, e não o pulmão. O coração tem, então, outro regime de circulação, ou seja, ele trabalha mais folgado na vida intra-uterina. O



SAÚDE Pesquisa

No InCor de São Paulo, o cirurgião mineiro Renato Assad desenvolve pesquisas que em breve poderão revolucionar as técnicas de tratamento e cura de doenças cardíacas congênicas

que estamos tentando fazer é recuperar esse estímulo de crescimento ainda na vida intra-uterina e corrigir o problema", afirma o especialista.

Placenta artificial

O maior problema das cirurgias fetais, segundo Renato Assad, é preservar a placenta do trauma da intervenção cirúrgica. Ele explica que, para esse tipo de cirurgia, ainda na vida intra-uterina, há a necessidade de um suporte circulatório extracorpóreo. "Temos estudado técnicas de circulação extracorpórea para minimizar os seus efeitos nocivos sobre o feto e aumentar as chances de sobrevivência na cirurgia cardíaca pré-natal", declara. Entre essas técnicas - que colocam o Brasil como pioneiro no mundo nesse tipo de cirurgias - está a elaboração de uma placenta artificial que passaria a abrigar o feto. "Tentaremos manter o feto em ambiente uterino, transferindo-o do útero materno para uma espécie de aquário onde o ambiente seria o mais próximo possível do natural".

Hoje, o cardiologista tenta romper o que chama de "impotência dos médicos diante das doenças congênicas". Ele pergunta: "Com dois meses, temos o coração formado, com três já temos o diagnóstico. E depois? Atualmente nós cruzamos os braços e esperamos o bebê crescer. O máximo que a gente tem feito é orientar a gestante para dar a luz num centro cardiológico."

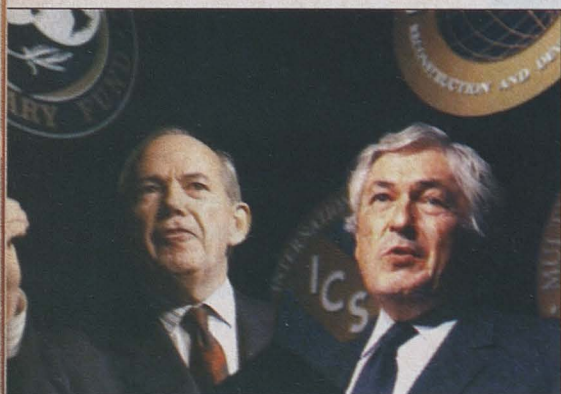
Para o doutor Assad, a questão, nesse ponto, entra num campo polêmico da medicina. "Nos países onde a lei permite, está sendo praticada a interrupção da gestação, que gera um conflito ético muito grande. Brevemente, podemos ter uma extinção de cardiopatias congênicas através do aborto", declara.

O diagnóstico precoce aliado ao aborto, para Assad, pode extinguir em pouco tempo a população de pessoas com síndrome de down, por exemplo. "Acho que isso pode gerar uma forma perigosa de busca da perfeição do ser humano", conclui. ■

"O feto de ovelha apresenta muita similaridade e proporcionalidade de tamanho do coração e de peso com o ser humano, e por essa razão as novas técnicas cirúrgicas estão sendo desenvolvidas no InCor utilizando-se esses animais

"Quando o doutor Assad fazia o seu estágio em Boston, o seu orientador, o professor Frank Hanley, foi convidado para ser membro do staff da Universidade de Harvard. A partir de então, a equipe iniciou as primeiras pesquisas em circulação extracorpórea fetal. Mesmo convidado a permanecer em Harvard, Assad aceitou a proposta de Adib Jatene e voltou para o Brasil para iniciar as pesquisas no Instituto do Coração de São Paulo. Desde 1991, Assad desenvolve no InCor estudos de circulação extracorpórea fetal e de implante de marcapassos em fetos, outro capítulo da cirurgia cardíaca fetal. O InCor é uma das instituições com melhor infra-estrutura para esse tipo de pesquisa em todo o mundo

Álvaro Queiroz



O mea-culpa do Bird

Em seu relatório anual, a instituição multilateral reconhece o equívoco das políticas de corte neoliberal, que provocaram dramático aumento da pobreza

O Banco Mundial (Bird) se curva diante de uma realidade que economistas de bom senso previram com grande antecedência e faz uma espécie de mea-culpa. Afinal, o receituário neoliberal hoje imposto aos países chamados "emergentes" foi obra de seus técnicos e seguido à risca pelos governos que apostaram na abertura dos mercados, na desregulamentação financeira, na redução do papel do Estado no domínio econômico, nas privatizações e no capital estrangeiro como os grandes fatores de crescimento econômico.

Em seu relatório anual, divulgado em meados de setembro último, o Bird constata que nos anos 80 até o final desta década de 90 e do milênio, os países em desenvolvimento e os subdesenvolvidos puseram em prática, e com grande rapidez, políticas inspiradas no neoliberalismo, a partir da abertura irrestrita de seus mercados, enquanto os países industrializados se encastelaram no protecionismo sob formas diversas, cuja intensidade aumentará nos próximos anos, segundo previsão do próprio banco.

Entre os reflexos sociais das práticas neoliberais, a instituição multilateral destaca o aumento de 1,2 bilhão, em 1987, para 1,5 bilhão, atualmente, de pessoas que tentam sobreviver com ganhos inferiores a US\$ 1 por dia. O prognóstico do Bird é de aumento para 1,9 bilhão de pessoas na mesma situação

em 2015, a persistir o quadro atual.

A recessão, enfatiza o relatório, vem agravando o problema do desemprego em países como o Brasil, a Argentina, a Colômbia e, simultaneamente, acentuando os níveis de desigualdade social. Projeta-se um futuro cada vez mais difícil para os países da América Latina e apontam-se, como a última esperança, os investimentos estrangeiros diretos. O Banco anuncia para o ano 2000 uma poupança global de US\$ 1,3 trilhão, que ambiciona retornos atraentes e pretende buscá-los exatamente nas regiões em desenvolvimento.

A volatilidade é o lado frustrante dos movimentos financeiros internacionais, reconhece o Bird, bem como o fato de que apenas 25% dos recursos disponíveis ganham a direção dos países em desenvolvimento. Em outros termos, tanto quanto a riqueza mundial, os investimentos se concentram nos países industrializados. Mas o Bird insiste em que a esperança ainda é o investimento estrangeiro direto. Mesmo assim, as dificuldades deverão persistir ao longo dos próximos 25 anos, particularmente em relação às reformas neoliberais, pois será difícil que continuem contando com o apoio dos povos.

Entende o Banco Mundial que "soluções simples como o investimento em capital humano e os mercados completamente livres não funcionam isoladamente". Por isso, "governo, setor privado, sociedade civil e organizações que

dão apoio financeiro precisam trabalhar juntos para apoiar o desenvolvimento". Se isso vale como sugestão para um novo modelo econômico, certamente ela aponta para uma economia mista, base em que se apóiam as maiores economias européias. Os exemplos mais significativos são a França e a Alemanha, cujas economias exibem esse perfil.

A resistência salvou

A Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad) foi bem mais incisiva no seu relatório. Tomou a Índia e a China como "exceções marcantes" na crise que envolveu os demais países emergentes, "porque souberam resistir à tentação de perseguir uma prematura liberalização comercial e uma rápida integração ao sistema financeiro internacional". Sua estimativa para a China e a Índia é de um crescimento de 7,8% e de 5,8%, respectivamente este ano, contra algo em torno de zero para a economia brasileira, 2,2% no caso dos países mais ricos e 2% para a economia mundial como um todo.

Excluída a China das projeções feitas para as nações menos desenvolvidas, o crescimento destas últimas cai de 1,8% para 0,7%. Observa a Unctad que o fluxo de capitais especulativos para a cobertura dos déficits externos dos países que optaram pela desregulamentação financeira recebe melhor tratamento que os recursos externos destinados a

investimentos diretos, promove a valorização das moedas e torna os países menos competitivos nas exportações, exigindo assim uma desvalorização. A liberação dos fluxos de capitais, na verdade, tornou tudo pior, levou a apreciações cambiais e a instabilidade, minando a performance comercial.

Por fim, uma advertência: "Nem o retorno dos países asiáticos à estabilidade, nem o aparente confinamento da crise brasileira dentro das fronteiras do país conseguem esconder os riscos que ainda rondam a economia mundial."

O secretário-geral da Unctad, embaixador Rubens Ricupero, por sua vez, não poupou críticas à fórmula que o Brasil adotou para atrair investimentos externos, pois tais recursos vêm se concentrando nas privatizações fiscais e aquisições. São operações que não con-

tribuem para a ampliação da capacidade instalada da indústria brasileira. "Se fosse capital para construir novas usinas e fábricas, as exportações estariam crescendo. Não é o que tem ocorrido", frisou Ricupero.

Do trabalho da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sobre crescimento, emprego e desigualdade nos países que puseram em prática experiências baseadas no receituário neoliberal (ainda não concluído), a economista Barbara Stalling, diretora da Divisão de Desenvolvimento Econômico da instituição, apresentou um quadro no qual o Brasil aparece como o perdedor, juntamente com outros países latino-americanos, de um lado, e, de outro, países que experimentaram progresso ao adotarem o mesmo receituário.

Segundo a economista, dos nove países analisados, cinco perderam (Brasil, Colômbia, Costa Rica, Jamaica e México) e quatro ganharam (Argentina, Bolívia, Chile e Peru), apenas porque cresceram no período "de crise (a partir de 1992), mais do que no período base (1950-1980). O Brasil perdeu, na explicação de Barbara Stalling, porque começou tardiamente as reformas. Na metade dos anos 90, teria sido mais fácil a estabilidade com crescimento.

As conclusões de Barbara Stalling na apresentação desse quadro do estudo da Cepal sem dúvida contrastam com as constatações contidas no relatório do Banco Mundial e no documento da Unctad. Ambos convergem no registro do equívoco que foram as políticas de corte neoliberal adotadas nas últimas décadas pelos países emergentes. ■

Economia dos EUA ainda preocupa

A economia dos Estados Unidos continua preocupando o Fundo Monetário Internacional (FMI), que insiste na sugestão de novo aumento das taxas de juros para conter a inflação e a propensão a consumir dos americanos, diante da perspectiva de aceleração do crescimento no último trimestre deste ano. As empresas começam a reforçar os seus estoques para atender a uma demanda em expansão, principalmente de automóveis e outros bens de consumo durável.

Os economistas do Fundo encaram a atual fase de crescimento da economia dos EUA como o fim de um

ciclo de prosperidade, a despeito dos ganhos de produtividade na indústria, propiciados pelos avanços tecnológicos. Os técnicos receiam que ocorra um desaquecimento brusco, pelas consequências que isso acarretaria para os países que estão emergindo da crise que os atingiu a partir do segundo semestre do ano passado, principalmente os do Sudeste Asiático.

Os reflexos seriam bem mais graves na América Latina, ainda às voltas com sérias dificuldades cambiais e com agudos problemas sociais. Esse receio do FMI está claramente expresso no



O excessivo consumo dos norte-americanos, que se refletiu no sucesso de vendas do novo Fusca, preocupa os economistas

seguinte trecho do Relatório Semestral da instituição, chamado "Panorama Econômico Mundial": "Se o crescimento diminuir nos Estados Unidos sem que as economias do Japão e da Europa

ofereçam compensações, haverá preocupação com a recuperação de países que estão saindo da crise. Grande parte da América Latina ficaria especialmente vulnerável a esse cenário." ■

A outra cara da privatização

Os investimentos estrangeiros diretos em todo o mundo totalizaram US\$ 640 bilhões em 1998. Um aumento de 40% em relação aos US\$ 458 bilhões contabilizados em 1997, de acordo com o "Relatório de 1999 sobre os investimentos no mundo", da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), divulgado no final de setembro último. Desse montante, coube ao Brasil o total de US\$ 28,72 bilhões, quantia superior em 63% aos US\$ 18,75 bilhões no ano anterior. A Unctad revela que esse afluxo se concentrou nas privatizações, com destaque para as empresas do Sistema Telebrás e na aquisição de empresas privadas de capital brasileiro por empresas transnacionais.

De janeiro a agosto de 1999, foram canalizados para o Brasil mais US\$ 19,9 bilhões com as mesmas finalidades. Em toda a década de 90, segundo pesquisa da Price Waterhouse Coopers, foram feitas no Brasil 3020 operações de fusões, aquisições e privatizações, 90% das quais sob a forma de *joint-ventures* que envolveram investidores estrangeiros, tendo 70% correspondido a transferências de empresas nacionais para empresas sediadas em outros países.

Nos últimos quatro anos, mostra um levantamento realizado pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (Sobeet) que os países em desenvolvimento experimentaram um crescimento de 66% no volume de fusões. Em



No ano passado, com o esgotamento do processo de privatizações, os investimentos estrangeiros caíram 20% no México e 30% na Argentina

1998, tais operações corresponderam a 20% do total contra apenas 12% em 1994.

Ainda no ano passado, com o esgotamento do processo de privatizações, os investimentos estrangeiros caíram 20% no México e 30% na Argentina. A previsão da Sobeet é de redução desses investimentos no Brasil, "por conta da menor oferta de estatais privatizáveis e de estabilização em US\$ 10 bilhões a partir de 2002".

Não apenas a Sobeet, mas também empresários e economistas vêm apontando com insistência os seguintes inconvenientes da absorção de empresas (públicas e privadas) brasileiras pelo capital estrangeiro:

1 - Não cria novas empresas, por isso não aumenta a riqueza nacional, tam-

pouco a oferta de empregos no país. Ao contrário, os novos donos das empresas desnacionalizadas demitem em massa, substituindo boa parte da mão-de-obra brasileira por mão-de-obra estrangeira.

2 - Agrava os desequilíbrios do balanço de pagamentos através da substituição dos fornecedores nacionais pelos chamados fornecedores globais (mais importações), gerando mais desemprego, devido à redução das atividades e até mesmo ao fechamento das empresas fornecedoras existentes no país.

3 - Produz o retrocesso no desenvolvimento tecnológico nacional com o encerramento das atividades dos nossos institutos de pesquisa, uma vez que as transnacionais continuam dando preferência às tecnologias que importam de suas matrizes. Um dos exemplos mais marcantes no Brasil é a desnacionalização das telecomunicações. O Centro de Pesquisas e Desenvolvimento (CPQd) da Telebrás - onde foram concebidas as centrais trópico, o cartão magnético e sua versão mais atualizada para telefonemas a partir de "orelhões" e desenvolvida a tecnologia da fibra óptica, colocando o Brasil na fronteira do amplificador óptico - está na iminência de fechamento ou de transformar-se em centro de treinamento de vendas de produtos de telecomunicações. Foram essas as opções diante das quais FHC pôs o CPQd.

4 - Remessa de lucros e dividendos como fator adicional de agravamento dos déficits externos do país.

5 - Deslocamento das decisões de investir para as matrizes das transnacionais cujo comportamento fora do país de origem está subordinado às diretrizes estabelecidas pelo planejamento estratégico global.

6 - Ocupação de espaços geoeconômicos nacionais cada vez mais amplos com a ameaça de comprometimento até mesmo do espaço geopolítico dos países destinatários dos investimentos. ■

Japão: reação ainda discreta

O Japão ainda ensaia discreta reação, após um período de retrocesso e estagnação ao longo de quase três anos. A produção industrial já registrou uma elevação de 4,6% em agosto passado, a maior desde janeiro de 1997, desempenho que os economistas associam ao comportamento da indústria automobilística e a fatores sazonais.

No segundo trimestre, o Japão crescera 0,2%, surpreendendo os analistas que previam queda na produção. Embora tenha sido 2,7% menor em julho, o superávit na conta corrente do balanço de pagamentos foi de US\$ 12,12 bilhões.

Esses sinais de crescimento desde junho, embora tímidos pela incerteza de sua sustentabilidade, produziram alta de 16% na cotação do iene, que se fortale-

ceu diante do dólar, atraindo investidores estrangeiros para aplicação em ativos cotados na moeda do Japão.

Com o objetivo de preparar as bases para o reforço da recuperação do país, o governo do Japão aprovou extraordinariamente um montante de US\$ 4,7 bilhões para o financiamento de grandes projetos no setor de obras públicas. Uma recuperação inspirada em Keynes.

A economia européia, por sua vez, a despeito da reação da França e da previsão de crescimento da Alemanha em torno de 2%, ainda não confirma a consolidação de uma tendência positiva.

Na América Latina, tudo é incerteza, ainda que os países menos frágeis economicamente continuem se esforçando para vencerem a crise em que estão imersos. ■



Carlos Ghosn, da Nissan Motors, anuncia plano de reestruturação da empresa, com cortes de empregos

Panorama sombrio

Para voltar a crescer, a economia brasileira precisa reorganizar-se institucionalmente e tornar-se menos dependente do capital externo. A aposta na retomada do crescimento via exportações, depois da maxi-desvalorização do real, no começo deste ano, frustrou-se diante do protecionismo dos países centrais e do estreitamento dos mercados dos países asiáticos que mergulharam na crise em meados do ano passado. Para completar esse quadro, veio a queda dos preços dos principais produtos da nossa pauta de exportações.

Este ano, ao contrário da meta de um superávit de US\$ 11 bilhões na conta de mercadorias, prevista no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), pouco tempo depois revista sucessivas vezes para US\$ 9 bilhões, US\$ 6 bilhões, US\$ 3 bilhões e finalmente para US\$ 1,5 bilhão, ter-se-á um déficit superior a US\$ 1 bilhão.

As taxas de juros, por outra parte, ainda em patamares elevados (19%) não convidam a investir no setor produtivo; a dívida pública aprisiona a poupança doméstica, enquanto a dívida externa e

a ameaça de estrangulamento cambial se evidenciam como dois dos maiores complicadores; as empresas estatais absorvidas pelo capital estrangeiro continuam preferindo distribuir lucros a fazerem investimentos na produção e em tecnologia; e os investimentos diretos das transnacionais vêm se concentrando nas fusões e na compra de estatais e de empresas nacionais de capital privado.

Demitido do importante papel de produtor, principalmente na infraestrutura, o Estado sequer pode operar como indutor do crescimento; fragilizadas, as empresas privadas brasileiras continuam paralisadas, sem rumo nem

poder de pressão, depois de um longo período de deslumbamento diante do Plano Real e da chamada "globalização"; as transnacionais aqui estabelecidas já demonstraram que não têm compromisso com o país. Existem apenas como elos que atrelam a economia do Brasil às economias desenvolvidas nas quais têm as suas matrizes.

A conjuntura é muito difícil e a crise estrutural vai se tornando cada vez mais grave e mais complexa com a caótica nova organização institucional da economia do país. Qual o capital que vai liderar o crescimento? O estatal, o privado nacional, o capital estrangeiro? É difícil a resposta. ■

Equador

Províncias exigem autonomia

Um movimento regionalista apresentou 400 mil assinaturas para propor um plebiscito para a autonomia da província de Guayas, no Equador. A província, que fica na costa do Pacífico, é uma das mais ricas do país, tem 3 milhões de habitantes e sua capital e principal porto é Guayaquil.

No último mês, várias províncias equatorianas exigiram autonomia do governo central, mas somente Guayas conseguiu as assinaturas necessárias para levar o caso a plebiscito. "Queremos permitir que todas as cidades e províncias assumam suas responsabilidades, sem depender do governo central", declarou Humberto Mata, líder do movimento Fuerza Ecuador, organização que coordenou o recolhimento das assinaturas. Segundo as pesquisas, é provável que a opção pela autonomia seja aprovada.

De acordo com o ex-constituente Ricardo Noboa Bejarano, as correntes favoráveis à autonomia não querem a dissolução do Equador, e sim melhorar a administração pública, tornando-a mais democrática. "O sistema centralista fracassou no Equador", disse Noboa. Para ele, o país não deve se espelhar no caso da Iugoslávia, mas sim no modelo espanhol, que "tem cerca de 13 a 14 regiões autônomas e está mais unida do que nunca".

O presidente do Congresso, Juan José Pons, do partido do governo, se mostrou preocupado com as exigências de autonomia. "Os representantes das instituições cívicas que respaldam as autonomias têm de estudar com muita seriedade as propostas, sob pena de desunir o país e os equatorianos", afirmou. Além de Guayas, as províncias costeiras de Manabí (1,2 milhões de habitantes) e Los Ríos (610 mil), algumas na Serra Central e todas as seis províncias da região amazônica também exigem autonomia.



Ex-paramilitares que serviram ao governo salvadorenho durante a guerra civil protestam nas ruas de San Salvador; eles exigem indenização e reclamam que não foram consultados durante a elaboração do acordo de paz que pôs fim ao conflito



CHILE

Manifestante anti-Pinochet sai vestido de réu nas ruas de Santiago, no Chile; a Justiça britânica autorizou a extradição do general chileno Augusto Pinochet para a Espanha onde ele deverá ser julgado por tortura e violação de direitos humanos. A defesa do ex-ditador chileno pode recorrer da sentença e o processo pode se arrastar ainda por mais um ano. Pinochet, que governou o Chile de 1973 a 1990, foi dispensado de comparecer à leitura da decisão por motivos de saúde. Centenas de ativistas comemoraram a decisão em frente ao tribunal de Bow Street, localizado no centro de Londres. No Chile, milhares de manifestantes também saíram às ruas para festejar a decisão da Justiça britânica

Cone Sul

Trem do Mercosul

O "Trem do Mercosul", que parte de Sumaré-SP e passa por Montevideu, no Uruguai, indo até Buenos Aires, na Argentina, deve expandir suas viagens até o final do ano. Cada viagem entre Brasil, Uruguai e Argentina leva 16 dias, ida e volta, através da FSA (Ferrovia Sul-Atlântica).

Atualmente, o trem sai duas vezes por semana, nos dois sentidos, conduzindo 25 vagões que levam diversas mercadorias brasileiras, como cerâmica industrializada, alumínio e bebidas, e retornam com produtos uruguaios e argentinos, como a cevada e o arroz. A intenção é que, até o final de 1999, o trem passe a realizar três viagens semanais, nos dois sentidos, com até 30 vagões. O transporte ferroviário aumentará o volume de carga transportada e permitirá cumprir de maneira mais eficaz com os prazos de entrega.

Guatemala-Honduras

Violação dos direitos humanos

A violação dos direitos humanos pelos militares na década de 80 voltou à ordem do dia na Guatemala e em Honduras. O ministro da Defesa guatemalteco, Marco Espinoza, é acusado de destruir provas que incriminam o exército em casos de tortura e desaparecimentos de civis. Espinoza comandou a Base Aérea do Sul, em Retalhuleu, entre 1993 e 1994, quando teria recebido ordens do então ministro da Defesa, Mario Enríquez, para a remoção de todos os arquivos que comprometessem o exército. A documentação relativa ao desaparecimento desses arquivos pertence ao Departamento de Defesa dos Estados Unidos que, a partir do final desse mês, deixou de ser secreta.

Segundo os documentos, divulgados pela ONG Arquivo Nacional de Segurança, em Washington, Espinoza teria acatado a ordem superior. Em Tegucigalpa, Espinoza negou tudo. "Em nenhum momento recebi ordem de destruir arquivos", afirmou. Já em Honduras, causaram grande comoção as declarações de Jorge Ulloa, ex-secretário-geral da União Nacional de Camponeses (UNC) nos anos 80. Ulloa disse que o corpo do sacerdote norte-americano Guadalupe Carney, jesuíta que desenvolvia trabalhos com mulheres e camponeses hondurenhos, desaparecido em 1987, estaria na base militar de El Aguacate, noroeste do país, e sua cabeça teria sido enterrada na sede do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas.

De acordo com Ulloa, Carney e o guerrilheiro José Mata Reyes foram capturados pelo exército quando entravam no país pela fronteira com a Nicarágua. "Soubemos pelos próprios militares que ambos foram torturados e executados em El Aguacate", afirmou. Ainda segundo o ativista, os militares, na época, queriam evidências da morte do sacerdote. "Foi quando le-varam sua cabeça para a sede do Estado Maior Conjunto das Forças Armadas e a enterraram em um túnel na entrada do edifício."



O socialista Tabaré Vázquez lidera a corrida presidencial no Uruguai, nos dois turnos

Uruguai

Esquerda a um passo da vitória

Pela primeira vez desde o triunfo de Salvador Allende, no Chile, em 1970, um candidato socialista, o uruguaio Tabaré Vázquez, pode chegar à presidência de um país sul-americano. A esquerda uruguaia é favorita em todas as pesquisas para vencer o primeiro turno das eleições, marcadas para o dia 31 de outubro, e tem grandes possibilidades de vencer também no segundo turno, no dia 28 de novembro. As últimas sondagens de opinião mostram que, num eventual segundo turno, Vázquez, um médico oncologista, tem vantagem sobre Batlle, ainda por pequena margem.

Ex-prefeito de Montevideu, candidato da coligação Encuentro Progresista-Frente Amplio (EP-FA), Tabaré Vázquez é o favorito para o primeiro turno, com 36% das intenções de voto, e durante as últimas semanas tem estado em constante ascensão. Além do Partido Socialista, de Vázquez, a EP-FA também reúne comunistas, ex-militantes do Movimento Tupamaro, independentes e democrata-cristãos.

Logo atrás de Vázquez está o candidato do Partido Colorado, Jorge Batlle, com 28% dos votos, que não apresenta variações desde setembro. Em terceiro lugar vem o conservador Luis Alberto Lacalle, do Partido Nacional, que foi presidente da República entre 1990 e

1995. Ele conta com 22% dos eleitores. Sua imagem se deteriorou após deixar o governo, quando vários funcionários de sua administração foram processados por corrupção.

O EP-FA desafia a história. Pela primeira vez, desde 1836, quando foram criados os Partidos Colorado e Nacional, os mais antigos da América Latina, o Uruguai poderá ser governado por uma terceira força. Diante dessa perspectiva, tanto os dirigentes colorados como os blancos têm elevado o tom das críticas a Vázquez, chegando mesmo a apelar para baixarias. Entre elas algumas com sabor de guerra fria, como a acusação de que seria "marxista e comunista", e que a sua proposta conspira contra a estabilidade monetária e de preços. Jorge Batlle chegou a dizer em ato público que o "estilo de vida" dos uruguaios está em jogo.

No entanto, o fantasma do marxismo parece ter se diluído diante dos problemas causados pela recessão econômica, o desemprego e a frustração com os governos sucessivos dos partidos tradicionais.

Ambos os candidatos conservadores, Lacalle e Batlle, anunciaram que trabalharão um pelo outro, em caso de uma disputa com o socialista no segundo turno.



Norben Yonda, uma mãe israelense que teve seu filho morto por palestinos, abraça uma palestina não-identificada que também perdeu o filho em conflitos contra judeus israelenses. O evento, ocorrido na cidade de Gaza, marcou o encontro histórico entre palestinos e israelenses que tiveram parentes mortos durante o período de ocupação de Israel. Os entendimentos entre o governo israelense e a Autoridade Palestina foram retomados após a eleição do primeiro-ministro Ehud Barak

Israel-Palestina

Os avanços da paz

A reunião realizada em Gaza expressa, de maneira exemplar, os anseios de paz e entendimento que dominam hoje israelenses e palestinos. O encontro reuniu pais - sobretudo mães - de jovens de palestinos e israelenses mortos em combate ou assassinados no decorrer da luta que os dividia. O intercâmbio entre as famílias de fotos dos desaparecidos foi um momento comovido.

Esse sentimento da sociedade civil de que o confronto militar deve terminar vem se revelando uma excepcional oportunidade para a paz e poderá influir favoravelmente nas negociações.

A libertação de presos políticos palestinos - mais de 400 até dezembro - foi um ponto culminante nesse avanço a caminho do entendimento. Mas não é o único.

Entre quinze e vinte condomínios

de israelenses levantados em áreas palestinas vão ser desmantelados por ordem do governo e a abertura da estrada que une Gaza à Cisjordânia foi aprovada em Tel-Aviv. Mais ainda: os últimos acordos estão sendo cumpridos e mais 7% do território da Cisjordânia foram restituídos aos palestinos.

Uma consequência dessas conquistas surpreendeu positivamente: o Hamas, o mais radical dos grupos armados palestinos, anunciou a suspensão de todo atentado visando pessoas.

A história da luta secular na região está sendo reescrita, embora nem todos os obstáculos já tenham sido superados. Os propósitos de paz de dois grandes líderes - Yasser Arafat e Ehud Barak, refletindo os sentimentos da maioria dos seus povos, abrem perspectivas que as hostilidades bélicas jamais teriam sido capazes de efetivar.

Porto Rico

Privatização questionada

A privatização da Autoridade de Aquedutos e Saneamento de Porto Rico (AASPR), a companhia de abastecimento de água portorriquenha, colocou em cheque a validade do programa de privatização do governador Pedro Rosselló. Feroz partidário de políticas neoliberais, o governador Rosselló tinha esperanças que a administração privada poria fim à gestão caótica do abastecimento de água do território.

A AASPR passou para as mãos da Professional Services Group (PSG), subsidiária da companhia européia Vivendi. O resultado foi um desastre tão grande que até mesmo os maiores privatistas da ilha consideraram a venda da companhia um mau negócio.

O déficit operacional da AASPR continuou aumentando, o Estado continuou tendo de gastar com a empresa e a prestação de serviços caiu assustadoramente. "Para os usuários, a situação atual significa incerteza, confusão, dúvidas e, infelizmente, pior qualidade do serviço", disse Héctor Ríos Maury, economista e professor da Universidade de Porto Rico. "Aqui se utiliza a privatização como um *slogan* político para solucionar tudo", comentou Francisco Catalá, também professor de economia na mesma universidade.

Catalá sustenta que a redução do número de funcionários públicos não diminui necessariamente os custos do governo. Essa redução, normalmente, é acompanhada de uma crescente dependência de serviços privados, o que torna difícil saber se o setor público realmente economiza.

"O drama atual da AASPR é a evidência de que faz falta uma norma que regule as privatizações das empresas públicas e que deve ser discutida por toda a sociedade", disse Ríos Maury.



Uma criança, que voltou com seus pais a Dili depois da chegada das tropas da ONU, encontrou a sua casa queimada e procura entre as cinzas algum pertence

Timor Leste

Refugiados temem voltar

Caso o governo indonésio não permita o acesso imediato de agências humanitárias a Timor Ocidental, os refugiados timorenses correm o risco de morrer de fome. A missão de paz enviada pela ONU não tem autorização para entrar em Timor Ocidental (território indonésio), o que agrava ainda mais o problema desses milhares de timorenses. As organizações humanitárias, como por exemplo os Médicos Sem Fronteiras, estão se instalando em regiões próximas à ilha à espera dos sinais verde para ingressar no território.

Após o plebiscito no qual a maioria da população da ex-colônia portuguesa optou pela independência, as milícias pró-Indonésia espalharam a violência em toda a ilha. A escalada do terror fez com que dezenas de milhares de timorenses se refugassem do outro lado da fronteira, em Timor Ocidental (a ilha é dividida em dois territórios distintos). Calcula-se que de 140 mil a 200 mil timorenses se refugiaram do outro lado da fronteira, em Timor Ocidental.

Sanjay Sojwall, voluntário da organização World Vision, em Kupang, capital de Timor Ocidental, afirmou que a situação dos refugiados piora a cada dia. "Todos os recursos da cidade estão sobrecarregados. Não há infraestrutura adequada, não há água nem

instalações sanitárias suficientes", declarou. "Muitos refugiados cruzam a fronteira com um saco de arroz, que também já está no fim", disse outro voluntário que pediu para não ser identificado.

Segundo um alto funcionário norte-americano, os habitantes de Timor Leste, retidos na Indonésia, estão recebendo informações erradas sobre o desfecho político em seu país com o objetivo de desmotivá-los a retornar.

O subsecretário de Estado para a Democracia, os Direitos Humanos e o Trabalho, Harold Koh, afirmou que a presença das milícias pró-Indonésia em vários acampamentos de Timor Ocidental havia se generalizado.

Koh chefou uma delegação que viajou a Jacarta, Timor Leste e Ocidental. Ao retornar disse que sua maior preocupação é a segurança dos timorenses que fugiram para território indonésio durante os conflitos.

Em 19 de outubro, o Parlamento da Indonésia ratificou o plebiscito realizado em agosto em Timor Leste, abrindo caminho para a transformação da antiga colônia portuguesa em país independente. A primeira etapa da transição é a passagem de Timor Leste à administração provisória da ONU, prevista para o final deste ano.

Você acha
que todos
são iguais
perante
a lei.

Visite uma prisão.
Ou trate de ler.

discursos
sediciosos
CRIME, DIREITO E SOCIEDADE
ano 3, números 3 e 4, 1º e 2º semestres de 1997

Alexandre A. Marinho	José Mauricio S. Alvarez
Alexandre Macedo	Viktor Goltman
Alfredo Bozelli	Paul Hufman
Andréa Baccaro	Luiz Eduardo de V. Vieira
Carlos A. Alencar	Luiz Guilherme Vieira
Carlos Filipe de Mello	Marco Aurélio
C. M. Nazareth Campos	Maria Helena C. Pinheiro
Dea Rita Matos	Maria Lucia Karam
Eduardo Galeano	Nelson Roberto Sestini Machado
Elaine Botelho Junqueira	Nilo Rolista
Giselle Cerqueira	Patricia Ribeiro Serra Vieira
Gizene Nader	Selma Barrolo de Resende
Humberto Telles	Sergio Demócrito Hamilton
José Eduardo Azevedo	Tina Harris-Rouquette

ISBN 1413906X
Freitas Bastos Editora

Uma publicação

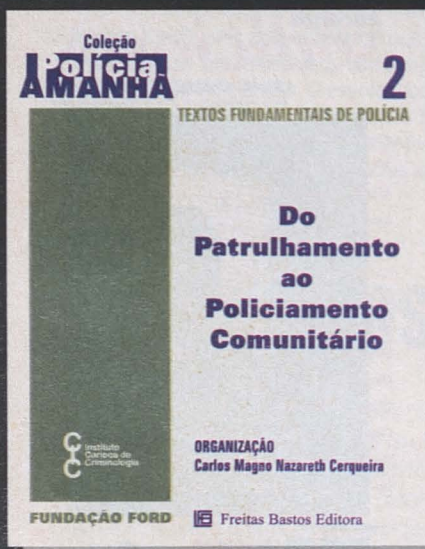


Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

**Você
adora
tolerância
zero.**

**A Gestapo
também adorava.
Trate de ler.**



Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

Egito

Mubarak eleito por mais seis anos

Hosni Mubarak permanecerá por mais seis anos como presidente do Egito. Um referendo popular confirmou o nome de Mubarak com quase 94% de aprovação. O presidente, que tem 71 anos, prestou juramento diante do Parlamento egípcio para seu quarto mandato presidencial.

O ex-general da força aérea está no poder há 18 anos e assumiu o cargo após o assassinato de Anwar al Sadat, em 1981.



Hosni Mubarak: reeleito com 94% dos votos



O secretário-geral da ONU, Kofi Annan (à dir.) segura um bebê no hospital Kosevo, em Sarajevo, na Bósnia; a criança foi escolhida por ser de um país recém-saído da guerra, para marcar a chegada da população mundial ao marco de seis bilhões de pessoas; o menino nasceu aos dois minutos do dia 12 de outubro e se chama Adnan Nevic

África

Refugiados discriminados

Os países da África acusaram a comunidade internacional de atuar com parcialidade em matéria de ajuda aos refugiados e de mostrar preferência pelas populações afetadas de Kosovo e Timor Leste.

O secretário-geral da Organização da Unidade Africana (OUA), Saïd Djinnit, afirmou que os refugiados de seu continente - quase um terço de todos os refugiados do mundo - não recebem a ajuda devida da comunidade internacional.

Djinnit declarou diante do comitê executivo do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur) que os países ricos possuem diferentes critérios para distribuir ajuda humanitária pelo globo.

Ele lembrou que os gastos por refugiado são mais baixos na África do que em outras regiões. Também a atenção dada aos africanos em acampamentos oficiais é diferente e os recursos disponíveis são inferiores, disse aos jornalistas. Djinnit assegurou que grande parte dos fundos destinados aos refugiados "servem para pagar salários nas organizações não-governamentais".

A Acnur brinda assistência a cerca de 20 milhões de refugiados, dos quais sete milhões pertencem ao continente africano. Para Djinnit, o problema dos refugiados africanos está relacionado com a instabilidade e a insegurança geradas em conflitos e pelas violações constantes dos direitos humanos.

Mas, na África, ainda têm um papel preponderante entre as motivações para o deslocamento da população, a deterioração das condições socioeconômicas e as catástrofes naturais que vêm assolando várias regiões.

Paquistão

Disputas por água

O ministro de Água e Energia do Paquistão, Gohar Ayub Khan, alertou que a escassez dos depósitos de água pode causar uma disputa entre as quatro províncias do país nos próximos 5 a 10 anos.

O principal temor do ministro é que se desate uma guerra entre as duas províncias mais populosas, Punjab e Sindh. O alerta não foi uma surpresa já que as principais cidades, inclusive a capital Islamabad, sofreram cortes de água nesse verão.

O Conselho de Pesquisa de Sindh revelou que os cortes tiveram duas causas. A primeira, que o governo calculou mal a quantidade de água necessária para suprir todo o país, e a segunda, a ausência de chuvas no norte do país durante a primavera. No Balochistão, a maior província do

Paquistão, a situação é crítica. As autoridades regionais alertaram que as reservas de Quetta, capital da província, são escassas e que a cidade poderá se tornar inabitável na próxima década. Em Quetta, a água subterrânea, que antes se encontrava a 150 metros de profundidade, só é localizada agora a 210 metros.

O governo local pediu ajuda a Islamabad e a organizações financeiras internacionais para construir represas. O resultado da escassez foi sentido pela economia. O setor agrícola teve um prejuízo de US\$ 5,4 milhões só em Sindh.

As importações de alimentos aumentaram devido à queda da produção nacional. A crise pode ter proporções maiores devido ao forte crescimento demográfico do país.



Contrariando todas as previsões que davam como certa a eleição da líder opositora Megawati Sukarnoputri, o acadêmico muçulmano Abdurrahman Wahid acabou saindo vitorioso da sessão do Parlamento que escolheu, de forma indireta, o novo presidente da Indonésia, em 20 de outubro deste ano. A derrota da candidata mais votada do país causou revolta e tumulto na capital, Jacarta. A reação popular acabou influenciando os parlamentares, que, no dia seguinte, escolheram Megawati Sukarnoputri para a vice-presidência. O cargo passou a ter maior significado pela precária saúde de Wahid e pela forte liderança popular da filha de Sukarno, primeiro presidente da Indonésia após a independência



Grupo de manifestantes protestam diante do Palácio do Governo, em Lima; na faixa, trazem os nomes do presidente e de Vladimiro Montesinos, assessor de inteligência; eles são contra uma nova candidatura de Fujimori à presidência e reivindicaram melhores salários

França

Casais homossexuais

O Parlamento francês aprovou o projeto que recebeu a denominação de Pacto Civil de Solidariedade que legaliza a união entre homossexuais. A discussão durou um ano e a iniciativa foi duramente combatida pelos católicos e evangélicos que consideram o projeto "um atentado à instituição matrimonial". Para os socialistas franceses a iniciativa representa, ao contrário, uma "evolução dos costumes".

O projeto beneficia pessoas "que oficializem sua vida em comum" e passarão a desfrutar dos direitos atribuídos aos casais legalmente constituídos. A decisão estimula no Brasil a discussão de um projeto semelhante, apresentado pela deputada Marta Suplicy e que é objeto de controvérsias na Câmara. Um observador parlamentar comentava a propósito: "O deputado Severiano Cavalcante, que, com grande tenacidade, lidera a luta contra o projeto da deputada Marta, deve ter dado o sinal de alerta máximo nas suas fileiras."



António Guterres, primeiro-ministro de Portugal, comemora nas ruas de Lisboa a vitória do Partido Socialista nas eleições parlamentares de outubro. Apesar do triunfo, os socialistas não obtiveram maioria e terão de buscar alianças para governar o país

Grã-Bretanha

Debate sobre ferrovias inglesas

A Inglaterra está envolvida em um tenso e generalizado debate sobre um tema de fundamental interesse para muitos outros países: os efeitos nefastos do modelo de privatização adotado.

De um modo geral os serviços privatizados na Inglaterra atravessam grave crise. Alguns, como as ferrovias, estão em ruínas.

Na edição anterior de **cadernos** uma nota do nosso correspondente na França, Edouard Bailby, já advertira para a gravidade do problema. Escreveu a respeito: "Poucos meses antes de ser derrotado pelos trabalhadores nas eleições de 1996, o governo conservador da Grã-Bretanha privatizou às pressas a British Railways, empresa estatal das estradas de ferro". Evidentemente o argumento era modernizar e

aumentar a rentabilidade do sistema ferroviário. O resultado é uma catástrofe nacional. As 24 companhias privadas encarregadas de transportar os passageiros enfrentam uma série de gravíssimos problemas que estão irritando ao máximo os súditos de sua Graciosa Majestade.

Os britânicos estão tão irritados com a bagunça geral nas estradas de ferro que formularam nos últimos dezoito meses mais de 19.000 queixas escritas, um recorde na história do país.

Um porta-voz do Sindicato Nacional Union of Rail, Maritime and Transport Workers (RTM), declarou recentemente à imprensa: "O público não aguenta mais; a privatização foi um erro evidente. Todos nós temos saudades da British Rail."

A crise é tão ampla que nem os passaportes - 4.500 mil - escapam. Sua expedição foi privatizada e agora há mais de meio milhão de pessoas esperando a entrega do documento, ameaçados de não viajar.

Há poucas semanas suas composições de trens privatizados se chocaram. Um desastre terrível com dezenas de mortos. Causas de sempre: redução de custos, dispensa de trabalhadores, a meta de lucros cada vez maiores. Os indignados protestos do povo obrigaram o governo a atuar contra a empresa.

Na Europa inteira muitas privatizações estão sendo questionadas. E no Brasil? No dia em que procuradores, parlamentares ou até mesmo policiais se empenharem no exame e no que foi feito nas privatizações, pode sair a público muitos erros e concessões ilícitas que podem ensejar, em menor ou maior prazo, resultados altamente negativos para o país.

O exemplo das teles pode ser apenas um começo.

Estados Unidos Duplo discurso

Ao mesmo tempo em que Washington lidera uma campanha para a limitação do comércio de armas no mundo, os EUA exportaram mais de US\$ 1 milhão em armas de pequeno porte para países em desenvolvimento. As armas, na sua maioria revólveres, pistolas e rifles de assalto, estão sendo exportadas principalmente para países como Argentina, Chile, México, Venezuela, Colômbia, Filipinas, El Salvador, África do Sul e Tailândia.

"Se os EUA pretendem realmente diminuir o fluxo de armas leves, deveriam dar o exemplo restringindo as vendas de pistolas e revólveres aos países em desenvolvimento", declarou Erik Floden, do Fundo Educação-Conselho para um Mundo Habitável, com sede em Washington.

Numa reunião da Comissão de Desarmamento da ONU, Washington declarou que não aceitaria limitar a exportação de armas a grupos estrangeiros, mesmo aqueles suspeitos de serem "organizações terroristas". "Não podemos assinar uma proibição geral de exportação de armas que permita a venda

exclusivamente aos governos", disse Katharine Crittenberger, em nome da delegação norte-americana. "Em alguns casos estaríamos proibindo grupos ou indivíduos de se defenderem da perseguição de tiranos", declarou ela à Comissão.

Ao mesmo tempo, o governo norte-americano apresenta um outro discurso em foros como as Nações Unidas. O embaixador norte-americano na ONU, Peter Burleigh, disse que "todas as nações que vendem armas leves são responsáveis por dar respaldo à destruição que elas causam". A secretária de Estado, Madeleine Albright, por sua vez, disse que seu governo estava negociando uma regulamentação para evitar a venda ilegal de armas de fogo.

Para Floden, os EUA não querem contrariar os grupos de pressão que defendem o uso de armas de fogo e, ao mesmo tempo, deixam a porta aberta para as exportações norte-americanas de armas pequenas e leves, que Albright considerou "legítimas".

"Mesmo a venda legal de armas pode ser usada para fins ilegais. O que os Estados Unidos querem é ser considerados um país ativo no controle de armas, o que na realidade não é", afirmou Floden. "Todas as armas são para matar, não importa se vendidas legal ou ilegalmente", concluiu.

Os Estados Unidos pressionaram vários países a assinar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear, que proíbe todas as explosões nucleares no subsolo, espaço ou atmosfera. O tratado, subscrito por 154 nações, só passa a valer quando ratificado pelos respectivos Congressos. No Senado norte-americano, sua aprovação era dada como certa, um argumento que Clinton usava para exigir de outros a ratificação imediata. Mas o Senado, de forma surpreendente, vetou o tratado. Clinton revelou sua indignação e acusou de insensíveis aos senadores republicanos. E agora? Os países que se negam a assinar a ratificação do tratado têm argumentos para apoiar sua atitude e os que o já assinaram têm justas razões para duvidar dos propósitos norte-americanos. Clinton tem declarado que continuará lutando pela ratificação internacional, esperando reverter a decisão que foi, esta sim, uma megabomba nuclear na luta pela paz



**Você diz
que o Brasil
é o país da
impunidade.**

**Negros pobres
acham o contrário.
Trate de ler.**

COLEÇÃO Pensamento
Criminológico

2

Vera Malaguti Batista

DIFÍCEIS GANHOS FÁCEIS
Drogas e Juventude Pobre
no Rio de Janeiro



Freitas Bastos Editora

Uma publicação



Freitas Bastos Editora

Av. Londres, 381 Bonsucesso
CEP 21041-030 Rio de Janeiro RJ
telfax (021) 573 8949

Gente



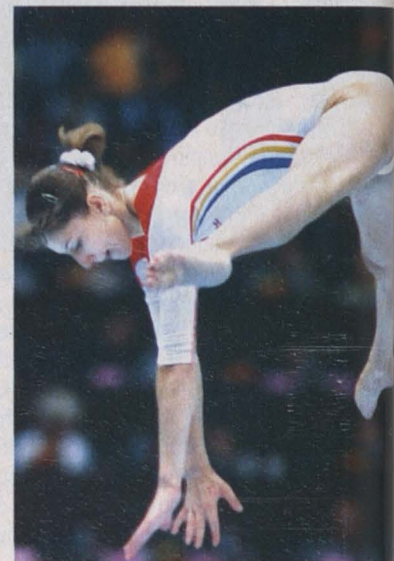
A cubana Glória Estefan, expoente da música latino-americana, continua brilhando entre as grandes estrelas da música internacional; cada novo lançamento se transforma em sucesso. O seu maior sonho é cantar na sua Cuba natal

Raisa Gorbachov, mulher do ex-líder soviético Mikhail Gorbachov, morreu de leucemia no dia 20 de setembro, em Münster, na Alemanha. Raisa inaugurou uma nova era no Kremlin,



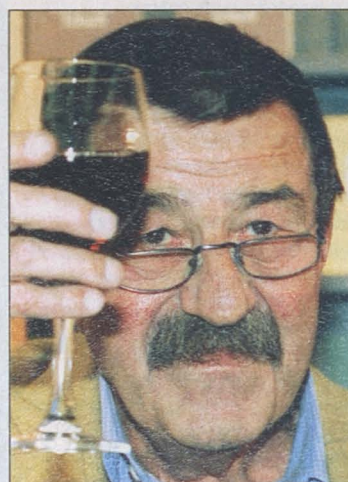
pouco acostumado a primeiras-damas atuantes e independentes. A sua passagem foi marcada pela sua inteligência e beleza, com as quais conquistou também o Ocidente

A ginasta romena Maria Olaru foi campeã geral de ginástica artística, no Campeonato Mundial disputado em Tianjin, na China. Nessa competição, as atletas são avaliadas em todos os aparelhos e a vencedora é considerada a mais completa ginasta do torneio. A medalha de prata ficou com a ucraniana Vyctoria Karpenko e a de bronze com a russa Elena Zamolodchikova



QUÍMICA • O egípcio Ahmed Zewail, pesquisador do Instituto de Tecnologia da Califórnia, nos Estados Unidos, arrebatou o prêmio por seu trabalho sobre reações químicas usando flashes de raio laser de curtíssima duração, que servem para observar o movimento de átomos durante reações químicas

NOBEL 99

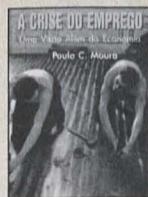


LITERATURA • O alemão Günter Grass comemora o prêmio recebido durante a Feira Internacional do Livro, em Frankfurt, na Alemanha



PAZ • A organização Médicos Sem Fronteiras (MSF) foi premiada pelo trabalho de ajuda a vítimas de catástrofes e guerras. Na foto, Philippe Biberson, presidente da MSF França (dir.) e James Orbinski, presidente da MSF Internacional (esq.), festejam a conquista em Paris

Postal Norte-Sul



A CRISE DO EMPREGO

Visão além da economia

Paulo C. Moura

O novo livro do conhecido consultor de empresas mostra a realidade de hoje no Brasil frente à crise mundial de emprego e ao impacto da globalização. 280 páginas.

Editora Mauad
Cód. 010064

R\$25,00



AS CURVAS DO TEMPO

Oscar Niemeyer

Relatos autobiográficos em que o grande arquiteto conta sua trajetória, da infância no bairro de Laranjeiras, no Rio, até os dias de hoje. Ferreira Gullar, que assina a apresentação, afirma que é um livro para se incorporar à história. 296 páginas.

Editora Revan
Cód. 0162

R\$25,00



HISTÓRIA DO CONE SUL

**Amado Luiz Cervo e
Mario Rapoport (org.)**

Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando suas relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas.

Editora Revan
Cód. 0159

R\$30,00



A BANALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA SOCIAL

Christophe Dejours

Este livro tem como questão central as "motivações subjetivas da dominação": por que uns consentem em padecer sofrimento, enquanto outros aceitam infligir tal sofrimento? 160 páginas.

FGV - Editora
Cód. 20419-9

R\$21,00



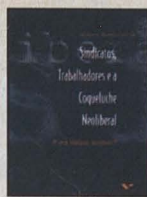
ESPAÑOL PARA BRASILEIROS

Juan Kattán-Ibarra

Curso completo para você entender, falar e escrever em espanhol. Se você nunca falou e precisa aprender depressa, esta é a solução. 330 páginas.

Editora Pioneira
Cód. 113-47

R\$ 42,00



SINDICATOS, TRABALHADORES E A COQUELUCHE NEOLIBERAL:

a era Vargas acabou?

Adalberto Moreira Cardoso

A crítica ao processo de desregulamentação, como forma jurídico-política da flexibilidade do sistema de relações de trabalho no Brasil, ganha consciência analítica neste livro que rebate as teses dominantes sobre os "custos de trabalho" como obstáculo para a modernização da economia. 186 páginas.

F G V - Editora

Cód. 85-225-0265-X

R\$27,00



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Um dos mais respeitados naturopatas, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188 páginas.

Editora Campus

Cód. 20310-0

R\$26,00



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL

Estratégias de bem-estar e políticas públicas

Maria Lúcia W. Vianna

As políticas implantadas no Brasil pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256 páginas.

Editora Revan

Cód. 0156

\$27,00



QUE PAÍS É ESTE?

João Sayad

Temas atuais e polêmicos como a globalização, o liberalismo brasileiro, a "modernização" da economia e o conservadorismo de nossa elite política, possibilitando ao leitor atento a oportunidade de refletir sobre os rumos do país. 320 páginas.

Editora Revan

Cód.0178

R\$ 29,00



PRESTES

Lutas e autocríticas

Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes

**Dênis de Moraes e
Francisco Viana**

Este é o livro para o qual, em vida, Luiz Carlos Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição comemorativa, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas.

Ed. Mauad
Cód. 020015

R\$36,00



MENOPAUSA

Uma Abordagem Natural

Michael T. Murray

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. Hoje, ela ainda é tratada como uma doença, não como um processo fisiológico normal. Como adotar medidas naturais na época que antecede à menopausa? O livro esclarece essas dúvidas e desafia a comunidade médica a repensar o modo de tratar o assunto. 224 páginas.

Editora Campus

Cód. 20311-0

R\$28,00



RUMO À SIERRA MAESTRA

Che Guevara e Raúl Castro

Diários inéditos da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução Cubana. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes nunca divulgados. O professor Emir Sader (UERJ/USP), um estudioso do tema, faz a apresentação da obra. 306 páginas.

Ed. Oficina do Autor

Cód. 517

R\$30,00



O DESMONTE DA NAÇÃO

Ivo Lesbaupin (Org.)

Analisa o processo pelo qual o governo Fernando Henrique Cardoso prometia levar o Brasil à modernidade, ao Primeiro Mundo e ao pleno desenvolvimento. Ao invés disso, conduziu a nação ao caos social e ao desastre econômico. 200 páginas.

Editora Vozes R\$16,00

Cód. 85.326.2174-0

**BENEDITA**

Benedita da Silva, Maisa Mendonça e Medea Benjamin
A autobiografia da senadora Benedita da Silva, escrita com o apoio da jornalista americana Medea Benjamin e da documentarista brasileira Maisa Mendonça, é de "uma coragem rara nos políticos brasileiros", como observou o "Informe JB" em nota recente. 192 páginas.

Editora Mauad R\$20,00
Cód. 020013

**SOU CRIANÇA: TENHO DIREITOS**

Oficinas pedagógicas de direitos humanos
Várias autoras

Crianças na faixa de 6 a 11 anos - alunos do sistema educacional ou integrantes de grupos ligados a diferentes instituições de caráter educativo, cultural e social. 196 páginas.

Editora Vozes R\$19,00
Cód. 85-326-2089-2

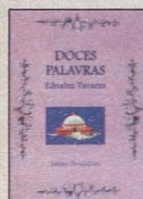
**VENCER É POSSÍVEL**

Democracia sem exclusão, globalização com soberania

Nelson Mandela

Coletânea de textos do autor, selecionados e organizados pelo sociólogo Emir Sader. A obra é uma grande fonte de idéias e exemplos para os países, como o Brasil, que enfrentam hoje problemas para a construção de uma democracia sem exclusão social. 192 páginas.

Editora Revan R\$19,00
Cód. 0148

**DOCES PALAVRAS**

Ednalva Tavares

A luz que ilumina a alma pode transformar o corpo e torná-lo tão leve que o aproximará e muito do incorpóreo. 64 páginas. (formato: 15cm x 11cm)

Janine Produções R\$5,00
Cód. 0001

**A REVOLUÇÃO DA QUALIDADE E O SERVIÇO DE SAÚDE**

M. Daniel Sloan
Michael Chmel, M.D.

O livro mostra, com detalhes, um plano para se usarem ferramentas estatísticas do Controle de Qualidade do processo, em um contexto clínico. A meta é reduzir os custos dos serviços de saúde com precaução. 232 páginas.

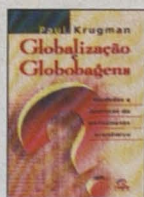
Editora Qualitymark R\$ 26,00
Cód. 0188

**A ÁGUA E A GALINHA**
Uma metáfora da condição humana

Leonardo Boff

Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas.

Editora Vozes R\$16,00
Cód. 85-326-1845-6

**GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS**

Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman

O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, aponta os caminhos do crescimento econômico, analisa o downsizing das empresas e desfaz falácias divulgadas mundialmente. 224 páginas.

Editora Campus R\$34,00
Cód. 20412-1

**O DESPERTAR DA ÁGUA**

Leonardo Boff

O livro continua o anterior A águia e a galinha, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas.

Editora Vozes R\$12,00
Cód. 85-326-1977-0

**A INVENÇÃO DO MAR**

Gerardo Melo Mourão

O livro é uma grande epopéia sobre o descobrimento do Brasil e os momentos primordiais da colonização portuguesa. Gerardo Melo Mourão vai narrando os principais fatos da história brasileira, como a travessia das caravelas de Cabral, a primeira missa celebrada em solo brasileiro e a invasão holandesa. 368 páginas.

Editora Record R\$ 28,00
Cód. 050229

**"FICAR COM"**

Jaqueline Chaves

Um novo código entre jovens

A autora apresenta o livro com um estilo de vida praticado pelos jovens nos anos 80 e 90. As informações foram obtidas através de entrevistas feitas com jovens e formam um trabalho elucidativo voltado para pais, professores e adolescentes. 156 páginas.

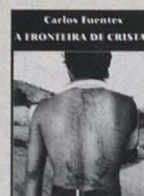
Editora Revan R\$ 11,50
Cód. 0069

**SABER CUIDAR**

Leonardo Boff

Este livro procura detalhar o cuidado em suas várias concretizações: cuidado com a Terra, com a sociedade sustentável, com o corpo, com o espírito, com a grande travessia da morte. A ótica do cuidado funda nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes. 200 páginas.

Editora Vozes R\$ 16,00
Cód. 85-326-2162-7

**A FRONTEIRA DE CRISTAL**

Carlos Fuentes

Um romance fragmentado em nove contos revela a agonia e a alegria dos mexicanos imprensados entre o México e os EUA, ou que tentam atravessá-la. Uma ficção com alto teor de realidade, que faz um retrato pungente da divisão entre o Primeiro e o Terceiro Mundo; a opulência e a miséria. 176 páginas.

Editora Rocco R\$25,00
Cód. 85.325.0967-3

**IUGOSLÁVIA**

Laboratório de uma nova ordem mundial

Mário Augusto Jakobskind

Análise sobre a guerra nos Balcãs. O autor faz retrospectiva histórica da região, do século VI até hoje, e também um apinhado sobre os 78 dias de bombardeios da Otan contra a Iugoslávia. 112 páginas.

Editora Novos Ideais R\$14,00
Cód. 85.87414-01-1

**DICIONÁRIO DE EXPRESSÕES IDIOMÁTICAS AMERICANAS**

Luiz L. Gomes e Donald E. Collins

Apresenta cerca de 5.000 expressões empregadas na atualidade. 282 páginas.

Editora Pioneira R\$ 36,00
Cód. 113-38

**DOMINAÇÃO PELA FOME**

Miranda Neto

Economia política do abastecimento

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades contemporâneas e politicamente democráticas. Porém há situações ainda mais absurdas, que nos afetam diretamente: a fome está sendo manipulada para a dominação dos povos! 136 páginas.

Editora Forense Universitária R\$ 9,80
Cód. 00124

Silencia a voz de um libertador

Morre em Londres um dos maiores estadistas africanos deste século, idealizador das comunidades camponesas organizadas com critérios socialistas

Neiva Moreira

O ano de 1961 marcou a independência da Tanzânia, após um longo período de colonização alemã e depois inglesa. Um fato marcante foi a fusão de Tanganica e Zanzibar, com a nova denominação de República Unida da Tanzânia.

À frente do movimento de libertação estava Julius Nyerere, que o povo consagrou com o nome de Mwalimu (mestre), pai da independência. Ele foi o fundador do Tanganyikan African National Union (Tanu) que, dez anos mais tarde, se unificou com outro partido, o Afro-Shirazi, com base na ilha de Zanzibar, formando o atual Chama Cha Mapinduzi, que continua no poder.

O programa de Nyerere priorizava três princípios: unidade africana, não alinhamento e apoio militante aos movimentos de libertação da África, sobretudo a Frente de Libertação de Moçambique.

A agricultura devia ser a alavanca da economia e sua base era o desenvolvimento de aldeias cooperativas, as ujamaas, nome que, em suahili, o idioma nacional, significa família e, por extensão, socialismo. A meta era o desenvolvimento partindo do autoabastecimento.

As ujamaas se expandiram e se consolidaram. Em muitas delas, o méto-

do Paulo Freire, de educação popular, era a base do ensino.

Nyerere governou o país até 25 de novembro de 1985 quando passou a presidência a outro líder do Partido, Ali Hassan Mwinyi, de origem árabe, eleito com 92,20% dos votos.

No entanto, Nyerere não se aposentou. Já então um dos líderes mais prestigiosos e populares da África, foi convidado a presidir a Comissão Norte-Sul, com sede em Genebra, destinada a fortalecer os países do Terceiro Mundo. Passou, então, a exercer intensa atividade internacional, defendendo teses de oposição não apenas ao neocolonialismo, mas expressamente à globalização neoliberal.

Esse extraordinário lutador, o primeiro tanzaniano a receber um diploma universitário, fez de sua ação política um apostolado pela auto-estima do seu povo. Julius Nyerere entendia o poder como uma expressão de soberania e justiça social.

Ao lado de Nelson Mandela, Samora Machel, Agostinho Neto, N'kruma, Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e outros líderes africanos, Julius Nyerere foi uma referência não apenas para o seu povo e a África, mas para os que, no mundo, defendem a liberdade e autodeterminação.

Sua morte em Londres foi uma consternação para muitos milhões de pessoas em todo o mundo. ■

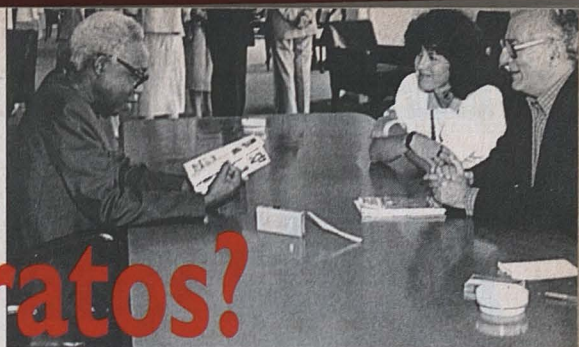


NYE



NYERERE

Na Conferência de Meio Ambiente, no Rio em 1992, o presidente Nyerere concedeu à revista 'cadernos do terceiro mundo' uma entrevista. Na foto, os entrevistadores Neiva Moreira, Beatriz Bissio e o presidente



E os retratos?

Substituir a presença da rainha da Inglaterra para demonstrar que o poder mudou de cara e, também, de cor

Com Beatriz Bissio visitei a Tanzânia a convite do presidente Nyerere, a quem fomos apresentados por Siad Barre, então presidente da Somália e da Organização da Unidade Africana, quando cobrimos para a imprensa do Peru uma reunião dessa organização. Ao aceitar o convite, enfrentamos um problema no aeroporto de Dar-es-Salaam, antiga capital (a nova é Dodoma, a 500 quilômetros do mar, que os tanzanianos chamam de "Brasília da África"): "O senhor é brasileiro, com um título de viagem peruano e não tem visto", disse o funcionário de imigração, desconfiado.

Com ele mantivemos longa e complexa negociação. "Bem, se são convidados do presidente, vocês entram! E esse documento estranho do senhor?" Acho que respondi com um gesto que ele entendeu. "Ah, o senhor é um desses perseguidos políticos que andam por aí, não é?", disse. Fiz que não compreendia o que queria dizer. Minha preocupação era passar o obstáculo da Imigração.

Logo surgiu outro empecilho. Como brasileiro (ou mesmo "peruano") deveria pagar US\$ 30 de imposto pelo visto de entrada e o dinheiro estava escasso. O funcionário encontrou a solução: "Só se eu colocar que o senhor é apátrida. Aí não paga nada". Feito. Beatriz ainda tinha um passaporte uruguaio e só enfrentou um pequeno problema: localizar aquele país no mapa que o diligente funcionário tinha na parede e no qual o Uruguai não constava. A essa altura, ele já vira que não éramos perigosos nem tínhamos dinheiro.

"Como dizem que esse país fica entre o Brasil e a Argentina, é melhor anotar que você é brasileira. Para os argentinos o visto é mais caro."

No dia seguinte, no palácio de governo construído pelos ingleses, encontramos o presidente Nyerere, que se divertiu muito com as preocupações do representante da República no aeroporto. "É verdade, me esqueci de avisar à Imigração a respeito do convite."

Na entrevista, a primeira de várias outras para **cadernos** em diferentes anos e países, Nyerere fez muitas perguntas sobre a América Latina e nos disse que estava lendo um livro do escritor Gunder Frank a respeito. Depois da longa entrevista, fizemos uma pergunta final. "Presidente, por que tantos retratos seus nas paredes?"

Ele explicou: "Naqueles lugares estavam retratos dos dignatários ingleses, inclusive da rainha. Era o símbolo do poder. Com a independência, tivemos de substituí-los pelo retrato do presidente, para que o povo sentisse que o poder havia mudado, inclusive de cor. Quando vocês regressarem à Tanzânia, daqui a uns anos, podem estar seguros de que os retratos terão desaparecido ou diminuído muito."

Perguntei se a espécie de safári que ele usava, bem africano, teria algo a ver com esse tipo de descolonização cultural? Prontamente me respondeu, nos apontando para a sua camisa: "Em parte sim. A burocracia colonial só andava de paletó e gravata que se tornaram símbolos do poder estrangeiro. Hoje ainda há gente engravatada por aí, mas esta indumentária está muito popular." (N.M.) ■

Ajuda que empobrece

Com a autoridade de um dos mais prestigiados dirigentes do Sul, Nyerere sempre criticou os organismos multilaterais de crédito

Julius Nyerere*

Os programas de ajuda para a África, devido às condições que impõem, não cumprem o objetivo de aliviar a pobreza nos países desse continente. Pelo contrário, sua aplicação pode resultar na deterioração do nível de vida da população, principalmente das crianças.

Os países africanos não são apenas subdesenvolvidos, mas também pobres. A tarefa de seus governos consiste em distribuir a pobreza da maneira mais justa possível e ao mesmo tempo investir todo o possível na criação de uma futura riqueza. São dilemas árduos de resolver.

Em períodos de fome epidêmica, sobre que bases deveriam ser distribuídos os alimentos disponíveis? E, em tais circunstâncias, seria lógico empregar os recursos de um país em gastos com a defesa, com a manutenção da ordem interna, na organização de eleições ou em qualquer outro esforço que não seja produzir mais alimentos? E se assim fosse, em que proporção?

Os escassos recursos à disposição dos serviços de saúde pública devem ser utilizados, por exemplo, para a aquisição de insulina, sem a qual alguns pacientes morreriam, ou para a compra de remédios contra a malária, que mata ainda mais pessoas?

Devem-se empregar o dinheiro e a mão-de-obra qualificada para satisfazer o consumo ou como investimento de

capital para melhorar o bem-estar futuro da população?

Em um país pobre tais perguntas são colocadas diariamente ao governo. Na África, ao escolher-se as soluções a serem adotadas, freqüentemente estão em conflito os mais elementares direitos humanos, pois os bens e os recursos humanos existentes são insuficientes para atender a todas as necessidades básicas da população. Para estabelecer seus programas de desenvolvimento, nossos países não têm outra alternativa a não ser utilizar seus poucos meios e organizar-se por si próprios, passo a passo.

O único caminho

Lamentavelmente, entretanto, esta alternativa está se tornando cada vez mais difícil devido às políticas de liberalização. Os bens produzidos na lavoura de um pequeno terreno com um arado ou mediante o trabalho artesanal em pequenas fábricas não podem competir no mercado mundial com produtos obtidos com tecnologia moderna.

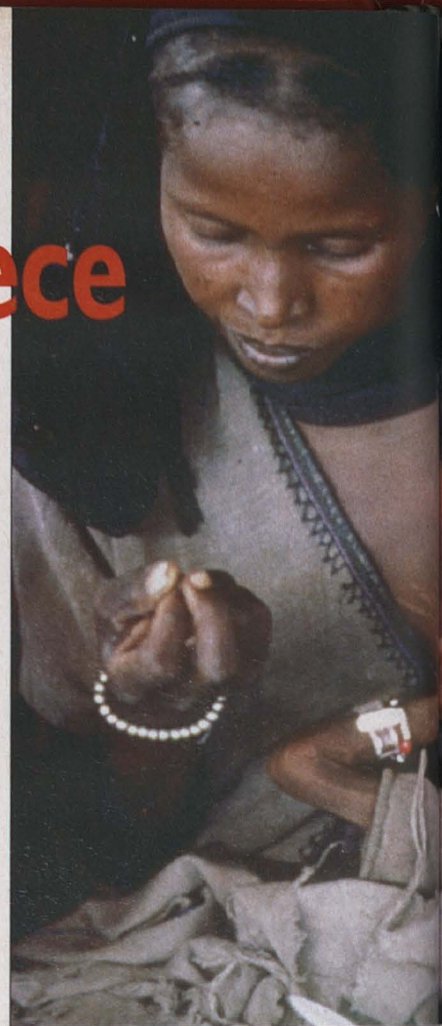
Um planejamento que tenda à auto-satisfação das necessidades da população com os próprios recursos disponíveis é, na minha opinião, o único caminho para o progresso.

Não perceber a necessidade de encarar o desenvolvimento de um modo progressivo - e, na medida do possível, autônomo - contribuiu para o atual problema do endividamento externo, não apenas na África mas em todo o chamado Sul do planeta. Na nossa pressa, fize-

mos muitos empréstimos, estimulados por banqueiros solícitos, que depois aumentaram unilateralmente as taxas de juros.

Todo Estado soberano da África tem (teoricamente) o direito de organizar sua economia da maneira que achar melhor, mas nesta era tecnológica não é possível ficar isolado do resto do mundo. Em particular, são os pobres que não podem isolar-se das nações ricas, desenvolvidas e militarmente poderosas ou das empresas transacionais controladas por esses países. Nas cidades africanas os pobres podem, muitas vezes, evitar comprar nos mercados dominados pela parte da população comparativamente rica, onde os preços são mais altos. Mas algo semelhante não é possível em nível internacional, pois há um só mercado mundial.

Por exemplo, o preço de exportação do café é igual em todos os lugares e é fixado pela ação de interme-



'Muitas vezes, para cumprir com os programas impostos pelo FMI, o governo da nação em dificuldade terá que diminuir os orçamentos da saúde pública, da educação e os subsídios para os alimentos'

dos, ou com a imposição de cotas limitadoras (por exemplo, nas peças de roupas de algodão) ou foram obrigadas a firmar os chamados acordos voluntários para restringir suas exportações para o Norte.

E se nossos países, para compensar tais dificuldades, recorrerem ao subsídio de suas exportações, de imediato são advertidos de que tal ato viola as condições estipuladas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), cuja aprovação é necessária para a obtenção de crédito ou ajuda de qualquer país rico.

Atitude antiética

Não acredito que tal condicionamento da ajuda seja ético. O povo de cada nação soberana tem direito de organizar seus próprios assuntos a seu modo.

Mas, na prática, para um país em desenvolvimento obter a aprovação do FMI é necessário aceitar sempre determinadas condições. Estas consistem em uma grande desvalorização da moeda, na eliminação do controle dos preços e dos subsídios, na "liberalização" das importações e no corte dos gastos públicos; tudo isso, além de dar uma alta prioridade ao pagamento da dívida externa. Ultimamente, acrescentou-se a esses requisitos o de que seja um "bom governo" (segundo os critérios dos países do Norte).

Assim, quando uma nação atravessa graves dificuldades, as "negociações" com o FMI não passam de conversas em torno dos detalhes sobre como e quanto rápido terá que executar a política econômica que o Norte considera ortodoxa. Depois, a nação com problemas verá que as somas outorgadas a título de "ajuda" por quase todos os países doadores mingüaram antes de chegar às suas mãos e se espera que sejam ainda mais reduzidas posteriormente.

Muitas vezes, além disso, para cumprir com os programas impostos pelo FMI, o governo da nação em dificuldade terá que diminuir os orçamentos da saúde pública, da educação e os subsídios para os alimentos. Mas a colocação em prática dessa política provocará o protesto da população empobrecida e, assim, terá que se incrementar os investimentos na polícia e no exército.

É fácil criticar os governos africanos, e não ignoro todos os seus erros nem a freqüente corrupção que existe neles. Mas essas culpas não fazem mais que piorar uma situação que já era insustentável. Só em casos extremos são a causa principal da situação na qual se encontram nossos países.

Nenhum governo - seja revolucionário, reacionário ou um modelo de "bom governo" - pode evitar que se deteriore o nível de vida da população quando caem os preços das exportações do seu país. Recentemente, o vice-presidente para a África do Banco Mundial, Edward Jaycox, disse que no futuro o Banco não elaboraria mais os planos para a economia dos 30 países africanos aos quais empresta dinheiro e que, de agora em diante, os projetos financiados pela instituição tampouco seriam traçados por equipes técnicas com sede em Washington.

Essa é uma boa notícia e espero que seja o presságio do reconhecimento de que nem sempre em "Washington se sabe mais". No entanto, a experiência me indica que o FMI e o Banco Mundial seguirão insistindo com as mesmas desastrosas e antiéticas estratégias para enfrentar nossas dificuldades econômicas e nossas necessidades de desenvolvimento. ■

**Este artigo, publicado em fevereiro de 1994 (cadernos nº 170) está sendo republicado em homenagem a Nyerere, demonstrando a lucidez de seu pensamento, pois como o leitor poderá comprovar, as idéias nele defendidas continuam atuais*

diários e especuladores, não pelos custos de produção ou pelo que os consumidores estão dispostos a pagar. Em troca, o preço dos tratores ou de outros bens industriais se baseia nos custos de produção, onde estão embutidos o pagamento de altos salários aos trabalhadores dos países desenvolvidos e os lucros exigidos pelos donos do capital.

Por isto, não é surpreendente que o intercâmbio comercial seja cada vez mais desfavorável para os menos desenvolvidos (aproximadamente 20% entre 1980 e 1990, segundo o Banco Africano de Desenvolvimento, BAD). Nesse período, a África exportou maiores volumes de matéria-prima, mas obteve menos dinheiro para pagar as manufaturas cada vez mais caras do Norte.

E quando nossas nações foram capazes de elaborar suas matérias-primas, estas se depararam com barreiras alfandegárias impostas pelos países ricos para impedir-lhes o acesso a seus merca-

Socialismo com sotaque chinês

Até investidores americanos comemoram os 50 anos da Revolução



Deng Chiaoping: reformas modernizantes

A China tem muito a comemorar nos cinquenta anos da Revolução Comunista. Além dos extraordinários êxitos econômicos e sociais, o país é hoje uma grande potência com uma reconhecida influência internacional.

Dois de seus feitos mais impressionantes - a reintegração de Hong Kong e a próxima reintegração de Macau (prevista para 20 de dezembro próximo) - foram realizados sob o signo da política de "um país e dois sistemas", ou seja, durante cinquenta anos se estabelecerá uma convivência pacífica entre o sistema comunista e o capitalista, herdado da colonização inglesa e portuguesa. Resta agora

Taiwan, que é um problema muito mais complexo, não apenas pela realidade local, mas pela posição dos Estados Unidos e seus aliados, que transformaram a ilha em baluarte capitalista frente à China.

Os chineses não têm dúvidas de que a reintegração ocorrerá. O imenso poderio militar da China, comprovado no desfile das comemorações dos cinquenta anos, foi uma poderosa demonstração de capacidade bélica que poderia solucionar a curto prazo o problema de Taiwan. Mas as autoridades de Beijing preferem apelar para a sua milenar capacidade de negociação, seguras de que é um caminho infalível para o êxito.

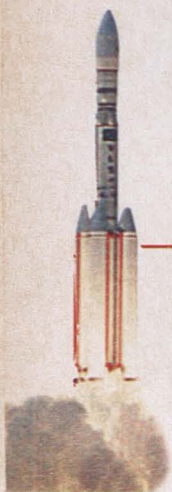
As medidas de abertura econômica e algumas mudanças nos direitos huma-

nos na área política amenizaram as críticas ao regime no exterior. Um dos dirigentes da entidade de Defesa dos Direitos Humanos que funciona na China, Xiao Qiang, exige que o governo reconheça o caráter repressivo dos acontecimentos da Praça da Paz Celestial de 1989 e admita que um tribunal independente os investigue. Outra iniciativa nesse sentido foi a de duas mães que perderam filhos naqueles acontecimentos, Zhang Xialing e Su Bingxian. Ambas exortaram ao Procurador Supremo do Povo, portanto uma autoridade do governo, a abrir uma investigação sobre esses fatos.

A impressão dos observadores em Beijing é que o governo chinês está realizando o que parecia impossível, a convivência de um país governado por um Partido Comunista, que exerce o poder em toda sua profundidade e extensão, com métodos e práticas do capitalismo.

Deng Chiaoping concebeu a fórmula do "socialismo com características chinesas". Essa posição foi ratificada pelo atual presidente Jiang Zeming quando, nas comemorações do meio século da revolução, exaltou a superioridade do modelo socialista e deixou muito claro que esse é o caminho atual e futuro da China.

E os empresários que levam seus capitais e suas indústrias para lá, sem impor suas condições, como em muitos países, inclusive o Brasil, o que acham disso? Devem estar felizes. Estão colo-



China lança satélite brasileiro

O Brasil avança na tecnologia espacial. Em parceria com a China, foi lançado pelo foguete Longa Marcha no dia 15 de outubro o satélite de sensoriamento remoto Cbers-1.

O nome do foguete é uma homenagem à Longa Marcha que, sob o comando de Mao Tse-tung, ini-

ciou a conquista do poder pelo PC chinês.

Estiveram presentes ao lançamento o ministro brasileiro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardemberg, além de autoridades chinesas. "Técnicamente perfeito", foi a opinião dos especialistas.

O Cbers-1 cruza diariamente o nosso planeta entre 13 e 14 vezes. Quatro vezes por dia passa so-

bre o Brasil, e suas imagens serão muito importantes para estudos e pesquisas, inclusive relacionados com a Amazônia. Também foi lançado o satélite científico "Saci I".

O Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), centro das atividades espaciais no Brasil, prevê para 2001 o lançamento do Cbers-2, atualmente em construção.

50 anos depois

Soberania, autodefesa, crescimento e avanço social

Haroldo Lima*

Quando se comemora o cinquentenário da Revolução Chinesa nos recordamos a frase histórica de Mao Tse-tung: "Está proclamada a República Popular da China. De hoje em diante o povo chinês vai se erguer."

Mao Tse-tung chegava, naquele momento, de uma estirada de 28 anos de lutas, dos quais 26 de guerra. Os cinquenta anos que se passaram desde então mostram o caráter profético de suas palavras que, a propósito, lembram outras, ditas por Napoleão, no século XIX: "Quando a China se levantar o mundo estremecerá."

Foram grandes as transformações ocorridas na China e no mundo a partir da Revolução Chinesa. A China era um país devastado por guerras imperialistas. Inglaterra, França, Japão, Estados Unidos, Rússia e outras potências desfecharam, somente a partir da Guerra do Ópio, em 1840, centenas de guerras de agressão à China. É elevadíssimo o número de mortos chineses nessas guerras. Em 1900, oito potências mataram cerca de 900 mil pessoas em Tianjin. A agressão japonesa a partir de 1937 deixou cerca de 31 milhões de vítimas, entre mortos, feridos e incapacitados.

Mas a morte e a tortura não eram as únicas formas de massacre da população chinesa. A humilhação nacional era imposta com requintes de bestialidade. Em minha primeira visita à China, em 1974, doe-me ver em um parque da área de Shanghai ocupada no passado pela França os dizeres de uma placa ali conservada: "É proibido o ingresso de chineses e cachorros"! Um mundo cão.

A brutal e ampla escravidão de chineses completava o séquito dos opróbrios. Estatísticas incompletas dão conta de mais de 12 milhões de chineses, os *coolies*, vendidos como escravos pelo mundo afora, entre meados do século XIX e XX.

Daí porque há que se realçar a primeira, radical e brusca alteração ocorrida no mundo com a Revolução Chinesa: desde então, nenhum país imperialista ousou pôr os pés na China, nunca mais ninguém humilhou-a e nunca mais a vida dos chineses foi mercantilizada.

A configuração geopolítica do mundo no século que finda também passou por diferentes situações. Os Estados Unidos, depois da Segunda Guerra, desbancaram a Inglaterra e chegaram à posição de maior potência do planeta, polarizando com a ex-União Soviética, que despontara também como força de primeira grandeza. Daí por diante, o mundo viveu décadas de bipolarização e guerra fria. A *débâcle* do campo soviético, nos anos oitenta, colocou os Estados Unidos isolados, arrogante e intervencionista, na hegemonia do planeta.

E aí é que, de novo, o cinquentenário Revolução Chinesa promoveu substancial alteração. A China passou a ser antagonista temido, respeitado, com quem potência alguma queria medir forças. E depois da extinção da URSS, assume agora a posição de único poder na Terra que polariza com os EUA.

Nos albores do século XX surgiu a primeira experiência socialista do mundo, na Rússia. Depois, o socialismo chegou ao Leste europeu, à China, Coreia, a Cuba, ao Vietnã. Demonstrou grande capacidade de erguer países, tendo transformado em poucas décadas a Rússia

Uma enorme imagem de Mao-Tse-tung: marco das comemorações oficiais

cando dinheiro em um gigantesco mercado que já vai para um bilhão e duzentas mil pessoas.

Nas comemorações, o governo gastou US\$ 35 milhões, mas os investidores estrangeiros também cooperaram. O presidente da Morgan Stanley na Ásia, John Woolsworth, não achou estranho que sua poderosa multinacional comemorasse os cinquenta anos de comunismo. E apresentou uma justificativa para a sua presença na China, onde as mudanças são internacionalmente reconhecidas: "Mudar significa oferecer mais liberdade, criação de riqueza e oportunidades, que Morgan Stanley pode proporcionar." ■

Vinte anos crescendo...

semimedieval em uma superpotência. Mas depois houve inapetência produtiva, burocratismo, estagnação, regressão, repressão e o bloco soviético ruiu.

A Revolução Chinesa está produzindo, após cinquenta anos, o modelo de socialismo que está permitindo a demonstração prática de que não foi o socialismo que foi superado, mas o seu modelo soviético. E que o socialismo está de pé, vive e se desenvolve.

Por último, vivemos a época da estagnação, da recessão, da desvalorização do capital produtivo e da mão-de-obra trabalhadora. Crescem o capital parasitário, os juros, as dívidas, os déficits, a submissão, o desemprego e a desesperança.

A China também transformou esse quadro. País oito vezes mais populoso que o Brasil, não capitulou frente ao neoliberalismo, faz o oposto do que pregam o FMI, o Banco Mundial, o Tesouro americano. E a sua economia cresce há vinte anos a cerca de 10% ao ano, exportando US\$ 183 bilhões, o triplo do Brasil, quando exportava, em 1980, menos que nosso país. Agora, o superávit da sua balança comercial é de US\$ 40 bilhões, as reservas cambiais, de US\$ 140 bilhões e o PIB saltou a marca de US\$ 1 trilhão, estando prestes a ultrapassar o da Inglaterra, e o país recebe elogios da ONU pela eficácia com que combate a pobreza.

É relevante chamar a atenção para as conquistas conseguidas na China no campo dos direitos humanos. Diferentemente das campanhas demagógicas feitas em nome dos direitos humanos por quem muitas vezes não os respeita, há que se observar como na China tem ocorrido conquista de direitos humanos fundamentais. Destaquemos, dentre outros, o direito a uma pátria respeitada, que não existia antes da Revolução; o direito à vida, que contava com uma idade média de aproximadamente 35 anos antes da Revolução e que passou para os 70 anos, os direitos à alimentação e à vestimenta, admiravelmente

conseguidos em um país de 1,2 bilhão de habitantes; os direitos da mulher, que também alcançaram níveis extraordinários, sabendo-se que a mulher só votou na China depois da Revolução, só passou a ter direito à terra depois da Revolução, praticamente só se alfabetizou depois da Revolução. É justo lembrar que a primeira lei promulgada depois da Revolução foi a Lei do Matrimônio, que proibia o casamento acertado por terceiros, garantia a liberdade de casamento, a igualdade entre o homem e a mulher, a monogamia e o direito dos filhos.

Em estudo de grande repercussão, reproduzido na *Folha de S. Paulo* (julho de 98), Joseph Stiglitz, economista chefe do Banco Mundial, relatou curiosa simulação feita pelo seu Banco. Disse ele: "Se as 30 províncias da China fossem consideradas como economias nacionais (na verdade muitas delas têm mais habitantes do que grande parte dos países de baixa renda) teriam ocupado os primeiros 20 lugares no *ranking* das economias que mais cresceram no mundo entre 1978 e 1995."

Os povos do mundo e os brasileiros em especial, têm interesse em examinar como os chineses têm agido em questões importantes. Devem se perguntar, por exemplo, como a nação que mais cresce no mundo se comporta com suas estatais. E verificarão que, dos inúmeros documentos chineses que tratam da reforma das estatais, nenhum fala de privatização. Todo o gigantesco esforço que lá se faz é para reformar as estatais, desde suas plantas que podem ser fundidas ou separadas, ao seu capital, que pode ser associado, à introdução de métodos novos de administração e, sobretudo, a separação entre o direito de propriedade e o direito de gestão.

Tudo para que as estatais fiquem competitivas, dinâmicas, lucrativas e, salvo as pequenas que podem ser até ex-

tintas, as grandes e as médias continuem estatais. Vale observar que Zhu Ronghi, logo após tomar posse como primeiro-ministro, referiu-se às 79.000 estatais chinesas, sem falar das situadas em nível de província e cantão.

China e Brasil

São relevantes as identidades e os interesses comuns do Brasil e da China. Ambos são países em desenvolvimento, dotados de grandes extensões territoriais, riquezas potenciais, grandes populações e com tradições políticas comuns no importante terreno internacional do não intervencionismo, não-expansionismo e não-hegemonismo.

É oportuno lembrar que, em 1988, Deng Xiaoping, o artífice da vitoriosa teoria do socialismo com peculiaridades chinesas, teceu comentários sobre problemas mundiais com o então primeiro-ministro da Índia, Rajiv Ghandi.

Discordou de idéias que previam ser da Ásia e do Pacífico o próximo século XXI, por entender que aquelas opiniões decorriam do desenvolvimento dos Estados Unidos, que é um país do Pacífico, do Japão, da Nova Zelândia, da Austrália e dos "quatro pequenos dragões", chamados no Ocidente de "tigres asiáticos", Hong Kong, Singapura, Taiwan e Coréia. Dizia Deng que só haveria "algo parecido com o século da Ásia e do Pacífico" quando a China e a Índia se desenvolvessem. E acrescentou essa observação. "Da mesma forma não haverá nenhum século da América Latina sem o desenvolvimento do Brasil". Sutilmente Deng Xiaoping sinalizava com uma aliança estratégica para o futuro, envolvendo a China, a Índia e o Brasil. ■

**Deputado Federal (PC do B-BA) e presidente do Grupo Parlamentar Brasil-China. O texto corresponde a seu pronunciamento na sessão solene da Câmara em homenagem aos cinquenta anos da Revolução Chinesa*

Militares no poder

O general Pervez Musharraf assume o governo e causa preocupação na Índia e no Ocidente

Foto: AFP

As Forças Armadas do Paquistão derrubaram, no dia 12 de outubro, o governo do primeiro-ministro Nawaz Sharif como resposta à destituição do general Pervez Musharraf do cargo de chefe do exército. Foi o primeiro golpe de Estado da década na Ásia. E mesmo assim somente o Paquistão e a Birmânia têm governos militares.

A justificativa do golpe foi dada pelo próprio general Musharraf. "Salvamos o país. O exército atuou como último recurso", disse, acusando o ex-primeiro-ministro de "servir a seus próprios interesses e destruir todas as instituições". A popularidade de Sharif tinha caído drasticamente nos últimos meses. Os militares colocaram o ex-primeiro-ministro - que estava no poder desde 1997, quando venceu por larga maioria - em "prisão preventiva".

O golpe aconteceu pouco após Sharif depor Musharraf e designar o general Ziauddin como novo chefe do exército. O desentendimento entre o primeiro-ministro e o líder militar começou com a crise entre o Paquistão e a Índia, em julho. Washington se opôs à intervenção paquistanesa em Kargil, na Caxemira, território reivindicado pelos dois países.

Quando Sharif decidiu retirar suas forças de Kargil, os comandantes paquistaneses consideraram que havia cedido à pressão norte-americana e, com isso, comprometido a atitude dos militares no futuro.

Era justamente esse o principal ponto de discórdia entre Sharif e o exército. Com sua queda, surge o temor de que Musharraf retome as hostilidades com a Índia e adote uma postura



O general Pervez Musharraf, líder do golpe militar, declarou lei marcial

anti-Ocidental. A vitória do partido nacionalista hindu (Partido Bharatiya Janata), que venceu folgadoamente as eleições na Índia, poderia alimentar o islamismo paquistanês e agravar a relação entre os dois países. Porém, alguns analistas acreditam que o golpe militar pode ter um efeito contrário: aproximar o Paquistão da Índia e da Rússia e afastá-lo dos Estados Unidos, seu tradicional aliado.

A mudança de atitude de Sharif com relação à questão afegã também irritou Musharraf. Sharif sustentava que terroristas treinados pelo movimento fundamentalista islâmico Talibã, que governa o Afeganistão, são responsáveis pela onda de matanças que causaram a morte de 50 pessoas no Paquistão nas últimas três semanas. E tinha exigido que o Talibã fechasse todos os acampamentos e parasse de exportar o terrorismo para o Paquistão.

Sob forte pressão norte-americana, Sharif rompeu os laços que o Paquistão mantinha há anos com o Talibã, gerando uma crise interna, porque o Talibã está arraigado no clero local.

Crise financeira

Depois do golpe, o Fundo Monetário Internacional (FMI) suspendeu todos os créditos para o Paquistão. E Michel Camdessus, diretor-gerente do FMI, advertiu que o país não receberá ajuda financeira enquanto a situação institucional não se normalizar. O FMI havia aprovado um empréstimo de US\$ 1,5 bilhão, mas a entrega tinha sido interrompida ano passado devido aos testes nucleares feitos pelo governo Sharif.

Por sua vez, os membros da Comunidade Britânica, Commonwealth, decidiram excluir o Paquistão da entidade. O país teve também congelados todos os acordos econômicos e comerciais com o Ocidente. Por todos esses motivos, os paquistaneses sentiram que, pelo menos a curto prazo, a queda de Sharif agravou a ruína do país, apesar das promessas de Musharraf de salvar o Paquistão da crise.

O governo militar decidiu então fechar as instituições financeiras e o Banco Central suspendeu as operações de câmbio, enquanto os paquistaneses tentavam, em vão, sacar seus fundos nos bancos locais.

Diante de todas essas pressões, que em grande medida se explicam por ser o Paquistão uma potência nuclear, já que em outros países que houve golpes militares as instituições multilaterais não agiram com igual rapidez, o general Musharraf afirmou que pretende ficar "apenas o tempo necessário" no poder, adotou um tom conciliatório com a Índia e ainda prometeu uma política de "restrição nuclear de mísseis".

No Paquistão, os militares já ocuparam o poder por quatro vezes nos 52 anos de história independente. ■

Rumo à 'hinduização'?

Bem costurada aliança com partidos locais, escorada numa plataforma política onde não há espaço para radicalismos, dá aos nacionalistas avassaladora vitória

Venugopala Rao

Longas e complexas, as eleições gerais na Índia, a terceira consulta em três anos, mexeram com as instituições democráticas do país e afetaram profundamente os partidos tradicionais. Um grande silêncio tomou conta da Índia enquanto as pessoas tentam digerir e analisar o astucioso e bem planejado golpe democrático dado pelos nacionalistas hindus do Partido Bharatiya Janata (BJP), liderado pelo carismático Atal Bihari Vajpayee.

Pela primeira vez desde que lançou sua plataforma político-religiosa em busca do poder, há 20 anos, o BJP consegue obter maioria no Parlamento indiano.

Trabalhando em silêncio e debruçado sobre um mosaico de micropartidos ideologicamente ambíguos, o BJP conseguiu costurar uma aliança extremamente incomum, escorada numa plataforma política onde não há o menor espaço para radicalismos. Os 24 partidos que compõem a aliança não têm um programa comum, mas sim vários programas individuais.

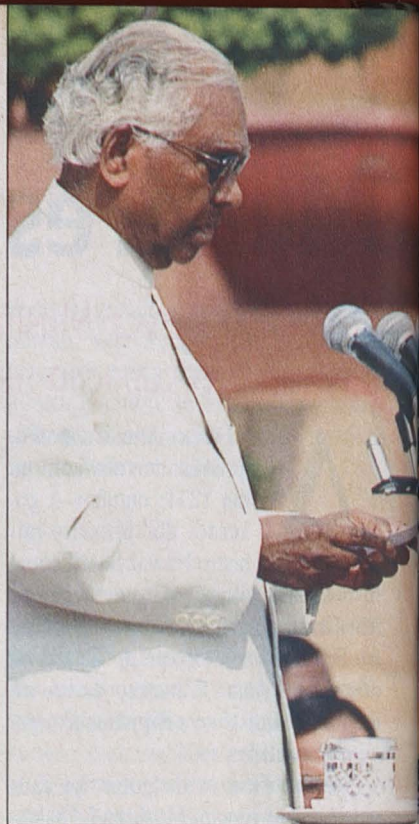
A grande ambigüidade da aliança está na questão que ela levanta. Estaria o BJP, famoso pelos seu extremismo religioso e sua política "hinduizante", entrando numa fase moderna e se tornando um partido secular e liberal? A resposta depende de como serão resol-

vidas essas ambigüidades que acabam ofuscando as diversas identidades dos aliados do BJP. Essa exdrúxula aliança comporta partidos socialistas antigos, como os *dalits* e os *dravidianos*, que andaram sem rumo com a crise mundial das esquerdas e encontraram nessa coligação uma certa segurança política e uma forma de manter a direita hindu sob suas vistas.

A maior vítima do processo eleitoral foi o Partido do Congresso. A mais antiga organização política da Índia se perdeu num debate menor sobre as origens de Sonia Gandhi e espera agora que haja uma reconciliação entre suas duas facções, os "legalistas", que apóiam a manutenção da liderança da dinastia Nehru-Gandhi, e os "antidinas", que querem romper a tradição e modernizar o partido. Somente quando o Partido do Congresso equacionar esse problema é que poderá voltar a pensar em vitória.

O colapso do mais tradicional partido indiano pode gerar um perigoso vácuo político, que pode ser ocupado por alguma força política nova predominante, o que desequilibraria e desestabilizaria a política interna. A facção diretista do BJP poderia ser tentada a interromper os avanços da ala liberal e se candidatar a preencher esse espaço.

De qualquer forma, para a segurança e o bem-estar da nação, o novo governo de Vajpayee não pode deixar esse tipo de vácuo se desenvolver fora de controle. ■



Nacionalistas conseguem maioria

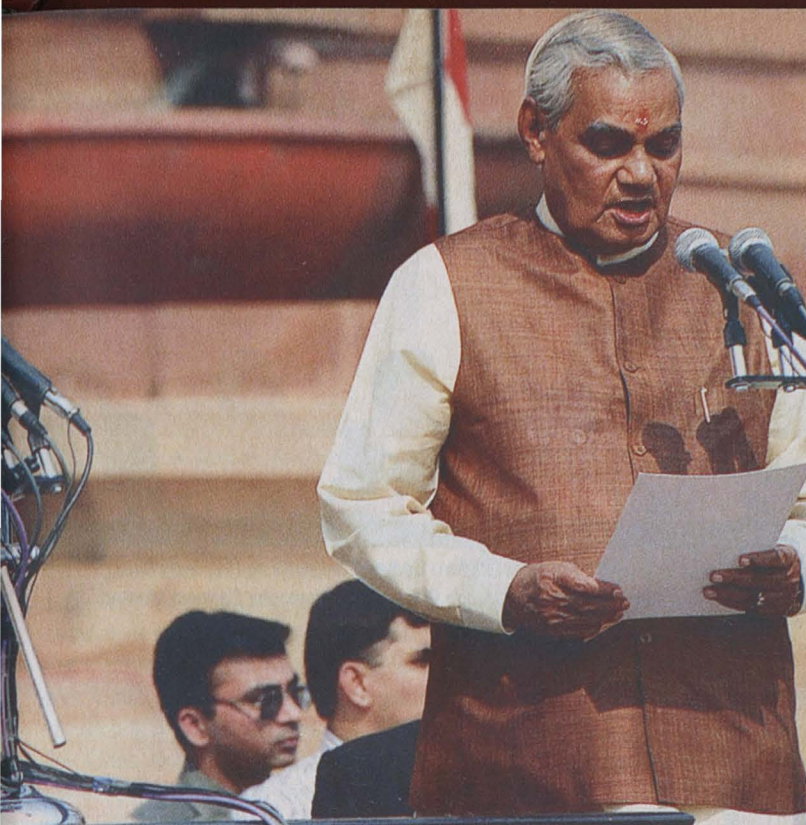
O partido nacionalista hindu, Bharatiya Janata (BJP), liderado pelo primeiro-ministro Atal Bihari Vajpayee, conseguiu maioria absoluta nas eleições gerais, realizadas de 5 de setembro a 3 de outubro. A vitória do BJP aconteceu graças a um esquema bem arquitetado de alianças regionais que uniu os nacionalistas hindus a outros 24 pequenos partidos locais. A aliança de Vajpayee obteve 286 das 536 cadeiras elegíveis (o total do Parlamento é de 543 deputados).

O Partido do Congresso, que governou quase sem interrupção a Índia durante a sua vida independente, e que tinha sido aliado do poder há dois anos pelo próprio BJP, conseguiu somente 129 assentos parlamentares e acabou pagando um alto preço por não fazer alianças com partidos menores.

Para muitos analistas políticos, o ponto frágil do Partido do Congresso nessa eleição foi a figura de Sonia Gandhi. A insistência do partido em ter um líder - consequentemente candidato a primeiro-ministro - pertencente à dinastia Nehru-Gandhi, fez com que a escolha recaísse sobre Sonia, que nasceu na Itália e é viúva do chefe de governo Rajiv Gandhi, assassinado em 1994. A nacionalidade de Sonia tem sido questionada por uma maioria dentro do próprio partido e minou suas possibilidades de vitória.

Por outro lado, a força do BJP, que há dois anos chegou ao poder com uma forte campanha pró-hindu e alijou o Partido do Congresso do poder, agora reside nas alianças regionais, desprezadas por seus rivais.

Os estrategistas do BJP perceberam cedo que a chave para a vitória seria cooptar as lideranças locais, irritadas com o monopólio do poder do Partido do Congresso. Para a maioria deles, a inflexibilidade do Partido do Congresso, no poder desde 1947, é mais preocupante do que a ideologia religiosa dos nacionalistas hindus. Nesse cenário se prevê que os pequenos partidos exercerão uma influência considerável sobre o governo, o que obrigará a Vajpayee a conciliar interesses distintos. (Ranjit Der Raj)



Acima, o presidente K. R. Narayanan (esq.) acompanha o primeiro-ministro Atal Behari Vajpayee (dir.), que presta juramento para seu segundo mandato consecutivo à frente do governo indiano; abaixo, à esquerda, a líder da oposição, Sonia Gandhi, assiste à cerimônia de juramento, realizada no Palácio Presidencial, em Nova Delhi. Abaixo, à direita, um artesão dá o toque final em estátuas de barro de soldados indianos; as estátuas homenageiam o heroísmo dos recrutas durante o conflito de Kargil, na Caxemira e estão sendo preparadas para o festival socioreligioso de 'Durga-Puja', muito popular e celebrado por todo o país

**Coppal cria
organização de mulheres
que exige para o próximo
século prioridade para
as políticas de gênero**

Mais espaço à mulher

O combate à pobreza, tema tão debatido neste fim de século, foi um dos problemas discutidos em Oaxaca, no México, por mulheres de partidos políticos latino-americanos. Cinquenta mulheres de 16 partidos de 13 países da região - entre as quais senadoras, deputadas e ministras ou ex-ministras - analisaram os desafios que enfrentarão nos próximos anos, em particular a exclusão social desde a perspectiva de gênero, no marco do encontro "Mulher e Política: Fórmula para o Novo Século".

Realizado nos dias 9 e 10 de outubro pela Conferência Permanente de Partidos Políticos da América Latina (Coppal), o encontro foi um dos eventos que marcaram as comemorações do vigésimo aniversário da fundação dessa organização política continental.

O primeiro presidente da Coppal e dirigente do Partido Revolucionário Institucional (PRI), do México, Gustavo Carbajal abriu o encontro definindo a igualdade de oportunidades para a mulher como uma das prioridades da Coppal no século XXI. A senadora María de los Angeles Moreno, atual presidente do Senado mexicano, presidiu os trabalhos, também coordenados pela se-

ICA

FORMULA PARA UN NUEVO SIGLO

OAXACA-MEXICO

OCTUBRE 9 Y 10 DE 1999



Da esq. para a dir., senadora Beatriz Paredes; Gustavo Carbajal, dirigente do PRI; senadora María Moreno; Dulce María Sauri, secretária-geral do PRI, e a vice-chanceler Carmem Moreno

cretária-geral do PRI, Dulce María Sauri. O encontro foi dividido em três painéis: "A Mulher no Século XXI", "Mulheres, Partidos Políticos e ONGs" e "Bem-Estar, Trabalho e Empresa". A vice-ministra das Relações Exteriores do México, embaixadora Carmem Moreno, abriu o primeiro painel, com o tema "A Mulher na Globalização". Ela lembrou que entre os novos temas da agenda mundial estão a feminização da pobreza e alertou que os últimos acontecimentos na Europa e em outras regiões do mundo desafiam o direito internacional.

A senadora mexicana Beatriz Paredes, ex-governadora de Tlaxcala, abordou o tema "As Mulheres diante do Novo Milênio", assinalando que o primeiro compromisso das mulheres latino-americanas no século XXI deve ser com a justiça social. "Não é aceitável olhar para os nossos problemas com uma visão feminista e fechar os olhos ou ficarmos indiferentes para a exclusão de que são vítimas milhares de mulheres e homens do nosso continente", afirmou.

Fechando o primeiro painel, a jornalista Beatriz Bissio, diretora das revistas *Cadernos do Terceiro Mundo*, *Ecologia e Desenvolvimento* e *Revista do*

Mercosul, fez uma análise crítica do papel dos meios de comunicação e da publicidade na manutenção de estereótipos e na disseminação da discriminação contra a mulher. "Os meios de comunicação são um espelho da nossa sociedade, mas eles não estão refletindo de forma fiel o complexo mundo atual, não informam com isenção sobre os avanços das mulheres no terreno profissional e político, contribuindo para a reprodução do papel tradicional da mulher", denunciou a jornalista.

A deputada chilena Isabel Allende falou sobre "Mulher e Política", fazendo uma análise da crise que atravessam os partidos, que "não democratizaram nem descentralizaram as suas estruturas de poder. A falta de participação da mulher é a mais clara demonstração dessa afirmação".

Para conseguir o fortalecimento dos partidos, um imperativo da consolidação democrática, na sua opinião, a filha do ex-presidente Salvador Allende reivindica dos partidos vínculos estáveis com a sociedade, que lhes permitam conhecer melhor as necessidades e aspirações dos cidadãos; a transparência dos sistemas eleitorais e a justa representação dos setores políticos e sociais, entre eles a mu-



Deputada Isabel Allende, do Chile



Vice-prefeita Peggy Cabral, dominicana



Jornalista Beatriz Bissio, Brasil

Fotos: Rodolfo Dias Castillo

lher. A deputada do MIR boliviano Mabel Cruz, falando sobre "Mulher Rural e Indígena", afirmou que apesar de todos os esforços realizados no processo anterior e posterior à Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Beijing em 1995, "os avanços obtidos foram orientados, de forma preferencial, para as mulheres das áreas urbanas e tiveram uma incidência muito menor entre as mulheres das zonas rurais. "No interior das próprias organizações de mulheres subsistem práticas patriarcais em relação aos papéis e capacidades necessárias para exercer lideranças que excluem as mulheres rurais", denunciou.

Ela exortou as mulheres dirigentes a refletir sobre esses problemas "para não reproduzir os erros e discriminações dos homens".

Por sua vez, a vice-prefeita de Santo Domingo, Peggy Cabral de Peña Gómez, lembrou que "apesar da entrada em vigor de Convênios Internacionais avalizados pela ONU, ratificando a igualdade jurídica e política da mulher no mercado de trabalho, em nossos países continuam imperando a discriminação e os abusos contra as mulheres, pela sua condição de gênero supostamente débil".

Ela acrescentou que isso não ocorre só entre as mulheres de menor formação profissional. Como exemplo, a vice-prefeita citou o caso do grêmio dos médicos da República Dominicana, que, tendo sido fundado há mais de cem anos, até hoje só teve uma mulher na direção e por um breve período.

A doutora em História e candidata ao Senado do seu país, Haiti, fez uma análise do papel das ONGs na redemo-



Senadora Angeles Moreno, responsável pelo Mecanismo permanente

cratização haitiana e denunciou a situação atual, de corrupção e violação dos direitos fundamentais, apesar de formalmente não se tratar de uma ditadura.

Ao final do encontro, as delegadas da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, de Cuba, de El Salvador, da Guatemala, do Haiti, de Honduras, do México, da Nicarágua, da República Dominicana e do Uruguai aprovaram a "Declaração de Oaxaca" e nove "Acordos Orgânicos".

Na Declaração de Oaxaca, as delegadas destacam que o século XXI será o cenário de uma profunda transformação cultural "que tem como propósito vencer os padrões de discriminação nos meios de comunicação social, na publicidade e nos conteúdos da educação", e que "as mulheres devem fomentar entre os comunicadores a consciência de gênero e promover marcos normativos ou códigos de auto-regulação dos meios de comunicação, para que er-

radiquem os estereótipos discriminatórios ou de utilização da mulher e da imagem feminina."

Assinalam ainda que "as ONGs têm sido detonantes de relevantes mudanças sociais", e que é importante desenvolver mecanismos que propiciem a criação de pactos entre as mulheres dos partidos políticos e das ONGs, nos quais impere o interesse de gênero".

O documento reivindica que os partidos da Copppal "se comprometam a introduzir nos seus documentos básicos princípios em matéria de equidade, igualdade de oportunidade e não-discriminação, impulsionando a introdução do enfoque de gênero nos referidos documentos; que se comprometam a aumentar a participação das mulheres em nível de direção, nas estruturas partidárias e nas candidaturas para cargos surgidos de eleição popular, ajudando a que sejam efetivamente eleitas".

Entre os acordos alcançados na reunião destaca-se a criação de um Mecanismo Permanente que impulse os temas de gênero. A senadora mexicana María de los Angeles Moreno foi eleita responsável da construção e acompanhamento do mencionado Mecanismo. Isabel Allende, do Chile, Nidia Díaz, de El Salvador, Peggy Cabral, da República Dominicana, e Mabel Cruz, da Bolívia, serão as delegadas no Mecanismo permanente.

Todos os Acordos e a "Declaração de Oaxaca", foram aprovados na XXII Plenária da Copppal, reunida nos dias 11 e 12 de outubro, também em Oaxaca, que criou um organismo feminino da Conferência com caráter permanente. ■

A voz dos municípios

Rede de Mercocidades discute formas de combater a miséria e de se preparar para aproveitar as vantagens oferecidas pela globalização

Reunidos em Belo Horizonte, no último mês de setembro, prefeitos e autoridades municipais de várias cidades do Mercosul organizadas na Rede de Mercocidades discutiram soluções para enfrentar o crescimento da miséria e os problemas enfrentados pelas administrações municipais em tempos de globalização.

O prefeito de Belo Horizonte, Célio de Castro, que assumiu a secretaria executiva da Rede de Mercocidades por um ano, fez uma análise de como a globalização vem afetando a administração municipal. Ele explica que a globalização trouxe um grande benefício: permitiu o diálogo em nível internacional, fato que deve ser preservado, resguardando a identidade das nações e das cidades. "Mas, por outro lado, trouxe uma dificuldade, a tentativa de uniformização do mundo através da hegemonia do mercado financeiro, da especulação, sobre as atividades econômicas e sociais, inclusive políticas públicas", afirmou.

De acordo com ele, essa realidade acaba com os investimentos. "Circula nas bolsas do mundo, por dia, uma cifra equivalente a US\$ 7 trilhões. Aproximadamente 90% desses recursos são destinados ao capital especulativo. Isso desregulamenta as contas públicas. A consequência imediata é a penalização de serviços essenciais à população, como coleta de lixo, intervenções urbanas, saúde e educação", diz. Com isso, segundo Célio de Castro, o poder público se vê obrigado a demitir servidores: "No Brasil, aproximadamente 20% da população economicamente ativa está desempregada".

Raul Pont, prefeito de Porto Alegre, uma das primeiras cidades a aderir à organização, também destacou os efeitos negativos que a globalização tem trazido aos municípios. "Um dos pontos que nos levaram a criar as Mercocidades foi o efeito negativo da globalização sobre o continente", afirmou. Para Pont, a solução passa pelo intercâmbio de experiências, como o evento

realizado em Belo Horizonte. No ano passado, na área de Ciência e Tecnologia, Porto Alegre ganhou um prêmio em função de um projeto que mede a qualidade da água do rio Guaíba, um modelo que já está sendo utilizado em algumas outras cidades. Na mesma área de Ciência e Tecnologia, ano passado, a cidade de Córdoba, na Argentina, ganhou um prêmio pelo seu programa de construção de unidades habitacionais para a população de baixa renda com custos mais baixos. Essas são soluções efetivas que podem ser utilizadas, mais tarde, em outras cidades", afirmou o prefeito gaúcho.

Belela Herrera, que acaba de deixar o cargo de secretária-executiva das Mercocidades e representou em Belo Horizonte o prefeito de Montevideu, fez uma reflexão sobre o encontro. "Foi importante porque verificamos que muitas cidades cederam uma posição ou representação em favor de outras, o que demonstra que há uma verdadeira interação fraterna. Isso é o que se trata de buscar com esta Rede de Mercocidades", declarou.

Octavio Areziano Selajia, prefeito de Los Andes, no Chile, criticou a globalização sem limites e disse que a Rede de Mercocidades é um bom instrumento para proteger os poderes municipais contra os efeitos negativos do modelo econômico. "A globalização é um processo do qual não nos podemos escapar. É um fenômeno de nosso tempo, sobretudo nas comunicações, na informática e na ciência. Mas, mesmo sabendo que não se pode deixar de pensar em forma global, estamos sendo desafiados a atuar de forma local. Nós teremos de adequar às nossas realidades locais o confronto com a globalização", analisou. ■



O prefeito Célio de Castro, secretário-executivo das Mercocidades (foto pequena) presidiu os trabalhos da reunião realizada em Belo Horizonte

Alternativas ao neoliberalismo

Reunidos no Rio economistas de várias partes do mundo condenam a submissão da América Latina

Cristiano Dias

Economistas de várias partes do Brasil e do mundo estiveram reunidos no Rio de Janeiro, em setembro, participando de dois congressos promovidos pelo Conselho Federal de Economia e pelo Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro.

O VII Congresso de Economistas da América Latina e do Caribe e o XIII Congresso Brasileiro de Economistas foram realizados concomitantemente e produziram um manifesto, a *Carta do Rio de Janeiro*, que denuncia os abusos da política neoliberal e aponta novos caminhos para o continente.

"Embora a inflação tenha sido controlada na maior parte da região, os modelos de estabilização implementados garroteiam o crescimento da produção, impondo uma recessão que adquire escala continental neste ano de 1999", diz a carta.

O documento condena também a influência e a submissão dos países latino-americanos às decisões e políticas externas. "A América Latina é uma região mergulhada em recessão econômica, com índices de desemprego alarmantes e submetida a uma grande vulnerabilidade externa. Essa situação resulta da aplicação de políticas econômicas que submeteram os países do continente a ajustes estruturais recebidos como remédio único e inevitável



Lacerda: existem alternativas para se livrar da armadilha do neoliberalismo e impulsionar o desenvolvimento

para enfrentar os problemas de suas sociedades", diz outro trecho do manifesto.

Dentre as alternativas apontadas pelos economistas está a subordinação da política monetária, cambial e fiscal em favor da promoção do crescimento econômico e da busca do pleno emprego. Eles reivindicaram também como fundamental colocar em prática um projeto de desenvolvimento baseado numa reforma tributária orientada para a distribuição da renda e da riqueza e prioridade absoluta ao combate à pobreza, através de programas sociais e de uma reforma agrária ampla que leve em conta não somente a distribuição de terras, mas também a promoção de ade-

quadas condições de produção, garantindo a todos o acesso a tecnologias, financiamento, redes de distribuição e mecanismos de preservação do meio ambiente.

Para que as mudanças sejam implementadas, é necessário, segundo os economistas, que as instituições democráticas se consolidem e que o Estado recupere sua capacidade de intervenção. Eles defenderam também a renegociação imediata das dívidas interna e externa, como forma de assegurar o controle soberano de decisões fundamentais ao bem estar das nações.

Para Antônio Lacerda, presidente do Conselho Federal de Economia e um dos organizadores do evento, o encontro foi uma iniciativa importante para mostrar que não existem "outras alternativas para se sair dessa arapuca imposta aos países latino-americanos".

Os congressistas discutiram ainda a questão do emprego, o desenvolvimento da região e a inserção internacional da América Latina.

O destaque foi para as sessões da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) que apresentou o resultado de um estudo sobre crescimento, emprego e distribuição de renda em vários países do continente; e da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (Unctad), que divulgou seu relatório sobre comércio e desenvolvimento de 1999. O encontro serviu também para homenagear o professor Celso Furtado e comemorar os 50 anos da Cepal. O próximo congresso será realizado em Recife, em 2002, apesar de uma forte corrente ter pretendido levar o evento para Brasília, o que daria ao congresso um tom mais político, ganhando maior visibilidade na mídia. ■

Batista analisado por um revolucionário

O historiador Jose Tavaréz del Real, um dos participantes ativos da Revolução de 59, escreve livro sobre o ditador Fulgêncio Batista e analisa a crise econômica que assola o país

O historiador e diplomata cubano Jose Tavaréz del Real, um dos revolucionários que participaram ativamente da derrubada da ditadura em 1959, está escrevendo um livro sobre Fulgêncio Batista, ex-ditador e homem forte de Cuba antes da Revolução. Em entrevista a **cadernos do terceiro mundo**, Velázquez contou porque, sendo um historiador de raízes revolucionárias, está escrevendo sobre Fulgêncio Batista. Ele explica que sempre sentiu a necessidade de uma visão distanciada e não apaixonada de personagens históricos como Batista.



Fulgêncio Batista, em 1952, ao tomar o poder em Cuba. A ditadura por ele implantada duraria sete anos e sua derrcada se daria pelas forças guerrilheiras lideradas por Fidel Castro e Chê Guevara

"Não se pode compor um quebra-cabeças somente com uma parte das peças. Deve-se estudar todos os atores sociais", declara. "A historiografia cubana, antes da Revolução, concentrava-se em uma série de líderes de sua oligarquia. Depois da Revolução, se concentrava em torno das personalidades revolucionárias. Em ambos os casos, satanizando, consagrando ou beatificando, sem levar em consideração que um homem público, como todo ser humano, é o resultado de um balanço de feitos, erros e acertos."

Para o autor, não é possível explicar a história contemporânea de Cuba sem levar em conta a atividade pública de Batista. Ele ressalta que o ditador, um dos mais sanguinários da história recente do continente, era "um assassino" e "um político corrupto". "Promovia a altos cargos pessoas que se destacavam como torturadores e estimulava o crime político como instrumento para manter-se no poder".

De acordo com Tavaréz del Real, apesar de ter nascido na região mais pobre de Cuba, Batista morreu milionário, em um dos sete palácios que tinha na Espanha e está enterrado no cemitério de San Isidoro, onde se enterram pessoas da nobreza espanhola. "Se levarmos em conta o que deve ter declarado de seus bens para não pagar os im-

postos, podemos considerar que sua fortuna superou US\$ 1 bilhão", ressaltou.

Estudar as paixões e os sentimentos que animavam o ex-ditador e que formavam sua personalidade levou o historiador a escrever sobre um dos personagens mais controversos da história cubana. Em sua análise, Tavaréz del Real revela que Fulgêncio Batista era um político hábil e inteligente, que tomava decisões de maneira racional, mas que vários passos dados por ele fogem desse padrão racional. É exatamente aí que se revela o lado "santeiro" de Batista. "Ele acreditava nas religiões afro-cubanas. Tinha dois babalaôs e muitas decisões importantes eram tomadas a partir dos conselhos deles", diz o historiador. "Ele era também espírita e conversava com o general Maceo! através de uma médium, Antônia González. Portanto, acontecimentos importantes na história cubana foram produtos de decisões transcendentais. Só é possível entendê-la se levarmos em conta a personalidade e as crenças de Batista."

Crise

Velázquez fez ainda uma análise sobre a crise cubana atual. Para ele, a fase mais difícil da crise, que teve seu ápice em 1994, já passou. "Se compararmos Cuba a um doente, eu diria que



Tavaréz del Real De revolucionário a professor

Jose Tavaréz del Real é doutor em História e Economia e foi um dos fundadores do Movimento Revolucionário 26 de Julho. Durante a guerra contra a ditadura de Batista chegou a contrabandear armas para a revolução. "Tínhamos atividades de compra de armas com contrabandistas e tivemos o apoio de alguns partidos, movimentos e personalidades latino-americanas, no poder, que nos deram armamento e dinheiro", conta.

Após o triunfo da revolução, já com 26 anos, Jose Tavaréz del Real se torna encarregado de sanear a

alfândega, naquela altura, um dos setores de maior índice de corrupção da ilha. "Quando comecei a organizar a revista do Exército Rebelde me disseram que deveria servir, como embaixador, na Bolívia. Fui o embaixador mais jovem que Cuba teve."

Velázquez já se casou cinco vezes e tem nove filhos. Atualmente, é professor e assessor do Centro de Pesquisas Multidisciplinares da Universidade de Havana. "Minhas funções políticas, dentro do partido, acabaram. Estou muito velho para assumir responsabilidades", brinca.

continua doente. No entanto, se no ano passado tinha febre de 40 graus, este ano tem de 38 e com boas possibilidades de recuperação", diz.

Dentre os caminhos apontados por ele, o principal é o turismo, que se mul-

tiplicou 15 vezes nos últimos sete anos, gerando novos postos de trabalho e divisas para o país. Outra possibilidade de vencer a crise é através da biotecnologia, da informática e de outros ramos de atividades de ponta: "a expor-

tação de tecnologia e a exportação de cérebros", segundo o historiador. "Nós temos como parte de nossa política internacional a colaboração com outros países. Milhares de cubanos estão trabalhando em alguns países, o que constitui uma fonte de ingresso de divisas para o país", afirma.

De acordo com Tavaréz del Real, outra importante fonte de recursos têm sido as remessas de cubanos que vivem no exterior, particularmente nos Estados Unidos, que enviam dinheiro para suas famílias. "Calculamos que as remessas sejam da ordem de US\$ 1 milhão, o que para um país do tamanho de Cuba é uma cifra apreciável", conta.

Para o historiador, a queda do preço do açúcar e do tabaco, principais produtos de exportação de Cuba, ajudaram a mergulhar ainda mais o país numa das piores crises de sua história. Cuba tem ainda a terceira maior reserva de níquel do planeta, mas o produto perdeu 20% do seu preço nos últimos anos. "E a tendência é de que, a longo prazo, os preços continuem a cair", prevê.

Tavaréz, no entanto, reconhece que o país cometeu muitos erros no direcionamento da economia. Um deles foi atrelá-la ao mundo socialista. "Esta política deu bons frutos e continuaria a dar bons frutos se não houvesse o colapso da antiga União Soviética e do socialismo burocrático da Europa oriental."

Para ele, a direção do partido cometeu outros pequenos erros administrativos, como construir grandes tecelagens em dimensões exageradas e indústrias que dependiam de matéria-prima importada do Azerbaijão. "A isso, soma-se o bloqueio norte-americano e a necessidade de reordenar todo nosso sistema de relações internacionais. Isso afeta muito o país", analisa. (B.B. e C.D.) ■

Antonio Maceo foi um dos líderes do processo de independência de Cuba

Apesar dos recursos escassos e da falta de incentivos, uma nova geração de cineastas africanos produz filmes que procuram resgatar o legado cultural do continente

A independência chega ao cinema

Ihsan Bouabid

A luta pela independência das antigas colônias de Portugal na África e os conflitos posteriores foram matéria de um recente festival de cinema em Nova Iorque. Entre as obras que se destacaram no Quinto Festival do Filme Africano, que teve a duração de dez dias, estavam filmes de Sara Maldoror, de Guadalupe, e de Flora Gomes, da Guiné-Bissau.

Maldoror, a primeira mulher negra que produziu um filme africano, é a inspiradora de toda uma geração de cineastas desse continente. Formada pela escola de cinema Vgik, em Moscou, ela foi assistente de direção do italiano Gilo Pontecorvo em *A batalha de Argel*, de 1970. Seu primeiro documentário, *Mogambee*, de 1969, descreveu as técnicas de tortura utilizadas pelos franceses na guerra da Argélia, e seu último filme, *Leon G. Damas*, produzido em 1994, narra a história de um professor da Guiana francesa fundador do movimento Negritude.

"Como todo negro no mundo, eu pertencço à África. Interessei-me pelos conflitos armados e, depois de vivê-los em Angola, quis mostrar os horrores da guerra", declarou Maldoror no festival. "Os americanos, incluindo seus cineastas, sempre falam da guerra do Vietnã, mas não dizem uma palavra sobre as lutas em nosso continente", acrescentou. Seu filme mais elogiado, *Sambizanga*, baseado em um romance do escritor angolano Luandino Vieira, relata o início da rebelião em Angola depois de 500 anos de colonização portuguesa, e sua trama vai até o 4 de fevereiro de 1961, com a criação oficial do Movimento Popular pela libertação de Angola, que ainda governa o país.

Domingos Xavier, o herói de *Sambizanga*, é um caminhoneiro que se uniu à luta pela independência e morreu nesse mesmo dia na prisão. A mulher de Xavier, com o filho de ambos às costas, procura o caminhoneiro por povoados e cidades, em postos policiais e prisões, até que finalmente descobre que ele foi torturado e morto.

O filme, realizado em 1974, foi exibido em Angola em novembro de

1975, depois da independência. A mensagem, para Maldoror, é que a morte de um homem não detém um movimento de libertação. "A África é considerada hoje um continente sem líderes. Eu quero corrigir isso e dizer que tivemos líderes grandes e honestos, como Amílcar Cabral, Patrice Lumumba e, recentemente, Thomas Sankara. Todos foram assassinados", assinalou.

Embora as filmagens tenham sido realizadas no Congo-Brazzaville, autênticas guerrilhas angolanas participaram de *Sambizanga*, que é o nome de uma aldeia angolana.

A cineasta observou que Angola é o país com a maior quantidade de minas no mundo e insistiu que a Convenção da ONU sobre Minas Terrestres foi um fato importante, apesar de não ter sido firmada pela China e pelos Estados Unidos, dois grandes fabricantes. "Não sei o que mais posso fazer para acabar com a carnificina na África", disse.





Fotos: Beatriz Bissio (Luanda, 11/11/1975)

O filme 'Sambizanga', baseado em um romance do escritor Luandino Vieira, relata o início da rebelião em Angola depois de 500 anos de colonização portuguesa. Sua trama vai até a criação oficial do Movimento Popular pela Libertação de Angola, que ainda governa o país

Falta de estrutura

Maldoror participou de um boicote ao Festival Pan-Africano de Cinema e Televisão de Ougadougou, Burkina Faso. "Creio que não devemos dar apoio a um regime militar (o de Burkina Faso), especialmente quando sabemos o papel que exerceu no assassinato do presidente Thomas Sankara", explicou.

Flora Gomes, por sua vez, lamentou a falta de estruturas e recursos e de um sistema eficaz de distribuição. "Quando terminamos uma filmagem, freqüentemente enfrentamos a censura e ainda temos que competir com grandes produções de Hollywood, uma tarefa na qual terminamos perdendo", assinalou.

Outro problema a dificultar a atuação dos cineastas africanos é a língua. Se o filme é produzido em um idioma africano, fica restrito a uma audiência

nacional ou é necessário gastar recursos adicionais em legendas.

Na Guiné-Bissau, por exemplo, há apenas seis realizadores cinematográficos. "Procuramos nos ajudar mutuamente", diz Gomes, que apresentou três filmes na mostra de Nova Iorque: *Mortu Nega* (1992), *Udju Azul di Yonta* (1992) e *Po di Sangui* (1996), que competiu no Festival de Cannes.

No último filme, cujo nome significa "Árvore de Sangue", o cenário é a aldeia de Amanja Djulu, onde a tradição é plantar uma árvore por cada novo recém-nascido, porque se acredita que a vida dos seres humanos está ligada à das árvores.

O equilíbrio é rompido quando uma mulher dá à luz a gêmeos e só é semeada uma árvore devido à dificuldade econômica, ou quando a paisagem é destruída, para a obtenção de matérias-primas.

O filme começa quando um dos gêmeos morre e o segundo, que havia deixado a aldeia, regressa. Descobre, então, que as novas economias destroem o equilíbrio físico e espiritual da natureza. Por isso, o curandeiro tradicional da aldeia lhe pede que conduza os habitantes de Amanja Djulu ao deserto para encontrar novas sementes e velhas raízes e assim restaurar o equilíbrio. *Po di Sangui* termina quando os aldeões voltam para suas casas e se dão conta da importância de suas tradições e da necessidade de preservá-las.

O cinema de Cabo Verde foi representado por Leão Lopes, ex-ministro de Educação do arquipélago. *Ilheu de Contenda*, o primeiro filme de ficção de Cabo Verde, mostra uma sociedade em evolução, que mistura o novo e o velho, da África e de Portugal. ■

Tudo por uma esmeralda

Pouco alfabetizadas, eliminadas na concorrência por emprego, as mulheres africanas buscam no garimpo um lugar ao sol

Wilcliff Sakala*

Com as mãos segurando a picareta, Jane Chirwa pega com uma pá a terra avermelhada e forma um monte ao lado do buraco do garimpo. De repente, pára, abaixa-se, pega uma pedra esverdeada e a levanta, contra os raios de sol da tarde. Jane trabalha desde 1995 nas florestas de Lundazi - uma região rural perto da fronteira de Malaui, a mais de mil quilômetros de Lusaka, capital da Zâmbia. Apesar de fazer diariamente um grande esforço físico, não se arrepende de ter deixado seu emprego de secretária para garimpar.

"Meu salário não era bom. Não dava para sustentar meus dois filhos. Além disso, eu passava o dia inteiro no escritório, esperando a papelada para

datilografar. Apesar dos problemas, minha vida hoje é mais ativa. E é uma fonte de orgulho para mim ter meu próprio negócio e contratar pessoas", diz. O caso de Jane é similar ao de muitas mulheres que, em número crescente, se voltam para a extração de pedras preciosas em pequena escala nas áreas rurais da África Austral.

De acordo com a Unicef, a média de ingresso *per capita* na Zâmbia é de US\$ 360 - aproximadamente um dólar por dia. Mulheres e crianças constituem a maioria dos pobres. Apenas um sexto dos 479 mil zambianos na força de trabalho formal são mulheres, e só 57% das mulheres são alfabetizadas, contra 76% dos homens, o que aumenta a dificuldade de uma mulher conseguir emprego. Mineração é um trabalho que, estritamente, não requer instrução.

A garimpagem de pedras preciosas



África: mão-de-obra feminina

geralmente paga melhor do que o ensino ou trabalho de escritório, em que o salário mensal é em torno de US\$ 60 por mês. Trabalhando individualmente ou em grupos, as mulheres garimpam esmeraldas, águas-marinhas, ametistas e turmalinas. Algumas das pedras preciosas da Zâmbia são da melhor qualidade, particularmente as esmeraldas.

O Ministério das Minas estima que cerca de duas mil mulheres trabalhem com garimpagem. Mas é difícil se obter dados precisos, já que a maioria delas garimpa de forma ilegal.

Em 1997, a garimpagem de pedras preciosas em pequena escala registrou vendas de exportação no valor de US\$ 24 milhões, de acordo com o relatório anual do Ministério das Finanças (o que representa o dobro do valor de 1996 e o triplo de 1995). Os dados de 1998, ainda não oficiais, indicam que a tendência ao crescimento se manteve.

"Estamos diminuindo a pobreza ao criar postos de trabalho em zonas rurais", declara Namakau Kaingu, presidente da Associação Zambiana de Mulheres Mineiras (AZMM). ■

Africana assume no Banco Mundial

O Banco Mundial designou, pela primeira vez na sua história, uma africana para o cargo de diretora-gerente, um dos mais importantes do organismo. James Wolfensohn, presidente do Banco Mundial, anunciou a nomeação da sul-africana Mamphela Ramphele, atual vice-reitora da Universidade da Cidade do Cabo, como diretora-gerente de Desenvolvimento Humano, a partir do próximo ano. Ramphele será a segunda mulher na história do Banco Mundial a entrar no seletivo grupo gerencial da instituição. Ramphele, 51 anos, começou sua carreira nos anos 60 como ativista de movimentos contrários ao apartheid.

Como diretora-gerente, Ramphele ajudará na supervisão da organização e estratégia do Banco Mundial. Sua designação faz parte da política de Wolfensohn de nomear homens e mulheres de países pobres aos cargos mais altos da instituição.

*Wilcliff Sakala é jornalista free-lance com base em Lusaka, Zâmbia

Saudades do passado?

Apesar de ter conquistado a liberdade, o fim do regime comunista na Europa prejudicou a mulher

A condição humana das mulheres nos países da ex-União Soviética e da Europa Oriental se deteriorou, de acordo com um estudo encomendado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef).

Nessas regiões, as mulheres gozavam de numerosas vantagens durante o regime comunista, especialmente nas áreas de saúde e educação, mesmo que não tivessem atingido igualdade completa. A pesquisa, solicitada pela Unicef, informa que, desde o fim do comunismo, as mulheres da região ganharam em direitos democráticos e em liberdade de expressão, mas perderam acesso aos serviços sociais básicos.

O estudo, denominado "Mulheres em Transição", descreve o fracasso do regime anterior na promoção de uma cultura real de igualdade, mas reconhece que o comunismo deixou legados positivos para a mulher. Carol Bellamy, diretora-executiva da Unicef, disse que as mulheres da região têm vivido sob um índice maior de desemprego e com salários menores que os homens.

Entre os 200 milhões de mulheres e adolescentes dos 27 países da antiga cortina de ferro se registra hoje uma alta taxa de nascimentos de mães adolescentes, um ele-

vado número de abortos, um aumento do consumo de drogas e álcool e a propagação de doenças sexualmente transmissíveis. "A persistência dessa tendência ameaça a região com a perda de um grande bem: mulheres sãs e educadas, com formação apropriada para contribuir com as novas economias e sociedades democráticas", diz o relatório.

Bellamy disse que a pesquisa com-

provou que algumas políticas do regime comunista foram valiosas para a mulher, como o acesso universal à educação. "Na maioria dos países, as jovens eram estimuladas, não só a estudar, mas também a ter uma ocupação social", declarou Bellamy. Apesar de todos os países terem ratificado a Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher, o estudo encontrou um incremento dos níveis de violência.

Uma investigação feita em Moscou mostrou que uma em cada três mulheres divorciadas haviam sido surradas por seus maridos. No Azerbaijão, a violência doméstica afeta 26% das mulheres, das quais um quarto é vítima regular de espancamentos. Em muitos países, os abusos do marido não são tipificados como delitos.

John Mickleweight, chefe da investigação, observou que na Eslovênia a violência doméstica não é considerada crime em caso de feridas leves, que incluem fratura de costelas e nariz, perdas de dentes e outras contusões.

O informe determinou ainda que a violência doméstica, que já existia no período comunista, aumentou muito depois do fim do regime.

A pesquisa reconhece que a deterioração da economia, desde 1990, contribuiu para uma piora das condições gerais, o que não esconde o fato de a mulher ter perdido espaço em vários setores da sociedade após a queda do regime. ■

Com o fim do comunismo, as mulheres perderam empregos e acesso aos serviços sociais básicos.

Na foto, uma profissional chora ao ler uma lista de demissões



Cresce a mão-de-obra estrangeira no Brasil

Privatização aumenta número de trabalhadores estrangeiros e não há reciprocidade



Pedro Valadares*

No Brasil, os últimos anos têm sido marcados pela política das privatizações como forma de se alcançar o desenvolvimento nacional. Os argu-

mentos são muitos: necessidade de desonerar o Estado com os gastos dessas empresas, geração de empregos, reversão do montante da compra em programas sociais, além da modernização e globalização, que até hoje não estão bem definidas para países de situação econômica instável, como é o nosso caso.

Não obstante termos vendido as telas, a Vale, e apresentarmos um mercado francamente aberto para o capital estrangeiro, não vimos até agora as vantagens de sermos modernos: as empresas foram vendidas a preços abaixo do mercado, além de muitas terem sido beneficiadas com recursos do BNDES. Para piorar, os empregos não são ocupados por brasileiros.

Há alguns dias, recebi documento do Ministério do Trabalho que demonstra um quadro preocupante: o crescimento do número de estrangeiros que obtêm autorização para trabalhar no Brasil. O *boom* da entrada de estrangeiros ocorre em 98 e o quadro, que vem crescendo desde 96, apresenta a mesma tendência para 99.

Por incrível que pareça, não são nossos vizinhos sul-americanos ou a-

queles com poucas condições de desenvolvimento que vêm trabalhar no Brasil: os maiores contingentes estão entre os imigrantes de países ricos. Longe de ser um paradoxo ou uma coincidência, os números confirmam uma triste hipótese: as multinacionais trazem seus trabalhadores quando instalam suas fábricas no Brasil, após terem demitido os brasileiros.

Segundo dados do Dieese, 18 mil empregados foram demitidos, sob o argumento de "modernização das estruturas operacionais". Certamente não foram os menos qualificados, pois esta mão-de-obra é muito menos onerosa se for brasileira. Concluímos que os estrangeiros ocupam cargos de planejamento, direção e engenharia superior, muito embora tenhamos profissionais capacitados para ocupar estes postos. A balela das privatizações e das empresas multinacionais que produzem empregos cai por terra, só valendo talvez para a mão-de-obra não qualificada.

Por um outro prisma, precisamos ainda analisar o princípio da reciprocidade nas relações de emprego. Quais as possibilidades de um brasileiro conseguir visto de trabalhador nos Estados Unidos, na Inglaterra ou na França? Só para os norte-americanos, o Brasil concedeu 2.889 autorizações de trabalho no ano passado (20% do total de estrangeiros no país). Os outros países de maior contingente de migração são: Inglaterra, com 1.131 autorizações; Alemanha, 968; França, 950; Itália, 577; e Espanha, com 538; num total de 14.113 traba-

lhadores estrangeiros só no ano passado. É claro que há brasileiros trabalhando no exterior, mas estão comumente em uma das seguintes situações: como mão-de-obra não qualificada ou como profissionais altamente conceituados que, por mérito, trabalham em grandes centros de pesquisa.

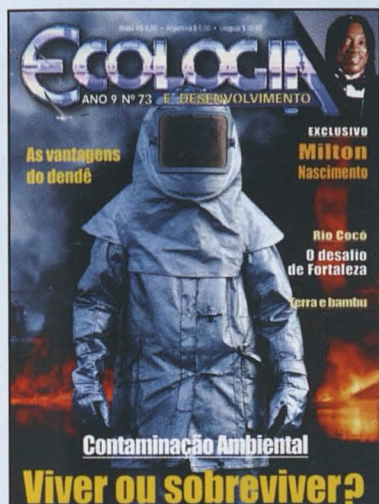
Enquanto isso, temos debatido não só no Congresso Nacional como em todas as instâncias organizadas da sociedade, sobre o problema do desemprego no Brasil. Tentamos produzir soluções, estimular o governo a desenvolver políticas de crescimento econômico, criamos fundos, denunciemos os números que crescem a cada dia. Mas é nos pequenos detalhes que vemos que não existe uma política de geração de emprego e renda no país. Não somos contra a privatização em si, muito menos contra a presença de estrangeiros que venham trabalhar no país. Na verdade, somos totalmente contra um país que não garanta direitos básicos aos seus cidadãos, especialmente o direito ao acesso ao mercado de trabalho.

Sem ir muito longe no tempo, podemos nos lembrar que uma das prioridades da campanha eleitoral de Fernando Henrique era a geração de empregos. Quando as privatizações ainda eram discutidas, o governo anunciava que a venda das empresas criaria 100 mil empregos diretos e outros tantos indiretos. Pois bem, o Brasil continua esperando. ■

*Deputado federal por Sergipe, pelo Partido Socialista Brasileiro

Esteja afinado com o seu tempo

Neste fim de século, a informação é o maior capital que um profissional pode ter. Assine as nossas publicações e receba a melhor informação editada por uma equipe de reconhecida idoneidade.



DESEJO ASSINAR (assinale com um X)

☐ CADERNOS ☐ MERCOSUL ☐ ECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO

Preço da assinatura (12 edições): R\$ 72,00

Minha opção de pagamento é:

- ☐ A vista R\$ 60,00 (preço promocional por tempo limitado)
☐ 2 parcelas de R\$ 36,00

Pagarei da seguinte forma:

- ☐ Boleto bancário (que será enviado ao meu endereço pelo correio)
☐ Cartão de Crédito:Nº
Val.:/.....

Meu nome:

Empresa: Setor:

Endereço:

Bairro: Cidade: CEP:

Estado: Tel.: (.....) Fax: (.....)

CIC Profissão:

Data de nascimento:/...../..... Data do envio do cupom:/...../.....

Interesse por leitura na(s) área(s) de:

Assinatura

Cod: CAD-212 - Oferta válida até 20/11/99 (após esta data consulte-nos pelo telefone)

Preencha o cupom e mande pelo correio à Editora Terceiro Milênio.

Se preferir envie por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

etm@etm.com.br

http://www.etm.com.br

EDITORA  TERCEIRO MILÊNIO

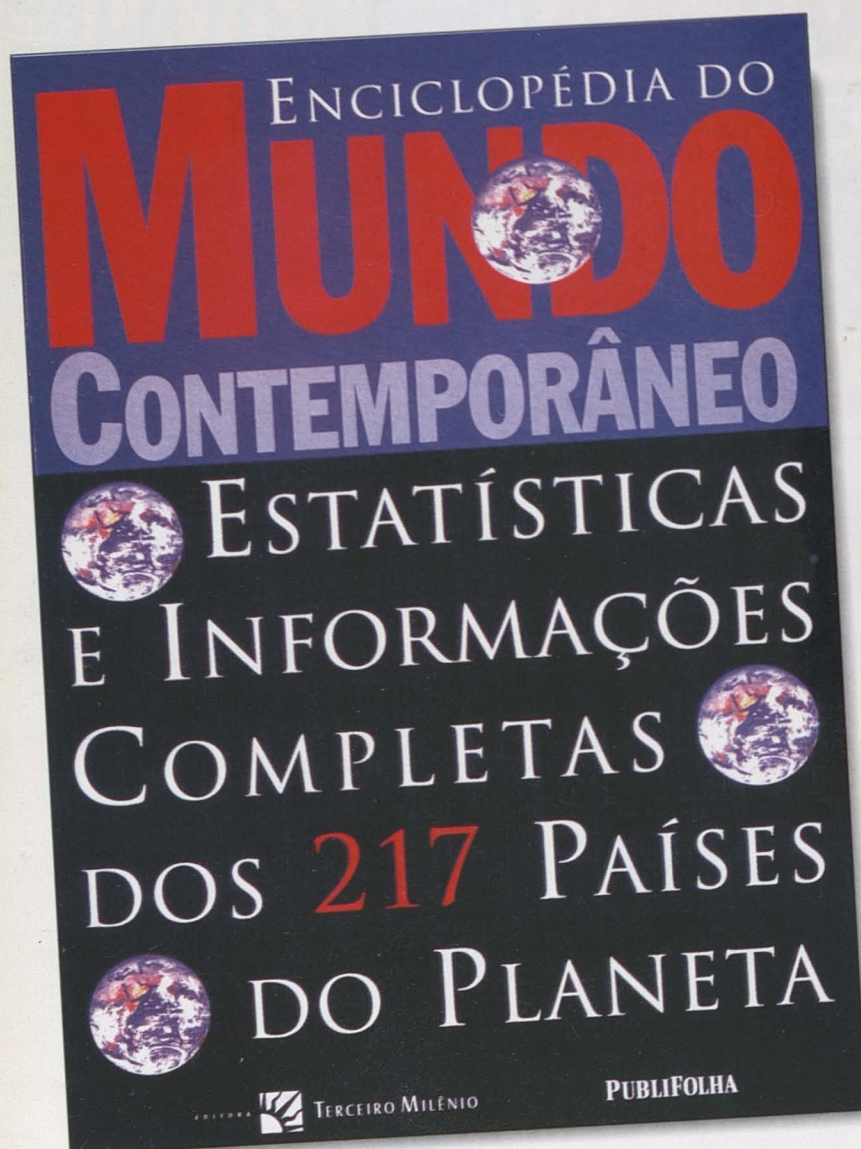
Rua da Glória, 122 - Salas 105/106 - Glória

Rio de Janeiro - RJ - Brasil - CEP 20241-180

Tel: (0XX21) 221-7511

Peça já o seu exemplar

A *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo* é resultado de um amplo trabalho de pesquisa coordenado pelo Instituto do Terceiro Mundo, do Uruguai, e realizado mediante a cooperação de uma rede internacional de pesquisadores, editores e entidades civis. É publicada em espanhol e inglês desde 1979. A presente edição em português é uma parceria da Editora Terceiro Milênio e a PubliFolha.



*“Um instrumento de trabalho
imprescindível para quem
se interessa pelos temas
da atualidade”*

Le Monde Diplomatique, Paris

Preço: R\$ 49,00

Pagamento somente com cartão de crédito

Tel: (0XX21) 221-7511

Se preferir faça o seu pedido por fax:

(0XX21) 252-8455

ou pela Internet:

e-mail: etm@etm.com.br

<http://www.etm.com.br>

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

PUBLIFOLHA